



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 141 - QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Alton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL
LÍDER DO PMDB – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	 LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Alton Freitas	LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
	LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 133ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 305/2006, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação dos Vice-Líderes da Maioria nesta Casa.

26794

Nº 306/2006, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação dos Vice-Líderes daquele partido.....

26794

Nº 308/2006, de 14 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando a licença do Senador Ney Suassuna das Lideranças do PMDB e da Minoria, a partir daquela data, pelo prazo de 60 dias, e que o Senador Wellington Salgado o substituirá.

26794

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006 (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.....

26794

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006 (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.....

26798

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – Agap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.....

26800

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

26803

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Ascom – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

26806

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2006 (nº 2.215/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.

26809

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 365 a 370, de 2006, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação...

26817

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.

26817

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 913, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso ao Município de Parnaíba, no Estado do Piauí, pelo transcurso de seus 162 anos de emancipação política, ocorrido no dia 14 do corrente.....

26818

1.2.6 – Ofício

Nº 609/2006, de 7 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 315, de 2006.

26818

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Sugere que Presidente Lula participe dos debates com os outros candidatos à Presidência da República.

26818

SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Elogia decisão do líder do PMDB de licenciar-se do partido. Afirmação de que Presidente Lula está equivocado sobre imunidade parlamentar.	26841
SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> – Críticas ao Presidente Lula, pela ausência em debate com candidatos à Presidência da República, promovido pela TV Bandeirantes.	26849
SENADOR <i>NEY SUASSUNA</i> , como Líder – Comunicação de licença da liderança do PMDB e renúncia ao posto de titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	26852
1.2.8 – Ofício Nº 307/2006, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando a sua renúncia, como membro titular, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	26853
1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>MARCOS GUERRA</i> – Em defesa da instituição da jornada escolar de tempo integral, conforme prevê projeto de lei de autoria de S. Ex ^a .	26853
SENADOR <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</i> – Críticas ao Presidente Lula por não comparecer ao debate com os candidatos à Presidência da República. Sugestão para que o Ministério Público dirija imediatamente ao Supremo Tribunal Federal pedido de quebra do sigilo bancário de Paulo Okamotto.	26853
1.2.10 – Ofício Nº 75/2006, de 14 do corrente, do Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, manifestando solidariedade à Rede Globo de Televisão, pelo seqüestro de dois de seus funcionários.	26857
1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>MAGNO MALTA</i> – Reitera confiança nos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Agradecimento as manifestações de solidariedade enviadas por internautas de todo o país.	26858
1.2.12 – Leitura de requerimento Nº 914, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de solidariedade à Rede Globo de Televisão, pelo seqüestro de dois de seus funcionários.	26861
1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Comentários a declarações do Presidente Lula a respeito da imunidade parlamentar.	26861
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Protesto em virtude da não liberação pelo governo federal dos recursos referentes ao seguro agrícola contra quebra de safra. Elogios ao projeto de descentralização administrativa adotado pelo Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.	26868

1.2.14 – Leitura de requerimento Nº 915, de 2006, de autoria do Senador Moacir Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o adiamento da sessão em homenagem à Maçonaria Brasileira que seria realizada no dia 18 do corrente, para data a ser agendada posteriormente.	26871
1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Comentários a matéria publicada na revista <i>Veja</i> , a respeito da corrupção em Rondônia.	26871
1.2.16 – Ofícios Nº 285/2006, de 15 do corrente, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos ‘Sanguessugas’, encaminhando o Relatório Parcial para instauração de processos disciplinares relativos aos Srs. Senadores.	26874
Nº 286/2006, de 15 do corrente, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos ‘Sanguessugas’, encaminhando o Relatório Parcial para instauração de processos disciplinares relativos aos Srs. Deputados.	26874
1.2.17 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – Considerações sobre o Relatório Parcial da CPMI dos Sanguessugas. Comentários a respeito da imunidade parlamentar. Apelo pela votação, na Câmara dos Deputados, de Proposta de Emenda Constitucional que trata da valorização das guardas civis.	26875
SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Elogios ao programa petista no horário eleitoral.	26882
1.2.18 – Leitura de requerimento Nº 916, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso ao Município de Jaú, no Estado de São Paulo.	26887
1.2.19 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR <i>MARCOS GUERRA</i> – Elogios à atuação do Senador Gerson Camata, à frente da Secretaria de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo. Registro do artigo intitulado “Contraconstitucionalidade”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de julho do corrente.	26887
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Registro do trabalho realizado pelo Centro de Formação Pastoral e Social (Cefopas), da área missionária da Ponta Negra, dirigido pelo padre José Luiz Tomio, em Manaus.	26889
SENADOR <i>JUVÉNCIO DA FONSECA</i> – Comentário sobre matéria intitulada “Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de julho do corrente.	26889
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – Registro da matéria intitulada “Crise no campo leva produtor	

rural a fazer campanha contra Lula", publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 17 de julho do corrente.	26890
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada "Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias", publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 4 de julho do corrente.	26891
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 15-8-06	
3 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS 'SANGUESSUGAS'	
Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN (<i>Será publicado em suplemento a este Diário</i>).	
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.651 a 1.659, de 2006.	26892
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 133^a Sessão Não Deliberativa, em 15 de agosto de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Marcos Guerra e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

São lidos os seguintes:

Of. GLPMDB nº 305/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que integrarão a Vice-Liderança da Maioria nesta Casa.

Senador **Wellington Salgado**

Senador **Garibaldi Alves Filho**

Senador **Gilberto Mestrinho**

Senador **Geovani Borges**

Senador **Amir Lando**

Senador **Ramez Tebet**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GLPMDB nº 306/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que integrarão a Vice-Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Senador **Wellington Salgado**

Senador **Luiz Otávio**

Senador **Valdir Raupp**

Senador **Alberto Silva**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 308/2006

Brasília, 14 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que me licencio da Liderança do PMDB e da liderança da Maioria, a partir desta data, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e, durante esse período, substituir-me-á, nos termos do parágrafo único do art. 66 do Regimento Interno do Senado, o Vice-Líder Senador Wellington Salgado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 365, DE 2006

(Nº 265/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 890, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 669, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 878, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, na cidade de Itaberaba – BA

2 – Portaria nº 880, de 4 de junho de 2002 – Fundação Educativa Cultural de Pacatuba, na cidade de Pacatuba – CE;

3 – Portaria nº 884, de 4 de junho de 2002 – Rádio Comunitária Líder do Sertão FM, na cidade de Chorochó – BA.

4 – Portaria nº 887, de 4 de junho de 2002 – Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim, na cidade de São Vicente Férrer – PE;

5 – Portaria nº 889, de 4 de junho de 2002 – Grupo de Apoio Comunitário – GAC, na cidade de Campina Grande – PB;

6 – Portaria nº 896, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE), na cidade de Antonina do Norte – CE;

7 – Portaria nº 897, de 4 de junho de 2002 – Associação de Apoio ao Cidadão Carente – A.A.C.C., na cidade de Pindamonhangaba – SP;

8 – Portaria nº 898, de 4 de junho de 2002 – Fundação Antonio Dias de Lima -FADL, na cidade de Bonito de Santa Fé – PB;

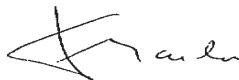
9 – Portaria nº 890, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, na cidade de Presidente Bernardes – MG;

10 – Portaria nº 891, de 4 de junho de 2002 – Associação Cidade Cidadã Santafessulense, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Santa Fé do Sul – SP;

11 – Portaria nº 899, de 4 de junho de 2002 – Associação Cultural da Água Fria, na cidade de Fortaleza – CE; e

12 – Portaria nº 900, de 4 de junho de 2002 – AS-COG-Associação Comunitária de Guapó, na cidade de Guapó – GO.

Brasília, 30 de julho de 2002.

**MC N° 957 EM**

Brasilia, 4 de julho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, na cidade de Presidente Bernardes estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.0000316/01 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA N° 890, DE 4 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.0000316/01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, com sede na Rua Siqueira Afonso, nº 17 – Centro, na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º45'20"S e longitude em 43º11'20"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 296/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710000316/01, de 04.05.01.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, localidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 04.413.558/0001-50, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Siqueira Afonso 17 – Centro, cidade de Presidente Bernardes, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 06 de maio de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de armamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 03 à 63, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Siqueira Afonso nº17– Centro, na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°45'20"S de latitude e 43°11'20"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 09.04.01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 19, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e III, da Norma 02/98, declaração do endereço da sede e encaminhamento do Projeto Técnico (fls. 22 à 63).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 46 e 47, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a

Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 58 e 59.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão;

• quadro direutivo

Presidente: Dante de Assis Vidigal

Vice-presidente: Geraldo Batista da Trindade

Secretário: Dalton Luiz Carneiro Vidigal

Tesoureira: Ades Fernandes Almeida

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Siqueira Afonso nº 17, cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

20°45'20" de latitude e 43°11'20" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 217 e 218, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 210 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 537.100.003.16/01, de 4 de maio de 2001.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Alexandra Lúcia Costa**, Relator da conclusão Jurídica, Chefe de Divisão/SSR. – **Adriana Resende Avelar Ribeiro**, Relator da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 15 de maio de 2002. – **Nilton Geraldo de Lemos**, Coordenador-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI N° 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2006

(Nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 53, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de janeiro de 2006, que “Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”.

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC N° 349 EM

Brasília, 28 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 18 DE JANEIRO DE 2006

Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008468/2003-60,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

INFORMAÇÃO Nº 170 2005/COSUD/CGLO/DEOC/SC

Referência: Processo nº 53000.008468/2003.

Interessada: Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas.

Assunto: Outorga de concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa.

1. A Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, com sede na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 47+E, disponível no plano básico de distribuição de canais (fls. 119), na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

2. O Estatuto da entidade registrado no Livro A-07 sob o nº 1.490, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Poços de Caldas/MG, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls. 20 v).

3. De acordo com a Ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da primeira diretoria da Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas realizada no dia 15 de abril de 2003 (fls. 07), deliberou-se sobre a composição do Conselho Diretor que teve seus membros eleitos e empossados por consenso pelos presentes:

ORLANDO RODRIGUES	Diretor Presidente
MARINA TIDORI KONICHI DA SILVA	Diretora Vice-Presidente
CARLA POLLINI	Diretora Adm. e Financeira
MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA	Diretor Vogal

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 39 a 59.

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra a do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, *in verbis*:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quer quanto a entidade, quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A Fundação apresentou declaração constante às fls. 61, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. De acordo com os registros existentes neste Ministério, há outras entidades que formularam igual pedido de outorga para o mesmo serviço para a localidade de Poços de Caldas/MG:

– Fundação Sulminas de Televisão, Processo nº 53000.044846/2003;

– Fundação Educativa e Cultural Landulpho da Silveira Sobrinho, Processo nº 53710.000424/2000.

12. Revela ressaltar que a Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas apresentou

justificativas para o uso do canal pretendido (fls. 62), no qual pretende suprir as carências educacionais na área de abrangência da emissora pleiteada.

Regem a matéria e o pedido poderá ser deterido, a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à dnota Consultoria Jurídica para prosseguimento.

Brasília, 31 de outubro de 2005. – **Fernando B. Miranda**, Chefe de Serviço.

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Em 31-10-2005. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão da Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em 31-10-2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

Em 31-10-2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se à dnota Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em 1-1-2005. – **Joanilson Laércio Barbosa Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À *Comissão de Educação – Decisão terminativa.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 367, DE 2006

(Nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 570, de 18 de novembro de 2005, que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 87, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 570, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia.

Brasília, 13 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 367 EM

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Exceléncia Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, no Município de Salvador, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Exceléncia, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53640.000272/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 570, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000272/00 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1835 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, com sede na Rua Pará, nº 2, Paripe, no Município de Salvador, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º50'25"S e longitude em 38º27'47"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0192/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53640.000272/2000 protocolizado em 3/7/2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, Município de Salvador, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, inscrita no CNPJ sob o número 03.864.029/0001-00, no Estado da Bahia, com sede na Rua Pará nº 02 – Paripe, município de Salvador, dirigiu-se ao Senhor Ministro

de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de julho de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do 16 Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 24-5-02 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Pará nº 2 – Paripe, no município de Salvador, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 12º50'25"S de latitude e 38º27'47"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 104/5, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a** e **b**, **c**, **d**, **e**, **f**, **g**, **h**, **i**, **j**, **l**, **m**, **n**, **o**, e **p** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 2 a 295).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 262, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 296 a 299. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo das folhas 7 a 295, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;

• declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

A Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP,

– Quadro Diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
SILVANA DARZÉ SERRANO	PRESIDENTE
EDIBERTO CORREA DA SILVA	VICE-PRESIDENTE
CARMEM LÚCIA SANTOS DE CARVALHO	SECRETÁRIA
TATIANE DA SILVA CARVALHO	TESOUREIRA

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Pará nº 2 – Paripe, Município de Salvador, Estado da Bahia.

– Coordenadas geográficas

12°50'25" de latitude e 38°27'47" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 296 a 299, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 262 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640.000272/00, de 10 de julho de 2000.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Nízia Gonçalves de Faria**, Relator da conclusão jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 21 de setembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 01 92/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2005. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 368, DE 2006

(Nº 2.189/2006, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 51, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 383, de 10 de agosto de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005 – Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no Município de Jaraguá do Sul – SC; e

3 – Portaria nº 510, de 8 de novembro de 2005 – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, no Município de Presidente Sarney – MA.

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 303 EM

Brasília, 9 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.002314/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA N° 475, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.002314/99 e do Parecer/MC/Conjur/MRD/Nº 1.385 – 1.08 / 2005, de 6 setembro de 2005 resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, com sede na Rua Emmendoerfer, nº 240, bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26°28'15"S e longitude em 49°05'32"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO**Nº 134/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – AOP**

Referência: Processo nº 53.740.002.314/99 protocolizado em 22 de novembro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, Município de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina.

I – Introdução

1. A Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz inscrita no CNPJ sob o número 02.146.228/0001-10, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua José Emmendoerfer, 240, Bairro Nova Brasília, Município de Jaraguá do Sul, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de novembro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamen-

to do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.613 de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 27 de março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua José Emmendoerfer 240, Bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26°28'51"S de latitude e 49°05'32"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 74 e 75, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação

da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, e VIII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 78 a 222).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 172, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 223 e 224. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 222 dos autos corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declara-

ções e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz

• Quadro direutivo

Presidente	Sebastião da Silva Camargo
Vice-Presidente	José Bertanha
Secretário-Geral	Antônio Dias de Oliveira
2º Secretário	Noedi Dalabrida de Moura
Tesoureiro	Manoel Sabel
2º Tesoureiro	Jorge Lopes dos Santos
Dir.Patrimônio	Antônio Odorizzi Neto
Dir.Cult.Com.Social	Justino Pereira da Luz
Diretor de Operações	Lindomar Alípio Lago

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua José Emmendoerfer 240, Bairro Nova Brasília, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

• Coordenadas geográficas

26°28'51" de latitude e 49°05'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" -fls.223 e 224, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls. 172 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.002.314/99 de 22 de novembro de 1999.

Brasília, 12 de maio de 2004. – Relator da Conclusão Jurídica, **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR – Relator da Conclusão Técnica, **Neide Aparecida de Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 369, DE 2006**

(Nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 229, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 492, de 22 de setembro de 2003 – Ação Social Mirandense, na cidade de Miranda do Norte – MA;

2 – Portaria nº 532, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Santanense, na cidade de Santana do Deserto – MG;

3 – Portaria nº 563, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, na cidade de Araponga – MG;

4 – Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, na cidade de Filadélfia – BA;

5 – Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003 – ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria – BA;

6 – Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária, na cidade de Campo Grande – MS;

7 – Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – “ASSOMIRA”, na cidade de Altamira – PA;

8 – Portaria nº 32, de 15 de janeiro de 2004 – Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, na cidade de Maracanaú – CE;

9 – Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas, na cidade de União de Minas – MG; e

10 – Portaria nº 43, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Sociocultural São Romão, na cidade de Fernando Pedroza – RN.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 65 EM

Basília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001675/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 765, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001675/98 Parecer/Conjur/MC nº 1.743/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASCOM – Associação de Comunicação Cultural Coração de Maria, com sede na Praça Dr. Araújo Pinho, nº 48, 2º andar – Centro, Coração de Maria, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográfica com latitude em 12º 14'36"S e longitude em 38º43'47"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 338/2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53640001675/98, protocolizado em 16-11-98.

Objeto: Requerimento de autorização para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, localidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, inscrita no CNPJ sob o número 02.810.060/0001-03, no Estado da Bahia, com sede na Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, cidade de Coração de Maria, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 12º14'00"S de latitude e 38º45'00"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-99.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 96/97, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 99 à 168).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 158, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 169 e 170. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 à 170, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria;

• Quadro direutivo

Presidente	Alexandre Pereira da Silva
1 ^ª Vice-presidente	Magali Soares Daltro
2 ^ª Vice-presidente	Eliana Silva Cerqueira
Secretária Geral	Ana Rita Adorno
2 ^º Secretário	Clodoaldo Moura C. do Couto
Tesoureiro	Carlos Henrique de A. Martins
2 ^ª Tesoureira	Nilma Murici Cerqueira

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia;

• Coordenadas geográficas

12º14'36"S de latitude e 38º43'47"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 169 e 170, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 158 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640001675/98, de 16 de novembro de 1998.

Brasília, 7 de novembro de 2003. – **Cristiane Carvalheiro Rodrigues**, Relatora da Conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR; **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 10 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 10 de novembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 338/2003/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 12 de novembro de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À *Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 370, DE 2006

(Nº 2.215, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 384, de 12 de agosto de 2005, que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 758, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de sonora em freqüência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 239, de 22 de abril de 2005 – Eco- acre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., no Município de Senador Guiomard – AC;

2 – Portaria nº 241, de 22 de abril de 2005 – Eco- acre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., no Município de Plácido de Castro – AC;

3 – Portaria nº 242, de 22 de abril de 2005 – Eco- acre Rádio, Televisão Ltda., no Município de Porto Walter – AC; e

4 – Portaria nº 384, de 12 de agosto de 2005 – Rádio Belém FM Ltda., no Município de Belém – PB.

Brasília, 8 de Novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 250 EM

Brasília, 18 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, deter-

minou-se a publicação da Concorrência nº 082/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência, modulada, no Município de Belém, Estado da Paraíba.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Rádio Belém FM Ltda. (Processo nº 53103.000225/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 384, DE 12 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000225/2000, Concorrência nº 082/2000-SSR/MC, e do Parecer Conjur/MC/MGT/Nº 0587-2.29/2005, de 11 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Belém FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Belém, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RÁDIO BELEM FM LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

NÚMERO DE ORDEM: PRIMEIRA

RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua Fazenda Grutão, s/n. Belém, Estado da Paraíba, portador da cédula de identidade n.º 144.201 – SSP/PB e do CPF n.º 098.298.494-49; **ADAILZA BARBOSA DE LIMA**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Fazenda Grutão, município de Belém, Estado da Paraíba, portadora da cédula de identidade n.º 136.677 – SSP/PB e do CPF n.º 063.274.274-72 e **ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua Flávio Ribeiro, s/n, Belém/PB, portadora da cédula de identidade n.º 218.155 – SSP/PB e do CPF n.º 132.968.924-00; únicos sócios integrantes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação social de **RÁDIO BELEM FM LTDA.**, sediada nesta cidade à Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba, conforme contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba, sob o NIRC 25 2 0035455-9 por despacho de 10/04/2000. RESOLVEM de comum acordo alterar seu primitivo contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Alterar a cláusula I que passa a ser:

CLÁUSULA I: A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO BELEM FM LTDA.**, com sede a Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba e foro na cidade de Belém/PB, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Alterar a cláusula II que passa a ser:

CLÁUSULA II: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão; sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA: Alterar a cláusula IV que passa a ser:

CLÁUSULA IV – O capital social totalmente subscrito é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios:

COTISTA	COTAS	VALOR (R\$)
1. RICARDO LUIZ BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
2. ADAILZA BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
3. ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO	10.000	10.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no ato da assinatura do presente contrato; e.
- 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), serão integralizados em 10 (dez) meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União, de ato do Poder Público Concedente que atribua à sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão, em cotas iguais e sucessivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA QUARTA – Alterar a cláusula VI que passa a ser:

CLÁUSULA VI - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, cedendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido a concessão ou permissão para executar o serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA QUINTA: Alterar a cláusula VII que passa a ser:

CLÁUSULA VII – Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Diretor Gerente, o cotista **RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA**, eximidos de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Diretor Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes.

CLÁUSULA SEXTA: Alterar a cláusula VIII que passa a ser:

CLÁUSULA VIII: O uso da denominação social é vedado em fianças, avais, abonos, aquisição, alienação ou oneração de bens imobilizados e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando o **Diretor** na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA I: A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO BELEM FM LTDA.**, com sede a Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba e foro na cidade de Belém/PB, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades do território nacional.

CLÁUSULA II – A sociedade terá como principal objetivo a exploração de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, retransmissão ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA III – A sociedade terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IV – O capital social totalmente ~~subscrito~~ é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os ~~30~~ ~~sócios~~

COTISTA	COTAS	VALOR (R\$)
1. RICARDO LUIZ BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
2. ADAILZA BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
3. ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO	10.000	10.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- c) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no ato da assinatura do presente contrato; e,
- d) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), serão integralizados em 10 (dez) meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União, de ato do Poder Público Concedente que atribua à sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão, em cotas iguais e sucessivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA V – A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada a importância do capital social.

CLÁUSULA VI – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido a concessão ou permissão para executar o serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA VII - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Diretor Gerente, o cotista **RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA**, eximidos de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Diretor Gerente, depois de ~~de ouviu o~~ ~~de ouviu o~~ Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão ~~administrativa e~~ orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VIII: O uso da denominação social é vedado em fianças, avais, abonos, aquisição, alienação ou oneração de bens immobilizados e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA IX - O sócio que desejar se retirar da sociedade, deverá comunicar sua decisão mediante correspondência protocolada ou enviada a Sociedade pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Serão então feito um balanço especial e os haveres do sócio pagos em 10 (dez) parcelas iguais e mensais.

CLÁUSULA X - É livre a cessão de cotas entre os sócios, desde que devidamente autorizadas, na forma da legislação específica pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XI - O sócio que desejar ceder suas a terceiros, deverá oferecer, em primeiro lugar, aos sócios remanescentes, que exercerão ou não, dentro do prazo de trinta dias, o direito de preferência.

CLÁUSULA XII - Caso os cotistas remanescentes não exerçam o direito de preferência, o cotista somente poderá efetuar a alienação, se for previamente autorizado pelo Poder Concedente e se com ela concordar a maioria dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA XIII – O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos ~~serviços prestados~~ ^{SERVIMOS PELA} proporcão de suas cotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios declaram, sob as penas da lei, que ~~não~~ estão incursos em qualquer dos crimes previstos em lei, que os ~~impedem~~ de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA XIV – A sociedade somente se dissolverá e/ou se liqüidará ~~nas~~ hipóteses previstas na legislação em vigor ou mediante deliberação da totalidade dos sócios cotistas.

CLÁUSULA XV – Dissolvida que seja a sociedade, será nomeado, pela maioria dos cotistas, o liqüidante e após efetivada a liqüidação, o saldo dela remanescente será dividido pelos cotistas na proporção as cotas que cada um possuir, no Capital Social, e em caso de morte de um dos sócios, terá o cônjuge supérssite ou herdeiro, a faculdade de optar entre sua participação na sociedade:

- a) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, que se farão mediante balanço patrimonial a empresa.
- b) as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos em parcelas aos cônjuges supérssites ou ao herdeiro em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas. Sendo a primeira paga 30 (trinta) dias após a apresentação judicial à sociedade que permita à sociedade formalizar inteiramente a operação.
- c) a sociedade não se dissolverá com a saída de um dos sócios porque os sócios remanescentes continuarão seu gerenciamento enquanto indicam novo sócio.

CLÁUSULA XVI – Os cotistas tomarão conhecimento da administração social pelo exame dos livros e arquivos quando lhe parecer conveniente.

CLÁUSULA XVII – A compra e venda de imóveis serão sempre acordados por todos os sócios, sendo vedado a sociedade da firma social para negócios estranhos aos fins da sociedade.

CLÁUSULA XVIII – O sócio cotista, quando no exercício de suas funções na sociedade, terá direito a uma retirada do "Pró-labore", a qual será

escriturada na conta de despesas gerais, retirada essa, ~~quanto~~ estipulada oportunamente, tendo os limites fixados por lei.

CLÁUSULA XIX – Dos lucros líquidos apurados anualmente em balanço serão deduzidos 10% (dez por cento), para a constituição de um fundo de reserva, até completar 50% (cinquenta por cento), do capital social. O saldo será distribuído proporcionalmente entre os sócios.

E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado da Paraíba e as demais para as partes contratantes.

BELÉM, PB, 26 de ABRIL de 2.000

RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA

Adailza Barbosa de Lima
ADAILZA BARBOSA DE LIMA

Ana Marly Chianca de Gusmão
ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO

TESTEMUNHAS:

Edna Rodrigues Soárez
Edna Rodrigues Soárez
Identidade nº 644.362-381-1

Adailza Barbosa de Lima
Adailza Barbosa de Lima
Identidade nº 644.362-381-1

VISTO DA ADVOGADO: *Karen*

(À Comissão de Educação – Decisão
terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 365 a 370, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, inciso II, b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 239, DE 2006

Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 23

.....
§ 4º As armas de fogo conterão, para fins de identificação, número de série, que deverá ser gravado em suas superfícies externa e interna, em local apropriado, nos termos do regulamento desta Lei. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Justificação

Embora o Estatuto do Desarmamento tipifique a conduta de suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato, prevendo pena de reclusão, de três a seis anos, e multa, não há qualquer mecanismo legal, no ordenamento jurídico vigente, que dificulte a prática dessa adulteração.

Nesse sentido, entendemos ser oportuna a alteração do Estatuto do Desarmamento para determinar que as empresas fabricantes de armas de fogo sejam

obrigadas a gravar o número de série tanto na superfície externa, quanto na interna da arma de fogo.

Tal medida, a despeito de não eliminar completamente a prática de adulteração dos números de série, visa a dificultar a ação daqueles que intentam burlar o controle do Estado sobre a circulação das armas de fogo. Nesse passo, vale ressaltar que o número de série permite, sobretudo ao Poder Público, a identificação da origem e do proprietário da arma de fogo.

Considerando que, em regra, à adulteração do número de série seguem-se outras práticas delituosas, cometidas com a arma de fogo, acreditamos na conveniência e necessidade da alteração legislativa ora proposta, a fim de auxiliar na identificação da procedência dessas armas pelo Poder Público.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
Art. 23. A classificação legal, técnica e geral, bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos ou permitidos será disciplinada em ato do Chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 913, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Parnaíba, no Estado do Piauí, pelo transcurso de seus 162 anos de emancipação política, ocorrido no dia 14 de agosto.

Requeiro ainda que deste Voto de Aplauso sejam cientificados o Prefeito de Parnaíba, José Hamilton Castelo Branco, e por seu intermédio, a Câmara de Vereadores de Parnaíba e toda a população do município.

Justificação

Parnaíba é a segunda maior cidade do Piauí, sendo também um tradicional celeiro de políticos, inclusive três ex-governadores: Chagas Rodrigues, Mão Santa e Alberto Silva. Esta semana está comemorando 162 anos de emancipação política. Com 130 mil habitantes, localizada no norte do Estado, é ainda mais conhecida pelo famoso Delta do rio Parnaíba, que abriga exóticas lagoas, mangues, dunas e cerca de 70 ilhas e ilhotas. O Delta, com sua paisagem exuberante, garante o cenário paradisíaco dessa região do Piauí que atrai turistas de todo o mundo.

A região norte e meio norte do Piauí passou por um significativo processo de geração de riqueza no final do século XVIII e início do século XIX. Nesse contexto, Parnaíba desempenhou papel fundamental, pois os produtos de todo o sertão eram concentrados no porto da cidade, para exportação ao mercado norte-americano e europeu (óleos essenciais, perfumes, extratos vegetais, etc).

Parnaíba se tornou por décadas um dos principais portos do País com infra-estrutura única como energia elétrica e porto com guindaste a vapor. Durante a Segunda Guerra Mundial, o porto de Parnaíba tinha o status privilegiado de ser considerado estratégico pelas forças aliadas dado o escoamento do óleo de mamona pelo porto.

Parnaíba continua sendo o pólo de transformação de produtos do setor primário para toda a região norte do País, compreendida entre o oeste do Ceará e o leste do Maranhão. Estão localizadas em Parnaíba: a maior bacia leiteira do Piauí com diversas cooperativas de laticínios, um pólo de curtumes que abastece a indústria calçadista em São Paulo e Rio Grande do Sul, um pólo de produção de extratos vegetais para

o mercado internacional e um pólo de produção de camarão.

Pelo aniversário da cidade, formulo este Voto de Aplauso, dirigido sobretudo aos seus habitantes.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

É lido o seguinte:

Of. nº 609/06 – LPL

Brasília, 7 de agosto de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Partido Liberal indica o Deputado Minton Monti (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Oliveira Filho (PL/PR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado Senador Roberto Saturnino, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aqui expressar minha solidariedade ao jornalista Guilherme Portanova e ao auxiliar técnico Alexandre Calado, que, na manhã

de sábado, por volta de oito horas e trinta minutos, foram seqüestrados por membros do Primeiro Comando da Capital. Estavam eles na Avenida Luiz Carlos Berrini, em São Paulo, diante da Rede Globo de TV, para iniciar sua atividade, que seria justamente a de cobrir a caminhada do Senador Aloizio Mercadante. Junto com o Senador, eu e a ex-Prefeita Marta Suplicy, naquela manhã, caminhamos pelas ruas do bairro de Tucuruvi, na Zona Norte de São Paulo.

Duas pessoas apontaram armas para os dois funcionários da emissora, obrigando-os a entrar em um automóvel, que acabou sendo queimado e deixado pelos seqüestradores, os quais levaram ambos para outro local. Soube-se posteriormente que, com a libertação de Alexandre Calado, a 200 metros da Rede Globo, no Brooklin, com a missão de entregar à direção da emissora um DVD com um pronunciamento da quadrilha, criticando o regime disciplinar diferenciado e a forma como são tratados muitos detentos, ou reeducandos, que têm vivido nas prisões situações não condizentes com a dignidade do ser humano.

A Rede Globo acabou exibindo aquela gravação, de três minutos e cinco segundos, na madrugada de domingo, aos 28 minutos.

Guilherme Portanova, com o rosto coberto por uma blusa, foi libertado na madrugada de ontem, vinte e quatro horas depois da exibição do vídeo, depois de passar quarenta horas em poder dos seqüestradores.

Felizmente, tanto Guilherme Portanova quanto Alexandre Calado estão bem, junto com seus familiares, mas obviamente passaram por uma situação de extrema angústia e dificuldade.

Todos nós, Sr. Presidente, estamos preocupados com essa situação. Qualquer um de nós pode acabar sendo vítima.

Gostaria aqui de transmitir a importância do diálogo para todos nós que estamos disputando eleições, Senador Sibá Machado. Embora estejamos conscientes de que em 1º de outubro, nós do PT, estaremos disputando, Senador Marcos Guerra, com o PSDB, com o PFL, sabemos que neste momento é importante haver um diálogo construtivo.

Nesse sentido, acho muito positivo que tenha o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dialogado com o Governador Cláudio Lembo, na última sexta-feira, e que ambos tenham chegado a um entendimento sobre como a Inteligência, tanto da Polícia Federal quanto da Polícia Civil e Militar do Estado de São Paulo, entrarão em cooperação, de maneira mais entrosada. Sabe o Governador Cláudio Lembo que, se necessário, o Governo do Presidente Lula e o Ministro da Justiça colocam à disposição a Força Nacional ou até mesmo

as Forças Armadas. O Governador Cláudio Lembo ponderou que ainda não considera isso necessário. Mas nós estamos vivendo no Estado de São Paulo, particularmente na cidade de São Paulo, uma situação extremamente séria, com violência, seqüestros, roubos e assassinatos em um grau muito alto.

Sr. Presidente, ainda hoje de manhã viveu uma experiência difícil a pessoa que trabalha comigo. Eu vinha para Brasília. Mudei de residência há poucos dias. Acordei, abri a janela, vi o motorista com o carro pronto para me levar ao aeroporto. Arrumei-me – tomei banho, vesti-me – e, quando cheguei à porta, ele não estava, não apareceu. Então, resolvi tomar um táxi para ir ao aeroporto.

Ao chegar em Brasília, soube que o meu motorista, José Damião da Silva, havia sido seqüestrado – por alguns minutos, eu não estava junto. Felizmente, ele já está bem, em casa, com seus familiares. Descreveu-me há pouco que dois rapazes, de cerca de 23 e 25 anos, apontaram-lhe um revólver, dizendo-lhe que se movesse para a lateral do banco, para o banco de passageiros. Ambos entraram no automóvel e o levaram. Pediram seus documentos, cartões de crédito e o código para retirar o dinheiro, ali no Jardim São Luiz, depois da Marginal, perto do viaduto da Avenida João Dias. Ele havia dito que estava ali me esperando para levar-me ao aeroporto e que era um simples motorista do Senador Suplicy. Eles, então, disseram: “Bom, se é de político, então a polícia acha fácil o carro. Esse é um BO muito grande” – usaram essa expressão. Havia um livro de minha autoria, Renda Básica de Cidadania, que eles gostaram, até anotaram ali o código da conta do motorista. Chegaram a afirmar que iriam votar em mim, mas resolveram deixar o motorista com o automóvel, dizendo:

“Olha, agora você não olha para nós” – ali, perto da ponte da Avenida São Luiz.

José Damião da Silva trabalha comigo desde 1985, é pessoa muito querida minha e da família. Felizmente, está em casa, mas ficou muito preocupado. Isso ocorreu na frente da minha casa hoje.

Registro esse fato para dizer que não se trata de uma ação contra um partido ou outro. Nós precisamos cooperar. Ainda ontem conversei com o Governador Cláudio Lembo, por ocasião do lançamento do livro sobre o Sr. Otávio Frias de Oliveira, a respeito da proposta que ele me havia feito, de apresentar um projeto de lei que permitisse àqueles que estão detidos, reeducandos, prisioneiros, trabalhar na própria reconstrução do Presídio de Araraquara, que destruíram. Por carta, pronunciei-me a respeito na última semana.

A Assessoria do Senado informou-me – e eu informei ao Governador que não é necessário um projeto de lei novo, porque a Lei de Execução Penal permite perfeitamente que reeducandos trabalhem em obras públicas, inclusive no ambiente da prisão e na própria reconstrução e reforma do presídio. Isso pode perfeitamente ser realizado.

Também conversei com o Secretário de Assuntos Penitenciários, Antônio Ferreira Pinto, dando essa informação. Ele me disse que aquela superlotação – 1443 presos num único ambiente – já diminuiu para cerca de quatrocentos. A situação foi bastante amenizada desde aquele episódio de há quase um mês.

Acho que, para resolvemos esses problemas todos, temos de pensar, com mais energia e determinação, na instituição de mecanismos que possam fazer da sociedade brasileira uma sociedade cada vez mais justa e solidária, onde as pessoas não sintam a necessidade de seguir o caminho da criminalidade para assegurar a sobrevivência digna de seus familiares.

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, fiquei ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e realmente é chocante o que estamos aqui assistindo pela imprensa nacional. Agora, V. Ex^a traz essa notícia de última hora, que nos colhe a todos de surpresa, que trata sobre o seqüestro do motorista que trabalha com V. Ex^a há tanto tempo. Isso poderia ter acontecido inclusive com V. Ex^a se, minutos antes, tivesse entrado naquele carro. Eu estava vendo os noticiários de hoje, e a ONG Repórteres Sem Fronteiras faz uma comparação que realmente bate muito bem com o que eu vinha pensando de ontem para hoje. Diz que estamos vivendo a modernidade de tudo e é claro que a do crime também. É uma cópia do que eram táticas de guerra vinculadas eminentemente a grupos políticos, sejam de esquerda, sejam de direita, sejam de extrema esquerda ou de extrema direita, que se gladiaram tanto nas décadas de cinqüenta, sessenta, setenta e parte da década de oitenta. Agora, se vêem facções do crime organizado usando desses métodos. A matéria fala até da comparação com métodos utilizados na guerra entre o povo de Israel e o povo árabe durante esses cinqüenta anos. Fico realmente muito preocupado porque, no meio de uma situação dessa natureza, no meio de uma campanha eleitoral ainda existem pessoas que queiram tratar desse assunto de maneira político-eleitoral. Ao que estamos assistindo é muito sério, é muito preocupante para todas as pessoas.

O que aconteceu com os dois profissionais da Rede Globo creio que realmente está acima de qualquer avaliação mais simplista ou banal, é uma coisa a ser pensada com muito carinho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A TV teve de tomar a decisão de veicular o vídeo que foi gravado, sob pena de ver um de seus profissionais ter sua vida consumada por uma organização dessa natureza. Também acho que a decisão da emissora foi correta. O método é muito parecido mesmo com o que se vê hoje no Oriente Médio: seqüestro de pessoas, veiculação de rostos encapuzados e assim por diante. E o que vejo também é que, às vezes, o assunto é tratado como, por exemplo: o problema é recrudescimento na lei? O problema é da falta de presídios? O problema é que determinados governantes – digamos assim – não se importam direito? É ter um Ministério especial para tratar do problema? O que tenho achado é que talvez as respostas para poder se coibir esse tipo de atividade não estão sendo mais a contento. Tenho assistido inclusive aos debates da televisão. Ontem assisti ao da Rede Bandeirantes e as respostas não nos satisfazem quanto ao que seria uma atitude correta de Estado em relação a esse tipo de crime. Mas quero dizer a V. Ex^a que as pessoas que estão muito preocupadas com tudo isso deveriam se manifestar. Quem tiver idéias sobre o assunto, está na hora de recolhimento de idéias, que possam ser acatadas pelos candidatos à Presidência da República e a Governos de Estados e assim por diante. Fico aqui solidarizando-me também com V. Ex^a, com os jornalistas da TV Globo e, é claro, com toda a população de São Paulo, que, durante este ano inteiro, está vivendo uma situação de medo, de pavor. Medo de sair de casa. Fico aqui imaginando um profissional do serviço de segurança pública de São Paulo, que todos os dias sai de casa e fica preocupado se voltará com vida e com saúde. Digo aqui para V. Ex^a, com toda a segurança: acho que requer muita maturidade. Este assunto é suprapartidário, este assunto está acima de qualquer entendimento político, requer, do meu ponto de vista, idéias de quem as tiver – talvez até o Senado Federal possa abrir uma página de inserção na Internet, para recolher sugestões, porque está na hora de se materializar algumas sugestões mais contundentes para se coibir esse tipo de atitude. Volto a dizer que acho que, por força da globalização, são pessoas que estão vivendo hoje da modernidade de comunicação estando ou não presas. A situação é de zombaria: de zombaria com a autoridade pública,

de zombaria com a autoridade policial, de zombaria com a figura do Estado. Não podemos ficar aqui apenas dizendo que se deve aumentar a penalidade, que se deve fazer mais um presídio. Como se vê aqui, são 262 policiais para manter Fernando Beira-Mar encarcerado? Aqui, Senador Suplicy, fica a solidariedade de uma pessoa que, mesmo morando tão distante de São Paulo, está muito preocupado com o desenrolar das coisas no Estado de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Fiquei pensando um pouco, porque o José Damião da Silva, o meu motorista, disse que os dois sequestradores responderam que também eram pais de família, quando ele informou que tinha cinco crianças. Eles até disseram “somos pessoas calmas”. Felizmente, ele está bem e, inclusive, já pôde estar com sua família, filhas e filhos.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a mencionou o debate de ontem. Quero aqui, com o maior carinho e amizade pelo Presidente Lula, recordar o que eu disse em alguns pronunciamentos, em 1998, quando o Presidente Lula disputava a eleição com o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição.

No dia 5 de agosto de 1998, disse, em um discurso como Líder, que a edição de 26 de junho de 1998 da **Folha de S.Paulo** registrou a seguinte declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Não vou a debates no primeiro turno. Posso mudar de opiniões, se cair nas pesquisas”. Nessa mesma entrevista, ao ser questionado se isso não era mudar as regras no meio do jogo, Sua Excelência afirmou que “a política não é regra, é criatividade”.

Então, eu disse: É inacreditável que o Presidente da República possa ter feito uma declaração dessas. Suas palavras revelam descaso e até desprezo pela opinião pública. Não consigo reconhecer aquela pessoa que, durante os anos 60, 70 e 80, esteve ao meu lado e ao lado de tantos que lutaram pela volta da democracia em nosso País e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O debate direto entre os candidatos constitui o acontecimento mais significativo das campanhas eleitorais nos países democráticos. Lembremo-nos de que, durante a campanha para que o Congresso Nacional votasse a Emenda da Reeleição, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se mais uma vez aos Estados Unidos, país onde o Presidente tem o direito de disputar a reeleição por uma vez.

Ora, qual o momento mais importante da campanha eleitoral...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... nos Estados Unidos? (dizia eu em discurso de 1998). Justamente os debates entre os candidatos transmitidos em cadeia para toda a nação, debates esses que inclusive têm sido transmitidos pela CNN ou, às vezes, até pelas nossas emissoras de televisão. Nós brasileiros, via CNN ou emissoras nacionais, assistimos a esses debates com extraordinário interesse.

Prossigo contando a história de debates nos Estados Unidos, na França e assim por diante. E eu recordava o episódio de 1985, quando eu e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ambos candidatos, criticávamos severamente o ex-Presidente Jânio Quadros, que preferiu não comparecer ao debate realizado entre os candidatos a prefeito, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito crítico pela ausência de Jânio Quadros.

Quero aqui, com carinho, dizer ao meu amigo, Presidente Lula, se puder reconsiderar esta opinião de não ter comparecido ao debate na Rede Bandeirantes... Quem sabe possa haver outro debate na Rede Bandeirantes. Haverá outro ainda...

Mas eu sinceramente avalio que o debate entre os candidatos é o momento mais alto da campanha, ainda mais quando se tem um candidato que é o Presidente da República. Ele poderá mostrar a sua atitude de aperfeiçoamento da democracia brasileira, porque obviamente o Presidente da República tem uma cobertura natural no cotidiano de todos os fatos dos quais participa. Então, há uma relativa vantagem em relação aos demais. Mas se ele disser...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só mais este ponto. Se ele puder dizer: “Eu faço questão de ir ao debate e proporcionar igualdade de condições para os meus adversários em relação a mim”. Mesmo que o Presidente, de repente, por causa da regra do debate, precise esperar que cinco, seis candidatos, todos venham fazer críticas a ele, mas daí é claro que os telespectadores estarão aguardando o momento de o Presidente dizer as suas palavras, apresentar as suas propostas e o seu conhecimento extraordinário do Brasil. E ele terá uma condição excepcional para dizer o que pretende fazer e o que faz e assim por diante.

Posso conceder dois breves apartes? Ao Senador Leonel Pavan e ao Senador Pedro Simon, porque ambos me pedem?

Com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me, Sr. Presidente, o aparte, já que hoje é um dia bastante tranquilo, e dá até para debatermos esse assunto, que é muito importante. Meu amigo, Senador Suplicy, primeiro eu gostaria de falar sobre a questão da segurança. Eu vinha vindo no carro, ouvindo-lhe, e confesso que o fato mexeu conosco, até porque V. Ex^a poderia ter sido vítima por – um acaso não foi vítima. Então, também queremos nos sensibilizar com essa situação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O problema é o seguinte: não queremos jogar a responsabilidade para ninguém sobre a questão da segurança. Nem para o Presidente da República, nem para o governador de São Paulo, Cláudio Lembo. Não vamos jogar só para um, não vamos responsabilizar uma pessoa só, não vamos fazer isso. Mas uma coisa é preciso ser lembrada, Senador Eduardo Suplicy: o Fundo Penitenciário Nacional tem R\$335 milhões para serem investidos, até agora foram investidos só R\$5 milhões. Posso estar errado, mas estou pegando dados que me foram passados há pouco pela minha assessoria. Só foram investidos R\$5 milhões do Fundo Penitenciário Nacional. E parece-me que esse investimento foi em passagens, eventos, computadores e assim por diante. Essas coisas são importantes, muito importantes, como equipamentos. Porém, só foram investidos R\$ 5 milhões. Parece também que o Siafi, no primeiro semestre, anunciou – isso quem me passou foi a assessoria do PSDB – que o governo tem R\$1,5 bilhões para investir. Até agora, comprometidos, são só 12% dos R\$1,5 bilhões. E liberados mesmo não chega a 1%, ou um pouco mais de 1%, não sei. É claro que não se deve responsabilizar só o Presidente Lula, mas, se existem os recursos destinados ao orçamento, por que não liberá-los, Senador? Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a também não concorda com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Leonel Pavan, dar-lhe a informação que me transmitiu, no sábado, o próprio Secretário de Assuntos Penitenciários, Antônio Ferreira Pinto. Inclusive, após o encontro do Presidente com o Governador Cláudio Lembo, sexta-feira última. No sábado, informou-me que já estavam tomadas as providências que o Ministro da Justiça pediu no sentido de formalizar exatamente a destinação dos recursos. Já estavam depositados na conta do Governo do Estado de São Paulo R\$87 milhões. Os R\$13 milhões restantes, para a construção dos presídios necessários, estarão em breve liberados. Aquela providência de liberação de R\$100 milhões de recursos do Governo da União

para o Governo do Estado de São Paulo, diante da emergência, foi tomada nos últimos dias.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, esse debate é importante. Hoje não haverá votações. Portanto, solicito um tempo a mais para debatermos com o Senador Eduardo Suplicy essa questão. Nossa intenção é de encontrar soluções. É correto, Senador Eduardo Suplicy, que os recursos liberados agora não salvam, não inocentam, nem isentam os responsáveis do passado. Tudo o que ocorreu até agora poderia ter sido amenizado se tivessem investido esses recursos antes, se tivessem destinado R\$80 milhões ou R\$100 milhões antes. Isso se pudessem tê-los destinado. Não destinaram.

Agora, esse recurso poderá amenizar a situação daqui para a frente. Também destinaram R\$13 milhões para os presídios de Santa Catarina, mas só falaram, não existe o dinheiro, o dinheiro não está lá, não está liberado! A verdade é que estamos vivendo um momento dos mais difíceis no Brasil em relação à segurança. No entanto, não sei se por burocracia ou o que seja, não se libera, a não ser sob pressão, Eduardo Suplicy, independentemente de quem seja o Presidente da República. Segurança é prioridade. É prioridade! Não se pode deixar o recurso parado no caixa. Tem de liberar! Está garantido! Foi aprovado! Outra questão que gostaria de colocar aqui é sobre o fato de o Lula não ter ido ao debate. Não dá para se comparar com o Fernando Henrique Cardoso, dizendo que ele fazia também. O Fernando Henrique Cardoso não é candidato; o candidato é Geraldo Alckmin. Ele já passou; agora, são novos candidatos! O Lula está disputando com o Alckmin, com a Heloísa Helena, com o Cristovam. É um novo processo, é uma nova eleição, é novo debate, são novos tempos, é nova história! Porque o Lula sempre demonstrou ser diferente e dizia que seria diferente! E, lamentavelmente, penso que ele fugiu do debate. Assim como não se pode comparar o Fernando Henrique Cardoso, que foi um grande Presidente da República, com o Alckmin, não podemos dizer que qualquer um do PT seja culpado pelas falcatruas que alguns do PT cometem. Os que cometem vão pagar; os que não fizeram vão ser julgados; para os que não cumpriram sua missão, com certeza, a população vai dar a resposta dia 1º de outubro! Agora, querer fazer a comparação, porque o Fernando Henrique Cardoso não foi, o Lula não quer ir, não faz sentido, pois penso que este não esteja indo por outros motivos, que não o da comparação!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a está percebendo que

eu aqui hoje estou recordando os meus discursos – são três que, inclusive, vou pedir para serem registrados nos Anais da Casa – de 1998, quando então procurava instar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a participar dos debates. E hoje quero transmitir com fraternidade, com amizade ao Presidente Lula que ele estará prestando um serviço à democracia se comparecer aos debates.

Ouço o Senador Pedro Simon com muito honra.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu acho que V. Ex^a está sendo muito claro. Aliás, justiça seja feita, não é por nada que a credibilidade de V. Ex^a tem índices tão elevados em São Paulo para candidato a reeleição. É que V. Ex^a, com muita dificuldade, com muitas interrogações dentro do seu próprio partido, vem mantendo a coerência que o caracteriza. As teses que V. Ex^a defendia ontem como líder e como Senador da oposição, V. Ex^a as busca e esforça-se para defendê-las hoje. Então o que tem que se salientar no seu pronunciamento é que, há quatro anos, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Aqui era 1998, Senador Pedro Simon...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Há oito anos, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador. Nesse mesmo discurso, citei palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a ausência de Jânio Quadros no debate de 1985, quando ele disse: “São Paulo vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Jânio Quadros. E que lástima para todos nós seria voltarmos a esse passado, aos mesmos golpinhos, tentando, simplesmente, fugir do debate”. Ou seja, eu queria recordar Fernando Henrique sobre a importância de ele vir ao debate. E defendia, então, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que era o principal adversário.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E V. Ex^a mostra sua coerência. Defende, hoje, no Governo, o que V. Ex^a defendia, ontem, na Oposição. Mas essa não é a característica deste Senado. Tantos os companheiros de Fernando Henrique, que ontem silenciavam quando ele não queria ir aos debates, hoje, cobram do Lula, porque não vai ao debate. Quantos companheiros do PSDB, que hoje cobram do Lula que não vai ao debate, mas, ontem, calavam, silenciavam e defendiam Fernando Henrique que não ia ao debate. Dentro dessa heterogeneidade de comportamento, V. Ex^a mantém a coerência. E faz muito bem V. Ex^a de ir à tribuna. E não ir à tribuna para falar, mas ler o seu pronunciamento quando V. Ex^a era Líder da Oposição, e o candidato,

que não queria ir, era o Sr. Fernando Henrique. Não é só nesse assunto. São várias vezes, nestes quatro anos, que V. Ex^a tem ido à tribuna defender posições que defendia no passado e as defende agora. V. Ex^a, desde o início, defendeu a criação da CPI. O PT e o Presidente da República foram contra a criação da CPI. Nós tivemos de entrar no Supremo para que a CPI fosse criada. Esse é o mérito de V. Ex^a. Mas, lamentavelmente, é onde o Governo se identifica. Nós vamos ver que quem está no Governo está no Governo! Há muitas coisas que Fernando Henrique fez no Governo e que o Lula faz hoje. Como há muita coisa que o PT e Lula defenderam na Oposição e esqueceram hoje. V. Ex^a, em meio a esse conjunto geral, tem a credibilidade de estar sempre com a mesma posição. Por isso V. Ex^a é invencível em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Concluindo, então, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras do Senador Pedro Simon e até aqui registrar que achei importante que o Líder Senador Ney Suassuna tenha ouvido as recomendações do Senador Pedro Simon, dizendo que se vai dedicar, por um período, inteiramente, para esclarecimento e defesa, por isso pede licença, seguindo a palavra com uma força tão forte quanto a de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Saturnino, esse excepcional andarilho da democracia brasileira, permitirá que eu fale.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, eu estava na dúvida se V. Ex^a queria ou não um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Apelo para a brevidade, Senador, em razão da inscrição de vários outros nobres Colegas que sucederão ao Senador Suplicy na tribuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Mas eu tinha que me solidarizar com o Senador Suplicy pelos momentos de angústia que viveu quando seu motorista – parece-me – foi seqüestrado neste fim de semana.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu vinha em meu carro e fiquei sensibilizado e angustiado para chegar aqui e emprestar a V. Ex^a a minha solidariedade para que seja transmitida a esse trabalhador. Isso mostra exatamente o quadro que o Brasil vive hoje. Não é São Paulo. No Rio, tivemos recentemente o falecimento de um português. E, para mostrar ao Brasil que a crise da segurança é grave, tivemos há três meses no

Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara, a invasão inusitada de sindicalistas comandados pelo Sr. Bruno Maranhão, que provocou, inclusive, ferimentos em funcionários desta Casa. A violência que assola o País aumentou muito nesses últimos quatro anos, infelizmente. Agora, Senador Eduardo Suplicy, quero lhe dar uma sugestão. V. Ex^a falou com muita emoção, mas deixou passar a impressão a quem estava ouvindo de que, ao tomar conhecimento de que o motorista era de V. Ex^a, os seqüestradores o soltaram. Ficará muito ruim essa impressão para a opinião pública. Minha pergunta é: se o motorista fosse de um Senador que combate o Governo, teria tido ele o mesmo tratamento dos seqüestradores? Ficou muito ruim. Eu, como amigo de V. Ex^a, sugiro que V. Ex^a volte a esclarecer esse episódio. Falo como amigo, como uma pessoa que preza pela sua imagem. Até fiquei preocupado em saber se havia ouvido erradamente, mas duas ou três pessoas que consultei tiveram a mesma impressão. Tenho certeza de que é apenas um episódio, mas seria bom que fosse feito esse esclarecimento. A princípio, tenho esse cuidado, porque, recentemente, uma revista desse fim de semana – salvo engano, a **Veja** – mostrou diálogos em que prisioneiros mandavam que companheiros tivessem ações duras com políticos no Brasil. Portanto, eu queria apenas fazer esse registro. Para finalizar, penso que não estamos no momento de lembrar o que alguns políticos brasileiros disseram no passado, até porque, no último debate da eleição passada, o Presidente Lula batia muito na tecla de que, no seu palanque, não subiria ladrão, não haveria lugar para corrupção. Alguma coisa mudou. Fica o registro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, agradeço a sua solidariedade. Gostaria de prestar a seguinte informação: o meu motorista, José Damião da Silva, disse-me que, ao ser seqüestrado, explicou que era apenas um motorista. Os dois seqüestradores pediram-lhe os documentos, os cartões de crédito, para que pudessem proceder à retirada em dinheiro da sua conta bancária, e João Damião forneceu sua senha. Inclusive, os dois seqüestradores telefonaram para uma terceira pessoa, informando o código e o anotaram num livro que se encontrava no carro e que, coincidentemente, era de minha autoria. Perguntaram-lhe o que fazia, e João Damião disse que era um motorista e que ia levar-me ao aeroporto. Por poucos instantes, eu não os encontrei, porque estava saindo de casa no momento do seqüestro.

Mas isto, então, indica que os dois rapazes não sabiam que aquela era a minha residência e que o

José Damião era a pessoa que me levaria e que trabalha comigo desde 1985. Mas, quando ele informou aos dois que trabalha para um Senador – não sei se aí eles identificaram que era um Senador do PT e que apóia o Presidente Lula –, os seqüestradores disseram ao José Damião da Silva: “Então este BO é muito grande; vamos deixar você com o automóvel”. E o deixaram lá.

No diálogo, é fato – disse-me o Damião – que eles disseram: “Nós vamos votar no Senador Suplicy”. Esse foi o fato objetivo que aconteceu.

Com respeito aos debates, tenho a convicção de que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy, apelo que V. Ex^a conclua agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou saindo da tribuna, Sr. Presidente.

Com respeito aos debates, tenho a convicção de que, quanto ao meu amigo, companheiro e Presidente que apóio, eu o ajudarei sempre que disser a opinião da forma mais sincera possível, mesmo que eventualmente divergindo. Mas a minha recomendação é: Presidente Lula, se comparecer aos debates, inclusive no primeiro turno, Vossa Excelência estará contribuindo, e muito, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas no Brasil.

O debate é a maneira de fazer com que nós candidatos e partidos gastemos muito menos. Eu, embora esteja muito bem nas pesquisas de opinião, aceito o debate com os meus adversários em qualquer meio de comunicação que nos convide.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy, a Mesa, em nome do Senado e de todos os Senadores, expressa a mais profunda solidariedade ao servidor que há tanto tempo lhe presta serviços, Sr. José Damião, e naturalmente também a V. Ex^a, pelo acontecido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro que sejam transcritos os pronunciamentos de 1998.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Notas do dia 29/06/1998

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - V. Ex^a tem a palavra como Líder.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está prestes a cometer um atentado contra a democracia. Afirmou na última quinta-feira que não participará dos debates no primeiro turno, depois que as pesquisas apontaram uma ligeira reação sua diante de seu principal adversário Luis Inácio Lula da Silva. Com essa atitude, estará o Presidente da República restringindo o direito do povo brasileiro de conhecer e comparar melhor as ações, atitudes e proposições dos candidatos frente à frente.

Como se já não bastasse o extraordinário poder daquele que está à frente do Executivo em relação aos demais adversários e o benefício que a cobertura normal dos meios de comunicação dá a quem está exercendo a Presidência, Fernando Henrique agora pretende fugir dos debates com seus adversários. Quero lembrar que, ao dar explicações à opinião pública sobre o direito de reeleição, reiterou que aquele direito vigora há muito tempo nos Estados Unidos. Só que o ponto alto da campanha naquele país é justamente os debates que fazem os candidatos à Presidência, sendo tradicional o comportamento do presidente se submeter a mais de um debate nos meios de comunicação com o seu principal adversário. Todos nós temos a viva lembrança desses debates de extraordinária importância.

Por outro lado, é importante assinalar a atitude positiva do Governador de São Paulo, Mário Covas, de se afastar do cargo para disputar a campanha eleitoral para o Governo do Estado. Nesse caso, Covas expressou publicamente o fato de não se sentir à vontade de ser, ao mesmo tempo, Governador de São Paulo e pedir votos aos eleitores. Tenho certeza de que, qualquer que seja o lugar em que esteja nas pesquisas, Mário Covas não se furtará a debater com seus adversários. Aliás, os que estão fugindo são justamente Paulo Salim Maluf e Francisco Rossi, que não têm tradição de serem defensores das instituições democráticas no Brasil. Durante o regime Militar, esses candidatos não defenderam, desde a primeira hora, a volta das eleições diretas. É de se supor que o Presidente Fernando Henrique, que foi um dos que lutou pela democracia no Brasil, não venha agora negar o direito de o povo escolher a melhor proposta para o País, só porque está em vantagem nas pesquisas, através dos debates pelos meios de comunicação.

O estranho é que o Sr. Fernando Henrique declarou meses atrás que gostaria muito de dialogar com Luís Inácio Lula da Silva, a quem considera o principal Líder de Oposição. Que melhor oportunidade teria o Presidente da República de dialogar com Lula diante de todo o povo brasileiro pela TV com um debate entre ambos? Estará S.Ex^a. com receio de que Lula aponte os principais problemas e falhas que não conseguiu resolver até hoje relativos às altas taxas de desemprego, à erradicação da miséria e à distribuição da renda?

Não podemos admitir que o atual Presidente da República venha a público dizer “não vou a debates no 1º turno. Posso mudar de opinião se cair nas pesquisas”, por pensar que “política é criatividade”. Maior criatividade terá

ele se permitir que os milhões de eleitores brasileiros tenham o direito de escolher o próximo Presidente da República da forma mais democrática possível, a exemplo do que ocorre no processo eleitoral dos Estados Unidos, que tanto o inspirou quando defendeu a própria reeleição. Espero que não venha a seguir o mau exemplo de Jânio Quadros, o qual usou deste expediente, ao se recusar a debater com o Sr. Fernando Henrique e demais adversários, quando sagrou-se vencedor da disputa para Prefeito de São Paulo, em 1985. Jânio Quadros venceu as eleições, mas não serviu ao seu povo com um bom exemplo de prática democrática. Naquela oportunidade, Fernando Henrique Cardoso, de quem eu também era adversário, criticou veementemente Jânio Quadros por ter se ausentado de um debate tão importante para o aperfeiçoamento da democracia.

Sr. Presidente, espero que ele se lembre desse episódio e resolva, desde já, no primeiro turno, inclusive, participar dos debates com os principais adversários de acordo com as regras da Lei Eleitoral vigente.

Notas do dia 05/08/1998

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de 20e minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a edição de 26 de junho de 1998 do jornal **Folha de S.Paulo** registrou a seguinte declaração do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Não vou a debates no primeiro turno. Posso mudar de opinião, se cair nas pesquisas". Nessa mesma entrevista, ao ser questionado se isso não era mudar as regras no meio do jogo, Sua Excelência afirmou que "política não é regra, é criatividade".

É inacreditável que o Presidente da República possa ter feito uma declaração dessas. Suas palavras revelam descaso e até desprezo pela opinião pública. Não consigo reconhecer aquela pessoa que, durante os anos 60, 70 e 80, esteve ao meu lado e ao lado de tantos que lutaram pela volta da democracia em nosso País e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O debate direto entre os candidatos constitui o acontecimento mais significativo das campanhas eleitorais nos países democráticos. Lembremo-nos que, durante a campanha para que o Congresso Nacional votasse a Emenda da Reeleição, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se mais de uma vez aos Estados Unidos, país em que o presidente tem o direito de disputar a reeleição por uma vez.

Ora, qual o momento mais importante da campanha eleitoral nos Estados Unidos? Justamente os debates entre os candidatos, transmitidos em cadeia para toda a nação - debates esses que, inclusive, têm sido transmitidos pela **CNN**, ou, às vezes, até pelas nossas emissoras de televisão. Nós, brasileiros, seja via **CNN** ou emissoras nacionais, assistimos a esses debates com extraordinário interesse.

Por exemplo: foram marcantes os dois debates entre os candidatos Richard Nixon e John Kennedy, no início dos anos sessenta. Nixon estava à frente nas pesquisas quando Kennedy conseguiu sair-se brilhantemente em duro embate, conquistando o eleitorado. Alguns até comentam aspectos menos importantes sobre o que ocorreu à época: dizem que Richard Nixon não tinha feito a barba direito! Mas o fato é que, no conteúdo, John Kennedy foi brilhante e conseguiu vencer o seu oponente.

O Presidente George Bush, disputando com Bill Clinton e Ross Perot, participou de dois debates, e, neste caso, foi Bill Clinton que conseguiu se sair melhor, vencendo as eleições contra o Presidente que estava no exercício do mandato.

Na campanha seguinte, Clinton, desta vez como Presidente, aceitou debater duas vezes com o seu adversário, Bob Dayle, experiente Senador que muito sabia da política norte-americana e, inclusive, da política externa. O Presidente Bill Clinton se saiu bem e venceu o debate e as eleições. Ou seja, não há regra que estabeleça que se sai sempre melhor o Presidente em exercício.

Na França, têm sido memoráveis os debates entre os candidatos à presidência. É o momento da campanha que toda a Nação quer assistir, do

qual todos querem participar, opinar sobre quem se sairá melhor e quem está mais bem preparado.

Ironicamente, o Senhor Fernando Henrique está repetindo o comportamento do ex-Presidente Jânio Quadros que, em 1985, estando à frente nas pesquisas eleitorais, resolveu se ausentar dos debates realizados entre os candidatos a prefeito de São Paulo. Entre esses candidatos, estava o próprio Fernando Henrique, eu e ainda Francisco Rossi, Ademar de Barros, José Maria Eymael e outros. Naquela ocasião, fiquei indignado. Ora, estávamos disputando com um ex-Presidente, que, naturalmente, era muito mais conhecido do que eu - pela primeira vez Deputado Federal - ou Fernando Henrique - pela primeira vez Senador. Como disputar de igual para igual com quem havia sido, mesmo que no início dos anos 60, Presidente da República e que era uma figura mítica, de grande carisma?

Critiquei a ausência de Jânio Quadros. E o que disse Fernando Henrique sobre Jânio Quadros? Ele também se indignou e disse: "São Paulo vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Jânio Quadros e que lástima para todos nós seria voltarmos a esse passado, aos mesmos truques, aos mesmos golpinhos (sic), tentando simplesmente fugir ao debate.

Fernando Henrique disse que o Presidente Jânio Quadros - que estava melhor nas pesquisas de opinião - queria fugir ao debate. E isso foi lembrado recentemente pelo próprio Painel da **Folha de S. Paulo**.

Lembrança comprometedora, senhoras e senhores. Como o Presidente nega ter dito que pediu para esquecerem seus posicionamentos passados, vamos ecoar suas palavras dizendo, com as devidas adaptações, o mesmo. Vamos abrir aspas para adaptar as declarações de Fernando Henrique sobre Jânio Quadros a ele próprio. Fernando Henrique falava de Jânio e de São Paulo. Vou usar as mesmas palavras, apenas adaptando-as a Fernando Henrique e ao Brasil. Abro aspas para plagiar a análise de Fernando Henrique Cardoso, Senador, em 1985: "O Brasil vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Fernando Henrique e que lástima para todos nós seria continuarmos com esses mesmos truques, com esses mesmos golpezinhos, tentando simplesmente fugir ao debate."

Fica a pergunta: estaria o Presidente com receio de ser questionado sobre as taxas recordes de desemprego, a desigualdade social persistente, os índices crescentes de criminalidade, a demora em realizar a reforma agrária, a concentração de riqueza produzida pelo Proer e as privatizações ou, ainda, a respeito da política externa brasileira?

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Pois não, nobre Senador Bello Parga. Permita-me apenas concluir o meu raciocínio, inclusive porque, na conclusão, farei uma proposta sobre a qual gostaria muito de ouvir a opinião de V. Ex^a.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Fica a pergunta: estaria o Presidente se propondo a quê? Estaria ele querendo aperfeiçoar a democracia com tal sistemática?

Ao recusar-se a debater com seus adversários, Fernando Henrique Cardoso, na verdade, presta um desserviço à democracia. Isso é tão mais grave quando nos recordamos que o Governo usou de todos os artifícios

para pressionar o Congresso a votar uma lei eleitoral que reduziu para apenas 45 dias a propaganda eleitoral pela televisão e pelo rádio.

V. Ex^{as}s sabem o que são 45 dias, nobres Senadores Bello Parga, Geraldo Melo, Djalma Bessa, Marina Silva, Nabor Júnior e Bernardo Cabral, que aqui nos honram com a sua presença? É um tempo menor do que o da minissérie Hilda Furacão, personagem que conseguiu comover as pessoas com a sua bela história de busca da pessoa amada e que, certo dia, após procurar tanto, diante das manifestações que ocorreram, do golpe militar e da repressão toda, perde-se do Frei que queria encontrar. Quatro anos depois, na manifestação de maio de 1968, os dois, na luta pela democracia e contra a ditadura - ele participando do movimento cristão por direitos à cidadania -, eis que, em meio a manifestação tão bonita dos jovens pela liberdade, encontram-se para viver o amor que tanto queriam.

Ora, o Brasil está querendo encontrar o seu grande amor pela liberdade, pela democracia, tudo aquilo que levou Fernando Henrique, a mim próprio, Lula e tantos de nós a pedirmos pelas Diretas Já, por ética na vida política. Do que tem receio agora Fernando Henrique Cardoso? Da prática da democracia?

Evidentemente essa legislação foi feita de encomenda para favorecer o candidato que está no poder. Aqueles que acreditavam que, como Presidente, Fernando Henrique Cardoso iria contribuir para aperfeiçoar a democracia brasileira e reformar as nossas instituições políticas estão tendo amarga decepção. Na realidade, o Presidente da República tem atuado de várias maneiras para enfraquecer ainda mais o nosso regime democrático. Exemplo disso são os seus dois atos recentes. Primeiro, vetar na LDO, pela segunda vez, que seja o Poder Executivo obrigado a mostrar quais as repercussões do Proer sobre o Orçamento. Por que razão o Presidente faz isso? Disse ele na sua justificativa que os dados não estariam completos. Ora, que os apresente parcialmente, já que sempre defendia a transparência dos atos da Administração Pública.

Depois, tentarem o Banco Central e as autoridades monetárias postergar a revelação da situação do déficit público. Hoje, toda a imprensa comenta isso, inclusive o jornal **O Estado de S.Paulo**, que, em geral, tem sido tão favorável à postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso e crítico das posturas de seus adversários, em especial de Lula. Traz ele um editorial, com o qual estou de pleno acordo, dizendo que o Governo se enfraquece ao evitar dar transparência às informações sobre o déficit público.

Está aí, portanto, mais um exemplo de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não está agindo de acordo o que foi a sua trajetória de luta pelo aperfeiçoamento da democracia. Sua postura, inclusive, está servindo de modelo para outros candidatos, como o ex-Presidente Itamar Franco, em Minas Gerais, e César Maia, no Rio de Janeiro, que, citando Fernando Henrique, afirmaram que seguiriam o seu exemplo de não comparecer a nenhum debate antes da eleição. Itamar Franco, embora estando à frente nas pesquisas de opinião, fala também que não comparecerá. É por ter sido Presidente da República que Itamar Franco não quer dialogar com os demais candidatos? Se resolveu ser candidato a governador, então ele está em condição de igualdade com os outros candidatos. O ex-Presidente Itamar Franco, que muito respeito, mas que incorre em dramático engano, diz

que está imitando Fernando Henrique Cardoso. Que mau exemplo, Presidente Fernando Henrique!

De minha parte, como candidato que está liderando todas as pesquisas de intenção de voto para senador por São Paulo, quero reiterar minha disposição de debater, frente a frente, com meus adversários, nos meios de comunicação. Acredito que a melhor maneira de esclarecer os eleitores sobre as idéias de cada candidato são os debates.

Quanto mais freqüentes se tornarem, mais contribuirão para o aprimoramento de nossa incipiente democracia.

Quero concluir o Presidente Fernando Henrique Cardoso a rever a sua postura. Que pense melhor e decida aceitar participar de debates com seus adversários. Não há oportunidade melhor, Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, de o Presidente minimizar todas as alegações e denúncias, que estão ocorrendo no cotidiano, de abuso da máquina administrativa, de uso de aviões, bem como de toda a estrutura do Poder Federal, estadual e municipal. Será o momento de neutralizar os ataques que vem sofrendo, e vai sofrer cada vez mais, por estar recebendo o auxílio extraordinário de grupos econômicos, inclusive dos interessados em participar do processo de privatização, daqueles que receberam créditos a taxas de juros bem menores do que as de mercado, como as instituições financeiras que se beneficiaram do Proer, as médias e grandes empresas que receberam recursos do BNDES, do Banco do Brasil, etc.; as que contrataram grandes obras com o Poder Público.

O Presidente poderá dar o exemplo e, em igualdade de condições, participar de debates com os seus adversários. Aí estará valendo no debate a presença de espírito, a capacidade plena, o olho-no-olho de cada candidato, a possibilidade de os eleitores, a opinião pública e a imprensa observarem as propostas de cada um, os seus valores, como cada um se comporta diante de críticas severas. Acaba de chegar aqui o Senador Roberto Freire, que está em campanha por Ciro Gomes. Estou aqui dizendo, Senador Roberto Freire, da importância da realização de debates e pedindo ao Presidente da República Fernando Henrique que reveja a sua postura de não querer participar deles. Quero que haja esse debate.

Gostaria de apresentar uma sugestão ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, e ao Presidente Michel Temer, da Câmara dos Deputados, no sentido de organizarem um debate entre os candidatos à Presidência, nos termos da lei eleitoral em vigor, por meio da **TV Senado** e da **TV Câmara**, facultando às demais emissoras sua transmissão simultânea. Eis a minha proposta, Senador Nabor Júnior.

Conversei com o Presidente Michel Temer na semana passada, mas eu ainda não tinha tido essa idéia que acabei de sugerir, sobre a importância de os presidentes de ambas as Casas tentarem convencer o Presidente Fernando Henrique Cardoso da necessidade de ele mudar de postura e participar dos debates. Mas agora vem aqui a minha proposta adicional: por que não o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães presidir os debates, em colaboração com o Presidente Michel Temer? S. Ex^{as}s podem, sobretudo, presidir o debate entre os três principais candidatos, de acordo com o que está previsto na lei; podendo este ser feito por etapas, como reza o art. 46 da Lei Eleitoral:

"Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta lei, é facultada a

transmissão, por emissora de rádio ou televisão, de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação na Câmara dos Deputados, e facultada a dos demais, observado o seguinte:

I - nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;

b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;"

Portanto, poderia haver, primeiro, um debate entre Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes, que são os três que estão nos primeiros lugares, depois haveria a oportunidade para os demais.

"II - nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato, salvo se celebrado acordo em outro sentido entre os partidos e coligações interessados.

§ 1º - Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate.

§ 2º - É vedada a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.

§ 3º - O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56."

Portanto, aqui estão as regras equitativas da formulação do debate.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Com muita honra, nobre Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, neste momento V. Ex^a, tomando como referência debates entre candidatos presidenciais na América do Norte, aproveita, com uma certa veemência e até mesmo com indignação, para censurar o Presidente da República, candidato à reeleição, por não manifestar vontade de participar de debates. Eu gostaria de levantar apenas dois pontos, lamentavelmente fazendo reparo ao seu pronunciamento. Primeiro, felicito V. Ex^a por ferir a corda do debate que se dá via televisão na grande democracia do Norte. Efetivamente, lá já está se tornando tradição o debate entre os dois candidatos em cadeia nacional. São só dois candidatos, porque são só dois grandes partidos. Há, portanto, condições práticas e materiais para um debate dessa ordem. No Brasil, não há a menor condição de se repetir esse modelo, porque, até o momento, já temos

oito ou nove candidatos à Presidência da República, o que inviabiliza um debate dessa natureza no primeiro turno, conforme V. Ex^a está reclamando desde já. Se houver segundo turno, aí sim haverá condições de se promover esse debate entre o Presidente da República, que é candidato à reeleição, e o outro candidato que também chegar ao segundo turno. Não se pode esquecer que é possível também haver um segundo turno entre o candidato Lula e o candidato Ciro Gomes, e o Presidente da República, assim, nem teria oportunidade de participar de um debate dessa natureza. Portanto, acredito que, no segundo turno, o Presidente Fernando Henrique Cardoso debaterá com o outro candidato, qualquer que ele seja. E reitero os meus cumprimentos a V. Ex^a por erigir como paradigma de comportamento eleitoral aqui no Brasil o exemplo americano. Dessa vez V. Ex^a não recorreu ao exemplo cubano, onde, como V. Ex^a sabe, os debates são inexistentes.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - V. Ex^a sabe, Senador Bello Parga, como sou admirador das instituições democráticas americanas. Vivi nos Estados Unidos quase cinco anos de minha vida, e se há algo que aprendi muito bem foi justamente que lá as instituições democráticas funcionam e acredito que estejam sempre se aperfeiçoando.

Nem sempre estou de acordo com tudo que ocorre lá. Ao próprio princípio da reeleição, por exemplo, como V. Ex^a se recorda, não fui favorável, preferi seguir a recomendação do grande crítico e admirador da democracia na América, Alexis de Tocqueville, que não o recomendou aos Estados Unidos.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA)- Mas isso é passado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - É passado, estou apenas fazendo referência. E estarei sempre reforçando o que de bom há e que permite a transformação e o aperfeiçoamento da sociedade.

Pode perfeitamente haver um debate conforme os moldes que V. Ex^a preconiza; ou seja, com dois, três ou quatro candidatos. A lei permite o debate com pelo menos três candidatos. E seria razoável que esses três fossem os mais votados. Seria uma questão de acordo. A **TV Senado** transmitiria esse debate - obviamente todas as emissoras de rádio e televisão de grande expressão iriam retransmitir - e, depois, realizaria outro debate com os demais candidatos. Nesse caso, provavelmente, as emissoras não teriam a mesma vontade de retransmitir o evento, mas aí estariam plenamente cumpridas as regras do jogo.

Aqui fica a minha sugestão à **TV Senado** e à **TV Câmara**, emissoras que tanto têm contribuído para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas, pela comunicação ao povo brasileiro do que se passa no Congresso Nacional.

O Sr. Geraldo Melo(PSDB-RN) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Concedo o aparte, com muita honra, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Senador Eduardo Suplicy, quero unir-me ao Senador Bello Parga na homenagem a V. Ex^a, pela veemência e seriedade com que está tratando do assunto, como sempre faz nos pronunciamentos com que nos brinda nesta Casa. Quero também, como S. Ex^a, discordar da posição que V. Ex^a expõe. Em primeiro lugar, quem conhece o talento, o brilho, a verve, a cultura do Presidente Fernando Henrique Cardoso sabe muito bem que se Sua Excelência está dizendo que não vai a debate no primeiro turno, não há de ser por medo de participar de debate algum.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Não é o que parece, Senador.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN)- O que parece é que Sua Excelência não vai a debate no primeiro turno. O que estou discutindo não é que vá. Estou afirmando que a minha convicção é de que Sua Excelência não vai não por medo de debater. Acho, Senador Suplicy, que o Presidente faz muito bem em não ir, porque V. Ex^a mesmo leu um trecho da lei eleitoral segundo o qual, ao contrário do que V. Ex^a afirma, não se permite que a instituição promotora do debate selecione os candidatos que devem participar. Ninguém tem o direito de dizer que vai promover um debate apenas com tais candidatos. V. Ex^a mesmo leu agora dispositivo da lei eleitoral segundo o qual o debate pode ser feito sem a presença de todos, desde que todos tenham sido convidados com antecedência mínima de 72 horas. Quem decide se vão dois, três, cinco ou seis candidatos não é o promotor do debate, mas os próprios candidatos. Quem faltar não debate; quem comparecer tem o direito de debater. Então, não é tão simples como V. Ex^a formulou. Em segundo lugar, realmente não têm sentido, nem mesmo para a opinião pública, os debates com a participação de dez candidatos. V. Ex^a sabe muito bem que retiram tempo de debate importante e tempo de debate que suscita o interesse da opinião pública. Na realidade, a analogia que faz V. Ex^a com o sistema americano foi muito bem abordada pelo Senador Bello Parga. Ali é muito simples: se há dois candidatos, um, dois ou dez debates serão entre eles dois. No Brasil, não será assim, a não ser a partir do segundo turno. Nesse momento, se o Presidente Fernando Henrique estivesse com medo de participar de debates, teria dito que não participaria de debates em momento algum. E o que Sua Excelência afirmou foi que não participará de debates no primeiro turno. Acho que faz muito bem S. Ex^a. Agora, já que V. Ex^a apresentou uma proposta concreta...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) -... para exame da Mesa, da qual V. Ex^a é Vice-Presidente.

O Sr Geraldo Melo (PSDB-RN) -...da qual sou Vice-Presidente. Quero antecipar a V. Ex^a que...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Já pensaram no assunto? Eu ainda não falei com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Estou abordando o assunto pela primeira vez e imaginava até que S. Ex^a pudesse estar presente.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Estou tomando conhecimento da idéia neste momento e, se esse assunto chegar formalmente à Mesa, e eu tiver oportunidade de debater, quero dizer honestamente que a minha posição é contrária à sugestão de V. Ex^a. Este é o Congresso Nacional. Embora o Senado Federal disponha de uma emissora de televisão, esta não é uma instituição de televisão. O Senado Federal dispõe de um canal de televisão para que a sociedade possa tomar conhecimento do que estamos fazendo. Há coisas que os canais de televisão comuns podem fazer, devem fazer e fazem muito bem, mas nem todas as coisas que eles fazem nós devemos fazer. Daqui a pouco, alguém vai achar que - já que V. Ex^a se referiu à **Hilda Furacão** - poderemos, em breve, apresentar nossa novela também.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - A nossa novela é a vida real, que é passada no dia-a-dia.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - É a vida real e devemos continuar mostrando a vida real ao povo brasileiro, mostrando nossas idéias, sujeitas à crítica de todos; mas, francamente, se tiver oportunidade de manifestar a minha opinião, serei terminantemente contra uma iniciativa dessa natureza partir do Senado ou da Câmara, ou das duas Casas como Congresso Nacional. O respeito da sociedade ao seu Congresso há de ser fruto da constatação, pela sociedade, de que os Congressistas se dedicam com seriedade e afinco às tarefas que têm como parlamentares; as demais, não são tarefas do Congresso Nacional. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Agradeço a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, pelas reflexões que apresentou. V. Ex^a tem razão no que diz respeito à lei, pelo menos três candidatos devem participar do debate e a escolha não é necessariamente da emissora promotora.

Mas o que eu estava pressupondo, Senador Geraldo Melo, é que poderia haver o entendimento no interesse público. Ou seja, os demais candidatos, percebendo obviamente a relevância e o interesse, poderiam até chegar a um entendimento. Compreendo que o candidato Enéas, por exemplo, pode reivindicar o direito de participar do debate sob o argumento de que tem 4,5% das intenções de voto, índice não muito abaixo do de Ciro Gomes, que tem entre 7 e 10%. Então, os promotores podem ponderar se é um argumento de bom senso. Já seria um pouco diferente e precisaríamos verificar se os candidatos com índices abaixo de 2% vão dizer que irão participar, porque haveria aí, logicamente, uma demanda da opinião pública para que, no interesse da Nação, se fizesse o debate entre os candidatos com maior relevância e possibilidade concreta de chegar à Presidência.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Mas há um direito.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Mas, reconhecendo que seja um direito, poderia ser, pelo menos, tentado como objeto de diálogo.

Já no que diz respeito à **TV Senado** e **TV Câmara**, avalio de forma diferente, porque se trata de uma atividade eminentemente política, de enorme relevância para todos os partidos e representantes do povo no Congresso Nacional.

Trata-se de um momento maior da escolha do Executivo.

As pesquisas hoje mostram que a opinião pública não está acompanhando a sucessão dos Deputados e Senadores com o mesmo interesse que demonstram em relação à sucessão presidencial ou dos governos dos Estados.

V. Ex^a há de convir que o meu objetivo nesta tribuna é instar, é concluir o Presidente Fernando Henrique Cardoso a rever a sua postura. Se Sua Excelência disser: "Olha, então, tudo bem, participo dos debates"; e se as emissoras de rádio e televisão os organizarem, mesmo sem a colaboração da **TV Senado** e da **TV Câmara**, isso será o mais importante. Portanto, Senador Geraldo Melo, é preciso que haja o debate.

É interessante para o Congresso Nacional admitir que podemos fazer isso hoje graças ao povo brasileiro, que, por intermédio dos seus representantes, permitiu a estrutura da geração das **TVs Senado** e **Câmara**. Inclusive, se V. Ex^a entende que o importante é o que vale para o Senado e para a Câmara, a **TV Senado** poderá também realizar debates entre os candidatos para a renovação de um terço da Casa.

Se a Mesa do Senado quiser promover um debate entre os candidatos ao Senado, a começar por aqueles do meu Estado, ainda que à frente das pesquisas, disponho-me a debater com meus adversários. Alguns deles estão anunciando verbas extraordinariamente maiores do que a que vou necessitar. Vou gastar muita sola de sapato, muitas roupas, condução, automóvel; mas não muitos recursos, o mínimo, para preparar o programa do horário eleitoral, para fazer alguns panfletos, algumas fotos lambe-lambes e poucos **outdoors**. Portanto, da minha parte, estou pronto para debater com meus adversários.

Senador Geraldo Melo, agradeço a V. Ex^a as ponderações democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Notas do dia 13/10/1998

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srs e Srs. Senadores, quero tratar de um dos aspectos mais importantes que caracterizaram essas eleições no que diz respeito ao seu aperfeiçoamento e ao aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Refiro-me à necessidade, que acredito ser imperiosa, da realização de debates entre os candidatos.

Não há forma mais democrática que propicie mais oportunidades de a população estar avaliando as propostas, as ações, as atitudes, os valores de cada candidato senão por intermédio dos debates pelos meios de comunicação.

É da tradição dos modernos países democráticos que haja o debate entre aqueles que se candidatam à chefia de governo. Importantíssimos foram os debates, por exemplo, quando Richard Nixon estava à frente de John Kennedy, nas pesquisas de opinião e, em dois debates, John Kennedy virou a situação, conseguiu se sair bem e acabou se elegendo presidente. Memoráveis também foram os debates entre George Bush, Ross Perot, Bill Clinton, no qual Bill Clinton acabou se saindo melhor em dois debates e venceu as eleições. Bill Clinton também enfrentou o experiente Senador Robert Dahl por duas vezes e venceu as eleições.

Na França, Giscard D'Estaing e François Mitterand realizaram memoráveis debates, transmitidos pelos meios de comunicação e que, inclusive, acabaram sendo vistos por todos aqueles que, em diversos países do mundo, acompanham os canais internacionais de TV a cabo.

Em diversos Estados brasileiros, os debates se constituíram em peças-chave. Por exemplo, no Estado de São Paulo, por exemplo, houve dois debates entre os candidatos ao Governo: um transmitido pela **TV Bandeirantes**, com o apoio do **Jornal da Tarde**, o outro pela **RTC**, com o apoio da **Folha de S. Paulo**. Os debates tiveram altos índices de audiência e grande influência sobre o destino das eleições. Ao primeiro debate todos os candidatos compareceram, no segundo esteve ausente o candidato Francisco Rossi. Foram muitos os analistas a afirmarem que a ausência de S. S^a, a forma como a **RTC** mostrou sua cadeira vazia e a maneira como diversos órgãos da imprensa, inclusive a **Folha de S. Paulo**, classificaram a atitude do candidato de não democrática, de covarde, resultaram na queda acentuada da preferência dos eleitores.

Foi exatamente em função de seu excelente desempenho no primeiro debate, na **Rede Bandeirantes**, e de seu extraordinário desempenho no segundo, na **RTC**, que a candidata Marta Suplicy conseguiu um enorme crescimento na reta final das eleições, o que não foi devidamente registrado pelos institutos de opinião, a não ser quando já concluída a votação, foram divulgados os resultados de boca de urna, mostrando que ela praticamente estava empatada com o candidato Mário Covas.

Precisamos examinar melhor o que ocorre com os institutos de pesquisa de opinião. Houve erros dramáticos, injunções, e com isso os meios de comunicação puderam induzir os eleitores a deixar de votar na candidata

Marta Suplicy em favor do candidato Mário Covas, como maneira de conseguir levar para o segundo turno alguém com possibilidade de vencer o candidato Paulo Maluf.

O que me traz hoje à tribuna é a importância das realizações de debates, porque o que mais senti durante o processo de sucessão presidencial foi a ausência por parte do Presidente da República aos debates com seus adversários: Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, bem como os demais. Havia eu proposto que as **TVs Senado e Câmara** coordenassesem um debate entre os presidenciáveis. Ao próprio Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ilmar Galvão, enviei ofício logo depois que S. Ex^a me disse que, havendo iniciativa de um senador no sentido de que ele viesse a apoiar a realização de debates, que o faria. Mas não soube, depois, de qualquer empenho do Presidente Ilmar Galvão no sentido de que houvesse a realização desses debates entre os presidenciáveis, para que o processo democrático da escolha do Presidente da nação fosse aprimorado.

Ora, Sr. Presidente, diante da experiência obtida nessas eleições, resolvi apresentar hoje projeto de lei do Senado que altera a redação do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dá outras providências, nos seguintes termos:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O “caput” do art. 46, seus incisos I, II e III, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta lei, a realização de debates sobre as eleições majoritárias deverá observar as seguintes regras (NR):

I - é obrigatoriedade a transmissão, pelas emissoras de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens concedidos a empresas privadas e públicas, entidades autárquicas e fundacionais, bem como pelos canais de televisão por assinatura sob responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais de, pelo menos, dois debates, antecedentes a cada votação, entre os candidatos a cargos majoritários de entes político-administrativos correspondentes à circunscrição eleitoral que atinjam com suas gerações, devendo a apresentação ser feita (NR):

a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo (NR);

b) em grupo, estando presentes, no primeiro bloco, os candidatos de partidos com representação, respectivamente (NR);

1 - na Câmara dos Deputados, na eleição para Presidente e Vice-Presidente da República (NR);

2 - nas Assembléias Legislativas ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, na eleição para Senador, Governador e Vice-Governador (NR); e

3 - nas Câmaras Municipais, na eleição para Prefeito e Vice-Prefeito e no segundo bloco os demais candidatos (NR);

II - são facultadas (NR):

a) a sincronização em rede de emissoras geradoras e repetidoras para operacionalização das transmissões (NR);

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora (NR).”

Art. 2º. O § 2º do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de dezembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46.....

“§ 2º. A Justiça Eleitoral regulamentará o disposto neste artigo, podendo valer-se de auxílio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.”

Art 3º. O § 3º do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46.....

“§ 3º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 e ausência injustificada a debate à suspensão de veiculação de propaganda eleitoral do candidato ausente no rádio e na televisão na primeira oportunidade seguinte à realização do debate e ao pagamento de multa no valor de até 10.000 (dez mil) UFIR, conforme regulamentação da Justiça Eleitoral (NR).”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O regime democrático não pode ser caracterizado unicamente pelo reconhecimento acrítico da “legitimidade” de opções majoritárias. Pressuposto necessário é a verificação de que o itinerário percorrido até o desfecho, isto é, até a adoção da decisão política preponderante a ser acatada pelos vencidos, não esteja a padecer de vício que invalide o processo decisório.

Hannah Arendt, em sua obra mais recentemente publicada, a partir da consolidação de textos efetuada por Ursula Ludz (**O Que é Política?**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998), recorda que, na antiga *polis*, o conceito de *isonomia* indicava muito mais a idéia de igualação para decidir do que a equitativa aplicação da lei. Desde os primórdios da democracia, portanto, é patente o impacto de iguais oportunidades, livre confrontação de proposições e abertura para convencimentos recíprocos como elementos constitutivos necessários à consolidação de um desejável regime político, mais marcado pela persuasão do que pela força.

Em sociedades de massa, complexas e conflitivas, nas quais o ideal democrático não pode prescindir de mecanismos de representação, a conformação de um agregado de cidadãos conscientes exige que os discursos dos que postulam a assunção a postos de governo tenham ampla difusão. Daí por que, com acerto, a legislação eleitoral prevê a propaganda eleitoral obrigatoriamente veiculada pelas emissoras de rádio e de televisão. Mas isso não é bastante. São muitas as dificuldades a serem transpostas, no sentido de uma mais equilibrada distribuição de tempo para divulgação de propostas entre os candidatos. Urge, por isso mesmo, que alternativas sejam encontradas, a fim de que a opção imaculada de cada eleitor seja fruto de um processo maduro de reflexão; que o voto seja resultado de absorção do máximo de informações pertinentes, do contraditório de posições e aferição das lacunas do credo e propostas de cada postulante.

Essa é a razão pela qual oferecemos à consideração de nossos Pares a presente proposição, a qual tem por escopo estabelecer a obrigatoriedade de realização de debates entre candidatos majoritários pelo

sistema público de radiodifusão, inclusive com a participação das emissoras concessionárias. Advogamos uma alteração na legislação eleitoral, de forma que seja fixada uma dupla obrigação: de um lado, a do sistema estatal de rádios e TVs contribuir para o aperfeiçoamento da democracia, levando a efeito a realização compulsória de debates; de outro, a exposição dos candidatos ao crivo da crítica, mormente de seus adversários, como múnus público da candidatura. Isso para que, depois, os eleitores possam cobrar dos eleitos a coerência e o cumprimento de promessas, a fim de que o eleitorado não se sinta logrado, vítima do estelionato eleitoral e impotente para corrigir o equívoco de uma dada opção.

Note-se que a proposição elimina a possibilidade de ocorrência de debates entre candidatos a cargos proporcionais. É que a manutenção de um padrão normativo pelo qual a eleição se dá pelo sistema proporcional de lista aberta, com a disputa entre todos os candidatos em amplas circunscrições eleitorais, torna inexecutável a realização de tais debates, sem que o princípio de eqüidade seja violado.

Acreditamos que, com a conversão deste projeto em lei, estaremos dando um significativo passo rumo ao aprimoramento e à consolidação de nossa democracia, fazendo com que, doravante, cada pleito possa representar uma festa da cidadania, e não o ritual amorfo e apático de confirmação como poder político daquelas elites que já detêm poder econômico e ideológico em nosso País.

São essas as proposições e a justificativa que temos para que, futuramente, no processo eleitoral brasileiro, haja a necessidade de debates entre candidatos majoritários a Senador, Prefeito, Governador e a Presidente da República.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB-PA) - V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) - Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) - Senador Eduardo Suplicy, congratulo-me com V. Ex^a, que apresenta uma proposta de algo reclamado por toda Nação neste momento de eleição. V. Ex^a tenta resolver o problema dos debates, que se tornaram impraticáveis devido ao grande número de candidatos e à sua condição diferente de representatividade. Entendo que, ao elaborarmos a lei, preocupamo-nos em igualar direitos apenas para a questão do debate, mas não foi possível igualar esses direitos no que se refere ao tempo de televisão, ao tempo da propaganda de rádio e assim por diante. De forma que V. Ex^a resolve um dos problemas com seu projeto. Evidentemente, vamos debatê-lo, analisá-lo e, provavelmente, aprová-lo, pois o debate é salutar, é extremamente importante para que as pessoas decidam pelo melhor. Mas há dois outros pontos, Senador Eduardo Suplicy, também reclamados pela sociedade hoje em dia, em que poderíamos começar a pensar: um deles é a questão da forma como o programa eleitoral é apresentado. Vi figuras importantes deste País, dentre os quais destaco o Governador Mário Covas, fazendo considerações sobre a impropriedade da forma do programa de televisão. Os candidatos não falam mais por si mesmos, mas tornaram-se um produto de venda; são maquiados, são fantasiados, distorcidos na sua personalidade e na sua maneira de ser, para tornarem-se um verdadeiro produto de venda. Alguns "marqueteiros" o assumem, utilizando

expressões como “fulano é um produto fácil ou ruim de ser vendido”. Isso é muito negativo para a democracia em nosso País. Fiquei muito atento aos noticiários durante o processo de apuração dos votos e percebi que muitas autoridades brasileiras condenavam a forma como o programa de televisão é apresentado, defendendo a tese de que os candidatos deveriam falar ao vivo. Deveria ser ampliada a oportunidade para o debate, e a manifestação deveria ser ao vivo, não ocorrendo essa transformação realizada pelos “marqueteiros” nos programas de televisão. Esse é outro ponto fundamental para o aperfeiçoamento do processo democrático em nosso País. É muito fácil para alguém que tenha a capacidade de falar bem e de convencer dirigir-se à população com mentiras, prometendo absurdos, iludindo. É muito difícil o povo saber julgar sem ouvir o contraditório. Senador Eduardo Suplicy, precisamos resolver ainda a questão das pesquisas. Está mais do que claro que os institutos de pesquisa do nosso País, como o IBOPE, o Brasmarket e o **Vox Populi**, venderam-se a quem pagou mais. Foram institutos que, na minha visão, cometem verdadeiros crimes. Essas pessoas devem pagar pelo que fizeram. E a pesquisa não pode continuar sendo feita da forma como foi, porque ela induz o eleitor a tomar determinada decisão. Assistimos esse fato no Brasil inteiro, e, lamentavelmente, a esquerda foi a grande vítima, nesse processo eleitoral, dos institutos de pesquisas. Aqui e ali, houve alguma vítima ligada aos partidos de base do Governo, mas fomos a vítima na maioria dos casos. Amanhã, estarei apresentando neste Senado um pedido de CPI para investigar a ação dos institutos de pesquisas no nosso País, nos vários Estados do Brasil e em nível nacional. Mas precisamos também mudar a lei nesse aspecto. V. Ex^a foi bastante competente em apresentar essa proposta hoje, mas entendo que esses dois outros pontos têm de ser alterados na legislação eleitoral. Era a contribuição que desejava dar a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Senador Ademir Andrade, a realização de debates constitui a maneira de os candidatos estarem apontando quando houver qualquer forma de seu adversário estar propondo o ineqüível, contradizendo-se ou apresentando propostas que não forem consistentes, em contraposição a outras que cada um poderá apresentar. O debate é justamente o momento mais alto de uma campanha eleitoral, o momento mais nobre, quando os candidatos, em igualdade de condições, podem colocar seus argumentos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1985, quando ambos éramos candidatos a Prefeito de São Paulo, indignou-se com a ausência nos debates do outro candidato que enfrentávamos, o ex-Presidente Jânio Quadros. Lamento que, desta vez, Sua Excelência tenha preferido esquecer suas críticas àquela ausência, ausentando-se do debate, em função de estar à frente nas pesquisas eleitorais. Isso, certamente, prejudicou muito o processo democrático. O próprio Presidente da República teria ganho maior respeito da nacionalidade brasileira se tivesse conseguido vencer submetendo-se ao debate com os outros candidatos, como Lula, Ciro Gomes e outros – e certamente elevar-se-ia o nível da campanha.

Espero que os meus Pares possam examinar esse projeto em profundidade, aperfeiçoando-o. Motivei-me a apresentá-lo porque, na minha campanha para o Senado Federal, em que pese tenha instado meus

adversários a aceitarem participar dos debates propostos pela TV Bandeirantes, pela RTC e pela Rádio CBN, eles não se realizaram em função da recusa dos meus opositores. As suas coligações dispunham de maiores recursos do que aqueles que o Partido dos Trabalhadores colocou na minha própria campanha. Entretanto, a melhor maneira de os eleitores compararem nossas proposições e atitudes seria o confronto direto, que, infelizmente, não ocorreu. Mesmo assim, pude ter o reconhecimento dos paulistas, a quem agradeço os mais de 6.718 milhões de votos, esperando fazer jus à extraordinária confiança de todos eles e prosseguindo o meu trabalho em defesa do aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras e de uma nação justa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Re-gimento.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é com satisfação que confirmo o que disse o Senador Suplicy, quando afirma que o meu Líder, Senador Ney Suassuna, espontaneamente se afastou da Liderança pelo período que acha suficiente para que o caso da Comissão de Ética seja resolvido. S. Ex^a tomou uma atitude muito importante, muito respeitável e muito correta. Eu disse ontem – e repito – que não há de se dizer que o fato de o Senador Suassuna ter-se licenciado e afastado da Liderança signifique que ele está antecipadamente reconhecendo que tem alguma culpa. Pelo contrário, afastando-se da Liderança, a qual ele poderia usar hipoteticamente para obter essa ou aquela vantagem, está deixando claro que quer que a verdade seja esclarecida e faz aquilo que qualquer um na sua posição gostaria de fazer, que é buscar a verdade e provar sua inocência. Ele afirma que é inocente; afirma que, nesse tumulto, nessa correria da Comissão – são 70, 80 Parlamentares envolvidos –, o Relator não teria tido condições de ler as defesas e fazer o estudo necessário, o que vai acontecer agora, na Comissão de Ética, onde haverá espaço suficiente, principalmente no Senado, em que são apenas três. Na Câmara, são quase 70 Parlamentares envolvidos, mas aqui, sendo apenas 3, haverá tempo suficiente para que se faça a defesa, para que se faça a análise e que se busque a verdade.

Quero dizer que considerei correta a decisão do Líder. Penso que ele fez o que deveria ter feito: afastou-se, entregou a Liderança ao Vice-Líder e, agora, vai fazer aquilo que qualquer um, no seu lugar, faria, ou seja, a sua defesa. É o que ele tem de fazer, mas não é o que o Líder deve fazer. O Líder, ainda mais numa fase tão complicada e tão complexa como essa, tem mil obrigações, independentemente de sua defesa pessoal.

Então, fico satisfeito e, sinceramente, fico tranquilo. Creio que, em relação a essa parte, no nosso PMDB, tomamos uma decisão importante.

Recebi do Espírito Santo vários telefonemas com relação ao Presidente do PMDB naquele Estado, que também foi condenado na CPI da Câmara dos Deputados e que se mantém na Presidência do Partido. Os Parlamentares e os candidatos do PMDB no Espírito Santo disseram que estão tendo um problema muito sério: em razão de ele estar em uma posição muito desgastante e, sendo o Presidente do Partido, o PMDB não está conseguindo fazer reunião, fazer comício – assim me disseram os Parlamentares, inclusive Senadores do Espírito Santo –, porque a figura dele é impeditiva disso. Pediram-me para falar com o Presidente Nacional do Partido, e hoje falei com ele, que vai tomar as providências. Creio que seria também natural que o Presidente do PMDB no Espírito Santo pedisse licença do cargo, para que a eleição possa transcorrer, para que a caminhada possa ir adiante, sem criar o embaraço que é para ele e para o Partido uma questão como essa.

O Presidente prometeu reunir a Executiva para tomar as providências nesse sentido, não sei se até o final da semana ou no início da próxima semana.

Essa é uma questão muito delicada. É ruim para todos o que acontece no Brasil.

Aliás, nesse sentido, tenho de dizer que o Presidente Lula cometeu um equívoco muito grave – e muito grave porque ele é Presidente da República –, queixando-se da imunidade parlamentar. Disse: “os Parlamentares estão exagerando nessa imunidade parlamentar. Isso não pode acontecer”. Quero dizer ao ilustre Presidente Lula que ele está equivocado. A sua Assessoria não o orientou e ele fez uma afirmação realmente incompreensível para um Presidente da República, que tem a obrigação de saber disso.

Modéstia à parte, foi de minha autoria o projeto. E foi uma luta de mais de dez anos, em que sempre defendi o fim da imunidade parlamentar como era: o cara matava, degolava, era ladrão, era vigarista, mas, sendo Senador, Deputado, só podia ser processado se a Câmara ou o Senado dessem licença. O que acontecia? O Supremo Tribunal pedia licença; a Câmara ou o Senado não davam licença, mas não tinham coragem de ir a plenário negar a licença, porque ficariam mal. Se entrasse em votação, quem votasse contra ficaria mal perante a opinião pública. E como não queriam votar a favor, o processo ficava na gaveta anos a fio. O cidadão era ladrão, assassino, vigarista, e isso era o que realmente ocorria, o que o Lula disse. Mas o que o Lula não sabe é que isso não existe mais! Hoje não existe mais essa imunidade parlamentar. A nossa imunidade é pelos nossos discursos, pelos nossos votos, e não pela nossa vida. Hoje o Supremo pode processar qualquer Deputado, qualquer Senador. Não precisa de licença de ninguém.

É verdade que o projeto não foi aprovado como nós o aprovamos aqui no Senado. Na Câmara, fizeram um adendo.

Na hora, fiquei magoadíssimo; achei que não podia ter acontecido aquilo. Hoje não digo que esteja certo, mas creio que não atrapalhou. O adendo é o seguinte: o Supremo pode processar Parlamentar sem precisar ouvir ninguém, nem Câmara, nem Senado, mas, no meio do processo, se uma das duas Casas vir que está acontecendo algo e houver por bem mandar suspender o processo, vota-se, na respectiva Casa, o trancamento do processo. Mas isso é tão delicado que ninguém pediu o trancamento de coisa alguma até agora. Há Senador e Deputados sendo processados no Supremo e ninguém pediu para trancar – cá entre nós, isso seria pior do que impedir que o processo andasse.

Então, isso existe, meu amigo Lula. E o amigo está profundamente equivocado. O que o meu amigo Lula poderia ter dito é o seguinte – e isso é diferente: o projeto de punição de Parlamentar está sendo trancado no Supremo. O Procurador da República faz a

denúncia, o Supremo aceita, um Relator fica encarregado, e o processo fica na gaveta do Relator. E o Dr. Lula sabe disso? Tanto sabe que o seu Presidente do Banco Central é um deles. Ele foi denunciado pelo Procurador-Geral por formação de quadrilha e uma série de fatos de corrupção. O Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia, que está na gaveta daquela Corte. O Presidente sabe disso e de mais: o Presidente do Banco Central não é como o Parlamentar, que só pode ser processado no Supremo; qualquer juiz pode iniciar um processo contra ele. Então, o que o Sr. Lula fez? Nomeou-o Ministro.

É o único caso no mundo em que o Presidente do Banco Central é Ministro Presidente do Banco Central. Por que o Lula fez isso? Para garantir a imunidade dele; para impedir que, fora do Supremo, qualquer juiz pedisse a sua prisão. Então, o Dr. Lula sabe bem dessa questão, está bem a par.

Portanto, essa afirmativa que o Lula faz de que os Parlamentares estão abusando da impunidade não é verdadeira. Sinceramente, não é verdade. Até acredito – e tenho repetido isso – que o Supremo deveria ter uma fórmula por meio da qual os processos não ficasse tanto tempo parados, para que não ocorresse essa gravidade de não se decidir e não se tomarem providências, como se deveria fazer.

Com relação a essa questão que estamos votando agora, digo com toda sinceridade: creio que vamos tomar as decisões. Elas são graves, são negativas, envolvem esta Casa e envolvem a Presidência da República. Não vivi momento tão dramático como este que estamos vivendo. Sinceramente, não vivi.

Admiro o Senador Suplicy porque ele é o mesmo. Lembro-me de que era só o Senador Suplicy do PT; ele contra 80 Parlamentares. Mas ele sozinho defendia o que ainda está defendendo. É o mesmo. Mas, infelizmente, o mesmo no PT só o Suplicy; o resto já saiu. Os outros que não quiseram mudar, os que não entendiam por que o PT no Governo é outra coisa, esses já saíram do Partido. Então, o Suplicy continua com aquele ar puritano dele: ele queria uma prévia e, agora, quer que o Presidente da República venha e traga a mensagem de Presidente aqui. Ele quer também que o Presidente vá aos debates. Isso é democracia. É democracia, mas aquela democracia que o Lula tinha antes das eleições. Agora eles estão no Governo, e não se vê diferença nenhuma entre o Lula e o Fernando Henrique. A rigor, para ser sincero, no tempo do Fernando Henrique a coisa não era tão escandalosa. Não se via esse mar de coisas que estão ocorrendo agora. Havia um certo pudor, digamos assim, que agora não há. No tempo do Fernando Henrique, o Ministro da Fazenda começou e terminou, com voto de louvor. Quanto ao

Presidente do Banco Central, não vi nada. Não houve nenhuma acusação contra o Presidente do Banco Central no tempo do Fernando Henrique.

É verdade que ele, ou não sei quem, colocou dinheiro na compra da emenda da reeleição; é verdade que foi um escândalo a entrega da Vale do Rio Doce, que foi vendida por R\$ 4 bilhões e que agora, em um ano, ganhou R\$ 34 bilhões, mas as coisas não aconteciam como estão acontecendo agora.

Quando falamos em valerioduto, quando falamos em mensalão, quando falamos em sanguessuga, com toda a sinceridade, sabemos que o Parlamentar é culpado, mas continuo na mesma posição do Senador Suplicy, de que deveríamos cuidar primeiro do corruptor e depois do corrupto. O corrupto é um pobre coitado, mas o corruptor... E quando esse corruptor é o próprio Governo, aí então a questão é muito séria, aí a questão é muito grave, e é o que está acontecendo.

Por isso que esta campanha está sendo estranha. Gosto muito do Geraldo Alckmin, uma pessoa extraordinária, por quem tenho muito carinho, por quem tenho muito respeito. Ele é do grupo do Covas, de outro PSDB, não o PSDB do Fernando Henrique.

Eu era um grande admirador do Covas. Acho que, se o Covas tivesse chegado à Presidência da República, teria sido diferente. Mas é o destino do Brasil: não foi Ulysses, foi o Collor; não foi o Tancredo, foi o Sarney. Parece que é o destino do povo brasileiro. Não sei o que vai acontecer agora.

Digo que o que torna difícil o debate para o PSDB e para o PFL é que eles estão acusando agora, mas é verdade que fizeram isso há quatro anos. O Presidente Lula não quer ir ao debate não por causa do Geraldo Alckmin, mas por causa da Senadora Heloísa Helena. Ele tem medo dos cinco minutos da Senadora Heloísa porque ela vai, bota o dedo e diz "no meu tempo, era assim, assim, assim. Eu estava na Executiva e nós fizemos assim, assim, assim, e agora está acontecendo isso". Quanto ao PSDB, o máximo que o Lula vai fazer é dizer "vocês fizeram também. O caixa dois sempre existiu. O negócio do mensalão começou no PSDB de Minas Gerais". Isso tira a credibilidade do PSDB; isso tira a credibilidade do PT. Agora, o PT não está preocupado em bater no PSDB, mas está defendendo a tese de que o PT faz, mas que o PSDB também fez e que não sei quem também fez. Então, se ele fez, eu estou fazendo. Mas não foi para isso que votamos no Lula. Votamos no Lula porque ele seria o homem que não iria fazer isso. O Lula faria transformações na vida brasileira.

A campanha política no Rio Grande do Sul é uma tragédia. Há uma mágoa, um sentimento, e o povo se queda. Volto a repetir, daqui, novamente, o apelo que

fiz pessoalmente ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Fui ao TSE falar com o ilustre Presidente e disse: "Estou sentindo um movimento de campanha pelo voto nulo que não sei como vai terminar". O movimento está crescendo. Tenho falado com essas pessoas, com esses jovens, que é um absurdo o que estão fazendo. O voto nulo soma para os piores, para os mais irresponsáveis, para os maus-caracteres. As pessoas devem entrar na campanha com sinceridade, com pureza, com dignidade. Digo que se, no Rio Grande do Sul por exemplo, não me querem mais como Senador, que escolham um dos outros dez, mas não anulem o voto. Votar nulo soma para mim. Temos 32 Deputados federais. Se você não quer nenhum dos 32, há 200 que nunca foram Deputado. Votem em um deles, escolham um. Façam um movimento, escolham o que acharem melhor e façam um grande movimento para eleger um determinado. Essa é uma grande coisa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concedo, Senador Suplicy.

Agora, estamos caminhando para isso por uma razão muito singela: falta credibilidade. Há uma falta de credibilidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E a Senadora só não vai estar lá em cima, a coitadinha, porque tem apenas um minuto e quinze segundos de televisão. E ela não é "o meu nome é não sei o quê". Ela tem conteúdo, tem idéia, tem o que explicar. Ela está impressionando porque é autêntica no que fala, porque continua a mesma, como o Suplicy continua o mesmo e – perdoem-me – como eu continuo o mesmo. Eu continuo o mesmo. Sou o mesmo que fui no Governo Itamar, quando Líder do Governo. Discutimos, votamos e aprovamos o Plano Real durante o tempo em que fui Líder do Governo Itamar, durante dois anos e meio. Peço que tragam aqui uma vírgula que eu tenha dito lá, como Líder do Governo, e que tenha voltado atrás. Tragam um Deputado ou um Senador que aprovou uma emenda... O Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, veio dez vezes aqui para nós discutirmos o projeto. Tragam aqui alguém a quem tenha sido prometido um copo d'água para aprovar o projeto.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o estilo que eu imaginei que seria o do Lula. Agora o Lula se une a um grupinho... E o que me deixa mais apavorado é que esse grupinho a que ele se uniu é o mesmo que o acompanhará se eleito por mais quatro anos.

Ele não está nos oferecendo garantia de que vai mudar, de que os próximos quatro anos serão diferentes. Não vai ser diferente! As companhias são as mesmas, o processo é o mesmo, o método é o mesmo. Um cidadão processado por corrupção é o Presidente do Banco Central. O Líder do Governo saiu do Ministério da Previdência porque os fatos mostrados contra ele no Ministério eram um escândalo. Ele saiu do Ministério da Previdência e, pouco depois, foi indicado para Líder do Governo. Não é possível!

Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, relativamente a essa preocupação de que tantos jovens cogitariam de votar nulo, acho muito importante a iniciativa que V. Ex^a teve de ir ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, inclusive, está enfatizando a campanha de esclarecimento sobre a importância de todos os cidadãos brasileiros tomarem a decisão e votar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A campanha que ele está fazendo é excepcional. Só que ele, na minha opinião, não está tomando de que está fazendo uma campanha tradicional. Diz a campanha: “O Brasil é do tamanho do seu voto.” Está correto. Mas ele tem de entender que não é só isso. Agora, o movimento é para anular o voto. É um movimento de nojo. É isso que ele tem que abordar com sinceridade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Há poucos dias, uns jovens vieram a mim preocupados por causa da mensagem da propaganda da MTV, que, por não apresentar horário eleitoral, estaria fazendo mensagens estimulando os telespectadores a não assistirem ao horário eleitoral, a não se interessarem por política, a darem preferência à MTV. Ontem, na cerimônia de lançamento do livro sobre a vida de Octávio Frias de Oliveira, conversei com o Sr. Roberto Civita e manifestei a minha preocupação com essa propaganda da MTV que estaria levando jovens a acharem que devem anular o voto e não se interessarem por política. Ele me disse que não tinha conhecimento do fato e que averiguaria. É importante o que V. Ex^a está transmitindo: devemos dizer a cada jovem deste País da relevância de eles escolherem muito bem, pois, dentre todos, certamente haverá alguém em quem eles possam confiar. No que diz respeito à consideração de V. Ex^a de que o Presidente Lula não estaria querendo comparecer por receio da Senadora Heloísa Helena, quero aqui transmitir que não me parece isso. Espero que isso não esteja acontecendo. Quero, inclusive, transmitir isso àqueles que hoje são assessores próximos do Presidente, como Marco Aurélio Garcia, Tarso Genro e Ricardo Berzoini, que dialogam diariamente com o Presidente. Por mais que a Sena-

dora Heloísa possa formular críticas, como tem feito, o Presidente Lula tem conhecimento da situação do Brasil e de tudo que se passa no Governo. Ainda hoje, no Horário Eleitoral, assisti ao seu primeiro programa. Ele tem argumentos muito fortes para externar argumentos que serão transmitidos com muito mais força aos telespectadores, aos radioouvintes se falados diante dos adversários. A força da sua palavra será muito maior diante dos adversários. Senador Pedro Simon, V. Ex^a acredita, como sempre acreditou e lutou, na democracia, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, e o debate, pelos meios de comunicação, constitui um dos instrumentos mais próximos do aperfeiçoamento completo da vida democrática do Brasil e de outras nações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As pessoas me perguntam, lá no Rio Grande do Sul: “O Senador Suplicy é assim mesmo ou finge?” Digo-lhes: é assim mesmo. Ele é sincero, ele é puro. Às vezes, ele parece ingênuo, mas, de repente, vem com alguma coisa como se não estivesse olhando. Mas ele é assim mesmo.

Penso igual a V. Ex^a, mas os auxiliares do Presidente Lula, hoje, não pensam assim. Os que estão cochichando ao pé de seu ouvido não pensam assim.

Não pense V. Ex^a que imagino que a Senadora vá agredi-lo, ofendê-lo. Ela é elegante, não é mulher para isso. Mas ela vai dizer. Estou falando por minha conta, porque ouvi, uma vez, ela falar algo deste tipo: “Não, eu estava lá, eu fazia parte da Executiva do PT. Eu estava lá na Executiva do PT, quando aconteceu isso, isso e isso!”. Uma das teses que a Senadora Heloísa defende é a seguinte: nada acontecia no PT sem que o Presidente Lula soubesse. O Secretário-Geral do PT e o Tesoureiro do PT, que vieram da área sindical e não da área política, foram colocados ali pelo Lula, para representarem, ali, o Lula e o pensamento do Lula.

Ele é Presidente da República hoje; ele está em outro estilo, está em outro patamar, lá em cima! Isso de estar num patamar mais alto e descer, para baixo, é coisa para V. Ex^a, porque o Fernando Henrique, quando foi para cima, ficou lá. O Collor, quando subiu, foi cassado. Mas só saiu cassado, porque, senão, ele ficaria lá em cima.

O Lula, com todo o respeito, a despeito da sua origem e da sua biografia, gostou de estar lá em cima. E está lá em cima!

V. Ex^a, que está com uma votação fantástica, sabe disso. Veja como o povo brasileiro é digno de ser analisado, é um povo para quem se deve tirar o chapéu! Como é que o Mercadante está com 15% nas pesquisas e V. Ex^a está com 50%? Como é que o Serra está

com 50% e o Mercadante está com 15%? Como é que o candidato ao Senado pelo PSDB, que nem sei quem é... Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo? Nem sei quem é. Quem é? Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo, Sr. Presidente Tuma?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É do PFL, o Guilherme Afif Domingos, que faz a coligação PFL/PSDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Guilherme Afif Domingos, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, o Guilherme, que foi candidato à Presidência da República. Gosto muito dele! Mas quanto é que ele tem de percentagem para Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tenho a impressão de que estava com 5%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele está crescendo muito, todas as semanas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele estava com 4%, Senador Heráclito. Daí, ele fez, na sabatina da **Folha de S.Paulo**, uma declaração dizendo que São Paulo precisava de um ACM. Na semana seguinte, ele caiu para 3%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está plagando o Presidente Lula, que fez declarações iguais, no primeiro ano de Governo. Está copiando o Presidente Lula, Senador Suplicy. Isso não vale.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a questionou a Mesa. V. Ex^a permitiria que eu desse uma explicação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como V. Ex^a está na Presidência, eu vou permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele evoluiu para 4,3%, segundo o **Diário do Grande ABC**, semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Suplicy, quero apenas esclarecer. Eu me magoei porque sou um Senador que tenho um amor profundo por São Paulo e nunca deixei de defender o Estado, como V. Ex^a e outros que estão aqui, cada um representando o seu Estado e pensando também no Brasil. Acho que temos um pensamento coletivo no interesse do Brasil. Ele disse que ocorreu o contrário, que o repórter quis criticar o Senador Antonio Carlos Magalhães; e ele reagiu a isso. Quer dizer, trata-se de um quadro bom do PFL, que não merecia ser ofendido, e ele até gostaria que também fosse um Senador por São Paulo, não que ele tivesse desmerecendo a nossa qualificação de respeito ao Estado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu quero reiterar... V. Ex^a sabe do apreço e respeito que tenho pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, hoje, todo mundo tem. Todo mundo tem apreço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu apresentei um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – S. Ex^a ficou de vir aqui; estou esperando-o – para convidar o Ministro da Justiça a vir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com urgência. Acho que o que está acontecendo em São Paulo é muito sério. Acho que o que aconteceu com a TV Globo... Por meia hora, apareceu um senhor encapuzado e leu um... Aliás, diga-se de passagem, muito bem escrito, muito bem escrito...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Três minutos e três segundos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não podemos ficar numa briga entre Ministro da Justiça e Secretário de Segurança de São Paulo. Não podemos ficar nisso! Acho que temos de convocar – imediatamente – o Ministro da Justiça e dialogar.

Estive aqui dizendo que, no Brasil, a máfia já estava organizada. O que aconteceu lá em Rondônia, lá em cima, é mais ou menos aquilo. Lá, quem comandava era o Presidente do Tribunal, não sei quantos desembargadores, o Presidente da Assembléia. A máfia eram os poderes institucionalizados que estavam lá. E isso está acontecendo no Brasil inteiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a falou a respeito do tempo de televisão. Esta Casa já se debruçou sobre a idéia do Presidente Lula quanto à reforma política, e vamos discutir que, talvez, o método apresentado possa ser repensado, mas há necessidade de se fazer essa reforma. No Brasil, sempre que uma pessoa é candidata, trata-se da imagem da pessoa. Não está por trás dela – em nenhum momento se debate isso – o partido político a que a pessoa pertence. A legislação brasileira proíbe, simplesmente, que qualquer pessoa possa se candidatar individualmente: ela deve passar pela estrutura político-partidária. Daí por que acho ser obrigação do Congresso Nacional repensar tudo isso, todo esse cenário de reforma política. V. Ex^a fala do tempo dos candidatos, pois um tem o tempo “a”, outro tem o tempo “b” e outro tem o tempo “c”. Como é que isso se apresenta? Depois, há a própria situação da televisão. Se formos analisar e tratar apenas do ponto de vista da igualdade, por que outros também não compareceram aos debates? Quais são os critérios?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, não há mais a obrigação de convidar. A lei determina que só os que forem convidados... Para ser Deputado, no

Congresso, se for convidado, vai, mas a emissora não pode convidar. Quem não esteve não foi convidado, à exceção do Lula.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse é o ponto em que quero chegar. Do ponto de vista do Presidente da República, ficamos preocupados com o fato de não ter ido. Mas a legislação também tira o direito de outro que está do outro lado, no outro extremo. Aqui há uma situação ambígua para se resolver. A legislação já está tirando essas pessoas, como antecipação da cláusula de barreira. É o efeito de uma antecipação da cláusula de barreira, que só pode entrar em vigor a partir do resultado das eleições de outubro próximo. Há muitas e muitas brechas – e confusas – do ponto de vista do Presidente da República. Estou chamando a atenção porque quero acreditar que o Presidente não foi pelos motivos dele: deve ter havido uma coordenação, uma avaliação, um entendimento de que não deveria comparecer. Neste momento, é uma campanha eleitoral. Não é o Presidente da República, mas uma campanha eleitoral. Portanto, estamos lidando com estratégias eleitorais, não tem jeito. Qualquer partido ou candidato receberá uma orientação de estratégia de campanha eleitoral. O que quero dizer é que, talvez, em uma reforma política futura, deva ser colocado isto: tem que ser obrigatório, nas condições “a” e “b”, para que as pessoas quando se candidatarem só o façam dessa forma. Além disso, em um debate de importância nacional como esse, tudo tem que se dar de maneira obrigatória, assim e assado. O que é válido é o que a legislação já prevê: candidato que não tem suporte na Câmara dos Deputados não pode ser convidado, assim como candidato que não comparecer não terá nenhum problema com relação a sua participação ou não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Reparem que quem está falando é um ilustre, brilhante Senador de primeira geração, que está começando. Esse já é um novo PT. E há diferença no que diz V. Ex^a e o Senador Suplicy, que continua em uma posição que já está morta. A posição agora foi dita pelo Senador: “É uma questão de estratégia, não é uma questão de princípio, de idéia... Não, porque o PT...”. Isso é boba-gem. É questão de estratégia política. A estratégia é definida pelo estrategista. E o PT é igual a qualquer outro partido. Esse é o novo PT. E V. Ex^a fica nesta tese e vai para a tribuna: “Eu peço ao Presidente Lula que vá para o debate”, e não sei o quê. V. Ex^a está sozinho. V. Ex^a está sozinho. E ele já lhe deu a resposta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já falei que entreguei um ofício a V. Ex^a, solicitando que, dentro do possível, façamos uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convidando o Ministro da Justiça para dela participar. E o Senador Eduardo Su-

policy, logo que V. Ex^a chegou e se sentou, foi correndo abraçá-lo, porque, já tinha dito de público aqui, tem o maior carinho, o maior respeito por V. Ex^a, o que, aliás, todo mundo tem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Muito obrigado. Fico muito feliz com isso. Até pessoas que antigamente não tinham apreço por minha pessoa hoje o têm. Não tenho nada com o Sr. Afif, que disse que São Paulo precisava de um Senador como ACM. Confesso que li e que gostei do comentário, porque, para os baianos, é algo muito importante. Agora, é claro que reconheço, por já ter andado com ele lá em São Paulo, o prestígio do Senador Eduardo Suplicy. Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda a razão: ele tem prestígio pessoal, é verdade, mas está andando na contramão do Lula.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ele, Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Lula não. Do PT.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E do PT. Quer dizer, mostrar que o Presidente Lula tinha que ir ao debate, o Presidente não lhe dar nenhuma satisfação, e não ir... O único perdedor de ontem – toda a imprensa diz – foi o Presidente Lula, que ia ser questionado em relação à moralidade, como o foi na entrevista do Jornal Nacional, e se saiu muito mal. Compreendo o interesse do Senador Pedro Simon pelo Brasil, não apenas pela terra que representa com tanta dignidade, mas pelo Brasil. Daí ele ter falado comigo para uma vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo menos. Estou disposto a isso. Conversei, entretanto, hoje, com o Ministro, que me disse que amanhã vai à Bahia e que sexta-feira teria uma reunião com todas as autoridades em um Quartel-General do Exército, em São Paulo. Ele não poderia vir antes dessa reunião, mas prestaria, não só pela estima que tem por V. Ex^a, mas pela figura que V. Ex^a representa no Senado, uma satisfação pela ausência. Estou transmitindo, porque ele é que tem que prestar. Ele me disse que telefonaria a V. Ex^a para prestar essa informação a V. Ex^a, que tanto merece. O que V. Ex^a não quer é que São Paulo continue como está. Eu não quero e o Senador Suplicy talvez não queira também. Desde o primeiro momento, não aceitei a atitude do Governador Cláudio Lembo. Entretanto, razões políticas posteriores vieram demonstrar que o PT queria fazer política, ao invés de oferecer solução para o problema. E isso não está bem para o seu partido, está diminuindo o prestígio do Presidente, não tenha dúvida disso. Agora, que ele faz bem em não ir ao debate, faz. Porque, se ele for, vai

ser arrasado moralmente, pela falta de compostura do seu Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o Senador ACM. Ele é sincero. Ele cobra de não ir, mas também está dando o conselho: “Não vá!”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, peço licença a V. Ex^a para pedir que não conceda mais aparte aos que já fizeram três ou quatro; do contrário, o tempo vai-se procrastinando, e está havendo um debate paralelo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, eu apenas gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a fez apenas um aparte. Faça mais um.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo. É somente o segundo que S. Ex^a está fazendo, Sr. Presidente. Como é o segundo, pode.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, estou vendo que se iniciam os primeiros passos do novo PMDB, e V. Ex^a é o novo Líder na Casa, estreando hoje de maneira brilhante. Em primeiro lugar, parabenizo V. Ex^a pela sua estréia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como a maldade existe, não é, Sr. Presidente? É meu amigo, amigo das horas difíceis. Nós estávamos ali com o Dr. Ulysses Guimarães, com o Dr. Tancredo Neves. S. Ex^a tem um instinto que não perdoa ninguém. Ele vai se arrepender quando chegar em casa e contar o que fez. A mulher de S. Ex^a vai dizer: “Mas tu fizeste isso com o Simon, rapaz?”. É da natureza dele. Eu entendo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não! Fico muito feliz de ver que V. Ex^a assume de fato. V. Ex^a me aguçou um sentimento que é o mesmo que hoje domina o Senador Eduardo Suplicy, que, ultimamente, vive de nostalgia. Até parece, no plenário da Casa, uma reedição daquele programa de início de tarde da Rede Globo: o Vale a Pena Ver de Novo. Ouvimos o Senador Eduardo Suplicy dizer que, em 1982, o Lula disse isso; em 1994, o Lula disse aquilo. Mas há um branco na memória de S. Ex^a a respeito do que Lula fez de 2003 para cá, como a Bíblia com relação a Jesus Cristo. Parabenizo V. Ex^a, que prefere omitir esse passado não tão recomendável de conduta partidária do Presidente da República a ter que concordar com ele ou atacá-lo. A nostalgia de V. Ex^a fez bem a todos nós. V. Ex^a relembra tempos de glória que seu partido viveu e que fazia com que a Nação brasileira dele tivesse muita inveja. Vejo como canta solitariamente V. Ex^a, nos corredores da Casa, a sua catilinária da renda mínima. Seus colegas não concordam mais, porque de mínima ninguém vive mais. A renda mínima para o PT era um sonho já realizado e conquistado. Os san-

guessugas e os mensaleiros não querem ouvir falar nessas restrições salariais, Senador Eduardo Suplicy. Daí por que, Senador Pedro Simon, eu me solidarizo com esse nostálgico Senador paulista, que vive nesta Casa insistindo em ser coerente. Está ficando sozinho, mas continua com a sua tese e com a sua verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex^a duas questões. Primeiro, que V. Ex^a foi maldoso comigo, e eu não mereci. V. Ex^a sabe das divergências que tenho com o meu partido. V. Ex^a sabe que, se eu fosse pensar em ser candidato a qualquer coisa na Bancada do Senado, eu teria mil votos – o Mão Santa disse que votaria em mim, e nem aparece mais. O que eu fiz foi um entendimento, e conseguimos uma grande solução, onde, com muito respeito, o Senador Suassuna saiu da Liderança, deixou o Vice-Líder, e o Vice-Líder está no lugar dele.

Agora, vou dizer a V. Ex^a mais uma questão: eu, além de advogado, tenho o curso de psicologia. Isso me faz um bem, porque me ensina a conhecer as pessoas. V. Ex^a está cometendo um erro de apreciação que é impressionante. V. Ex^a cometeu um equívoco que não podia ter cometido. Não é que o Senador Suplicy esteja agora repetindo com nostalgia, o que o Lula dizia há cinco ou seis anos atrás e agora esquece o que está fazendo. Ninguém mais do que o Suplicy não esquece o que o Lula está fazendo. Ele sabe de tudo, e repete, repete, repete para ver se entra na cabeça do Lula alguma coisa, se o Lula se lembra daquelas coisas que dizia.

Então, isso que ele está fazendo é um trabalho da maior importância, do maior significado e da maior profundidade. Pode ser que lá pelas tantas alguma coisa entre na cabeça do Lula. Acho que o Senador Suplicy está fazendo um papel espetacular. Numa hora em que a coisa mais fácil é o que estão fazendo, ou seja bater nas costas do Presidente e dizer: “Tem razão, Presidente, não vá a debate. Que é isso? Não vá a debate. Tem razão, Presidente. Deixe o negócio de São Paulo. Que se dane! Aquilo é a gota d’água para o Alckmin, porque antes ele podia dizer ‘porque o Governo de São Paulo’... e agora não pode dizer mais nada”. De repente, vem o Suplicy, que diz: “Não, não é por aí, Presidente; é por aqui”.

Tem chance de ganhar. Vou ser sincero: eu não botaria a mão no fogo, dizendo que ele não podia ganhar; pode. Toda pessoa é recuperável. Assim como Lula fez o que era mais impossível, que foi abandonar a imagem daquele cara espetacular, sério, correto, digno, dono de uma biografia fantástica, pulando para o outro lado de uma hora para outra, quem pode dizer que, de repente, no cérebro do Sr. Lula não vai acontecer

alguma coisa e ele pelo menos possa dizer: "Mas onde é que eu estou? Onde estou? O que estou fazendo?"

O problema do Presidente da República é muito sério. Fui Líder do Governo durante dois anos e meio. Eu entendo. O Fernando Henrique me convidou para ser Líder do Governo dele. Fiquei quinze dias para ver como estava. Enquanto eu estava pensando se ia ser ou não Líder do Governo dele, entrou o pedido da CPI dos corruptores, e ele vetou. Eu lhe disse: muito obrigado, e fui embora.

É difícil dizer "não" ao Presidente da República. O Senador Antonio Carlos está rindo porque ele sabe disso. Para ele, tanto na Bahia como no Brasil, é difícil dizer não. As pessoas geralmente estão ali agradando porque agradar é a maneira de ser. Ainda mais o Lula como Presidente da República, com novo mandato de quatro anos, com a caneta na mão, com os poderes incomensuráveis na mão. Um partido, um homem que antes só tinha poder diante de um sindicato, de repente, nomeia o presidente da Petrobras, diretor da Petrobras, diretor de não sei o quê. É uma loucura! Alguém vai dizer não a ele? Apenas uma pessoa faz isso. Esse homem é o Suplicy. Digam-me outro nome.

Outra pessoa, a Senadora Heloísa Helena, tentou, mas não chegou a dizer não, porque botaram ela para fora. A única pessoa que está balanceando é o Senador Suplicy, com essa categoria que tem. Dou nota dez ao Senador Suplicy, porque ele está assumindo uma posição que considero espetacular. Ele poderia ter batido, dito desaforo e ido embora, também poderia ter "batido" e ido para o lado de lá, poderia ter ido, mas prefere "bater" todos os dias.

Digo uma coisa a V. Ex^a: eu sei que as gotas pingam na cabeça do Lula, e isso incomoda. Não sei o que pode acontecer. É como o rei que mandou cortar a cabeça do João Batista. Ele gostava de João Batista, tinha respeito por ele, mas João Batista dizia: "Tu estás com a mulher do seu irmão, tu mandaste matar o seu irmão para ficar com ela. Isso não pode ser, isso é uma barbaridade". No fim, ele terminou perdendo a cabeça.

Não sei o que vai acontecer. O que sei é que o PT ofereceu o Senado ao Quérzia para fechar o acordo. Assim, o PMDB apoiaria o Mercadante, e o Quérzia seria candidato ao Senado apoiado pelo PT. O Quérzia não quis. Inteligente como é, disse: "Eu não vou, até porque se for vai parecer que fui eu que cortei a cabeça do Suplicy, e aí, mesmo, é vou perder a eleição". Burro ele não é.

Cortar a cabeça do Suplicy, eles já querem; mas não conseguem. O Suplicy é candidato ao Senado porque lá está o Lula e está aqui o Suplicy. Se eles inventassem outro candidato ao Senado, o Lula descam-

baria em São Paulo. É o Suplicy que está suportando o Lula no panorama em que ele se encontra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Pedro Simon?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu me rendo a V. Ex^a. O analista de Bagé morreu; viva o analista Pedro Simon! Meus Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está sendo malvado comigo hoje. Eu não mereço isso. V. Ex^a sabe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, há uma consideração muito importante na minha recomendação ao Presidente Lula. Ele tem dito que quer muito ajudar o Senador Aloizio Mercadante a se tornar Governador de São Paulo. A melhor, a mais eficiente forma de ajudar é participar dos debates, porque obrigará o candidato José Serra a debate com o Senador Aloizio Mercadante, que quer muito debater com José Serra. Há mais esse ponto importante para ajudar o Partido dos Trabalhadores e o candidato Aloizio Mercadante em São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex^a que a informação que tenho é que o Serra está doido para ir ao debate. Ele ainda não foi ao debate porque o PSDB disse que é para ele trocar: se o Lula for, ele também irá. Dizem que o Serra não tem muito medo do Mercadante, que ele topa ir ao debate...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Até agora ele não quis.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele diz que vai se o Presidente for. O Presidente não vai lá, e vocês querem que eu vá aqui? Ele está nessa de não ir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu não ouvi essa parte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dizem que ele estava doido para um debate com o Mercadante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não tenho essa informação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E, conforme disse nosso ilustre Senador do Piauí, enquanto o cidadão continuar a economizar bom-dia e boa-tarde e colocar na poupança, fica difícil aumentar...

Agradeço a gentileza de V. Ex^as e agradeço a informação do Senador Antonio Carlos.

Acho que alguma coisa temos de fazer porque não pode o Senado ficar de braços cruzados com o que aconteceu sábado à noite. Sábado à noite foi a coisa mais fantástica, mais inédita. Tivemos ditaduras – ditadura do Getúlio, ditadura militar –, mas um encarapuçado ir à televisão e dar uma aula de moral para todo mundo, isso não tinha acontecido. Ou a gente faz alguma coisa... Já aconteceu lá, na Amazônia, onde um

Estado está todo contaminado e o chefe da quadrilha parece que era o Presidente do Tribunal de Justiça. Sempre digo que a máfia está sendo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... organizada. Um fato real, concreto, está aí. E acho que não podemos ficar de braços cruzados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna, eu pediria a V. Ex^a autorização para, por meio de um requerimento, me congratular com a cidade de Parnaíba, no meu Estado, que hoje completa 162 anos de fundação e é o berço dos nossos atuais Senadores Mão Santa e Alberto Silva, do ex-Senador Chagas Rodrigues e do ex-Ministro Reis Velloso.

Faço esse requerimento com a certeza da aprovação desta Casa, tendo em vista toda a história que essa cidade representa para o Piauí, para sua economia e também para o País.

Peço a V. Ex^a, portanto, que aceite meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa aguarda o requerimento, ao qual se incorpora.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer junto com V. Ex^a e com o Plenário uma reflexão em torno do comparecimento ou não a debate de candidato que disputa eleição.

Costuma-se dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que é um direito do candidato ir ou não ir ao debate. Não é, não. É direito do eleitor exigir que o candidato vá ao debate, para que ele possa fazer a sua opção, a não ser que não se queira dar ao eleitor o direito de fazer a opção consciente. E o candidato que queira merecer o respeito do eleitor precisa ter essa compreensão; do contrário, ele está brincando com a compreensão do eleitor, está manobrando politicamente, está brincando de fazer eleição.

É assim, Sr. Presidente, que eu sempre me comportei. E olha que já fui candidato em eleição majoritá-

ria seis vezes. Fui candidato três vezes a Governador e fui candidato três vezes a Senador; fui candidato, portanto, seis vezes a postos majoritários.

Ah, mas a esperteza recomenda que candidato que está na frente não compareça a debate! Eu quero dar o meu exemplo, até porque quero fazer algumas considerações e quero ter autoridade moral para fazê-lo. Já disputei eleição em que larguei com 62% dos votos, não votos válidos, votos brutos; votos válidos eram muito mais do que isso, e não me neguei a comparecer a debate nenhum por respeito ao eleitor. Acho que o eleitor tem o direito – ele pode se interessar ou não por política –, mas o candidato tem que ter a compreensão de que o eleitor tem o direito a que todos que disputam a eleição estabeleçam o contraditório para estabelecer fatos, tomar compromissos e estabelecer identidade com o eleitor. Do contrário, ele não é um de nós. Do contrário, ele não é a cara do povo. Ele posa de um de nós e posa de cara do povo, mas está agindo com esperteza, seguramente, porque tem do que se esconder; ele tem medo de fatos ou coisas que possam surgir durante o debate. Só isso justificaria um candidato como o Presidente Lula se negar a comparecer ao debate. Em pleno processo democrático, em tempos de mensalão, em tempos de sanguessugas, em tempos de madura discussão política, ele se nega a comparecer ao debate e a esclarecer fatos, principalmente depois de um fato que acabou de acontecer.

Sua Excelência o Presidente, como outros candidatos à Presidência, foi entrevistado pelo TV Globo, no Jornal Nacional. Durante a entrevista, ele cometeu alguns atos falhos, mas deixou esclarecido um fato sobre o qual já tantas vezes falei desta tribuna – esclarecido para a opinião pública e, para mim, muito mais. Paulo Okamotto, aquele que pagou os R\$29,6 mil da conta de Lula; que veio à CPI dos Bingos; que jurou de pés juntos que Lula não sabia que ele havia pagado os R\$29,6 mil; Paulo Okamotto, que pagou os R\$29,6 mil em dinheiro sacado em Brasília e transportado para São Paulo, ou sacado em São Paulo e pago na boca do cofre, em uma agência do Banco do Brasil, na conta de Lula, num dos pagamentos exibindo a própria xerox da carteira de identidade de Lula, e que depois diz que pagou a conta de Lula sem que Lula soubesse; e que se nega a abrir a sua conta bancária. Nós pleiteamos, e o Governo impediu a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto, para que se mostrasse de onde veio aquele dinheiro, se veio das contas dele ou se veio do valerioduto. Que se desse a ele a oportunidade de mostrar. Nada disso nunca aconteceu, e ficou a versão ao final de que o Sr. Paulo Okamotto havia pago a conta de Lula, com dinheiro dele, porque nunca se

conseguiu quebrar o sigilo bancário de S. S^a, e tinha pago a conta de Lula à revelia de Lula.

Na entrevista ao Jornal Nacional, Senador Antonio Carlos, foi Lula quem disse que tinha dito ao Paulo Okamotto: "Eu não devo ao PT, você paga se você quiser".

Quem diz isso não é gago e reconhece que deve e sabia que Paulo Okamotto havia pago a conta dele. Ou seja, é o flagra, é o pega na mentira. Nenhuma oportunidade melhor para Lula que o debate para que este fato fosse esclarecido. Era o grande momento dele. Ele não se julga um homem cheio de argumentos, não pede as comparações? Ou ele quer fazer a comparação em um monólogo, sem direito a contestação, como tem sido o hábito dele, negando-se a dar entrevistas, inclusive a jornalistas que queiram fazer perguntas e réplica?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu pediria permissão a V. Ex^a, como meu Líder, apenas para fazer o registro da presença, na tribuna de honra desta Casa, do General Pedro Machado, Chefe do Estado-Maior do Exército do Equador, que se encontra com a comitiva. Peço-lhe desculpas pela interrupção. O Senado recebe, com muito carinho e alegria, os visitantes.

Fica o registro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Continuo, Sr. Presidente.

O Presidente Lula perdeu a grande oportunidade de brindar o eleitor com os seus argumentos, de confrontar com os seus contendores a formulação que tem, as suas idéias, os seus feitos, dando direito àqueles que estivessem presentes – e foram todos, menos ele – de fazer os reparos que pudessem ou julgassem ser convenientes.

Ele se negou a ir e perdeu a oportunidade de dizer: "Paulo Okamotto, você é mentiroso, você disse coisas que não correspondem à verdade", porque ele havia dito no Jornal Nacional, poucos dias antes, que o Paulo Okamotto havia, sim, pago a conta dele, uma conta que ele não reconhecia, e que ele tinha dito a Paulo Okamotto: "Pague se você quiser." Ora, quem diz isto: "Pague se você quiser", reconhece que a conta foi paga. E, a partir daí, toda a farsa Okamotto coloca *sub judice* a palavra do Presidente, a credibilidade de toda uma história de governo.

Eu tenho o direito de raciocinar, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, num caso rumoroso como o do Sr. Paulo Okamotto, se a mentira foi pregada, em quem eu posso acreditar mais? Em quem eu posso

acreditar? Eu posso, desde que ele me dê argumentos. Argumentos que ele não quis dar, porque não foi ao debate. E não quis dar, porque não deve tê-los.

Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a aborda um ponto importantíssimo, e acho que esta Casa não pode ficar indiferente. A minha sugestão é que a Mesa da Câmara solicite as gravações do Presidente Lula na recente entrevista e o depoimento do Sr. Paulo Okamotto e faça um novo pedido ao Supremo Tribunal Federal para a quebra do seu sigilo bancário. Porque aí – não há como negar – são palavras que se contrapõem. E, evidentemente, a Nação deseja a verdade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Talvez, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma das razões que tenha levado o Supremo – e V. Ex^a coloca com muita propriedade – a negar a quebra do sigilo tenha sido a existência apenas de indícios de que a conta tenha sido paga ou não tenha sido paga. Um dizia que tinha pago, outro dizia que não tinha pago, e a dúvida era grande, e aí se perdia a importância sobre a origem do dinheiro. Mas agora ficou muito claro: a conta existia, a conta foi paga por Okamotto, que disse que Lula não sabia, e Lula confirmou que sabia sim, senhor, porque havia dito a Paulo Okamotto: "Eu não devo ao PT, e você paga se você quiser." Se "paga se você quiser", é porque ele sabia que tinha pago. Pagou com que dinheiro? Pagou com o dinheiro do valerioduto ou pagou com dinheiro da conta dele? Para isso é que é importante a quebra do sigilo bancário, que nunca se conseguiu.

Mas, mais importante do que isso tudo, o que para mim ficou perigosamente colocado foi a perda da credibilidade da palavra do presidente, porque durante meses e meses e meses esse assunto foi tratado sem desmentido. E é como se o Paulo Okamotto estivesse falando sempre a verdade. O assunto transitou em julgado, até que, numa declaração do Presidente, numa entrevista, ficou a verdade recuperada.

Então, o Presidente da República faltou com a verdade e, na minha opinião, perdeu a credibilidade, porque o que se divulgava, a partir do Palácio do Planalto, é que o Presidente desconhecia aquela conta, que não tinha conhecimento – aliás, não tem conhecimento de várias coisas. Só que, nessa agora, ele foi flagrado, ele foi pilhado. Ele foi flagrado por ele próprio, reconheceu o que nunca reconheceu. Num dado momento, finalmente, apareceu a verdade. A partir daí, eu me pergunto: a partir de agora, posso acreditar no que Lula diz?

E aí entra o primeiro programa eleitoral. Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, assisti ao primeiro programa eleitoral. Devo confessar a V. Ex^{as} que, mais do que nunca, lamentei o não-comparecimento do Presidente Lula ao debate. Espero que outros debates aconteçam, promovidos por outras cadeias de televisão, e que o Presidente compareça. Compareça para quê? Para esclarecer o eleitor.

Eu assisti a Lula ou ao programa dele. Ele estava por trás do programa. Evidentemente, o que o programa diz é o que o PT – e Lula é o candidato do PT – quer anunciar ao País. Ele anuncia, se não me engano, seis mil quilômetros de rodovias. Eu me pergunto: onde danado estão esses seis mil quilômetros de rodovias? No meu Estado, não tem um palmo. Aliás, o que existia – aquela duplicação de um trecho pequenininho entre Macaíba e Natal – está parado há séculos. No Governo Lula, não andou nada. De resto, o que existe é tapaburaco, que a chuva já levou. Eu não sei se no Estado de V. Ex^a existe algum quilômetro, ou centena ou milhar de quilômetro de estrada nova. Eu não vi.

Boa matéria! Boa matéria para debate, para ser colocada e ser contestada ou ser aceita. Mas, não. Fica no monólogo do programa eleitoral!

Assisti ao programa falar do fim do apagão. Sr. Presidente, há menos de um mês, tive uma reunião com o setor elétrico deste País. Os investidores em energia elétrica, em geração de energia elétrica – e são várias grandes empresas nacionais e internacionais –, discutiam os investimentos no setor elétrico. Saí de lá com o cabelo em pé, pela perspectiva, pelo investimento zero que está sendo feito pela iniciativa privada. A geração de energia elétrica no País hoje é um setor privatizado. Saí de cabelo em pé, com a perspectiva negra que há pela frente, por conta do marco regulatório, por conta do desprestígio da Aneel, por conta da perda de credibilidade dos investidores estrangeiros e nacionais em investirem no setor elétrico. E vem o Presidente falar em apagão! O apagão não existiu, porque não houve crescimento de demanda, porque o País cresceu muito devagarzinho, muito menos do que a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, o Peru, a Bolívia, a Venezuela! O Brasil ficou para trás, crescendo devagarzinho e, portanto, não aumentou a demanda de energia elétrica. Os reservatórios d'água estavam cheios, porque, graças a Deus, houve um regime de chuva favorável. Paulo Afonso, Itaipu, Furnas, Três Marias, foram abastecidas, e a capacidade hídrica funcionou a contento, sem necessidade alguma, aliás, de energia de ponta. E as termelétricas que foram instaladas para equilibrar momentos de racionamento já foram até vendidas para o exterior, haja vista a des-

necessidade, por inexistência de demanda comprimida ou de demanda não atendida.

Agora, Sua Excelência precisa perceber que pode haver mudança de governo – e Deus queira que haja – e que o crescimento do País seja retomado e aí haja necessidade de investimentos. Aí teremos perdido um tempo precioso, por conta de uma política equivocada. A manchete do programa de televisão dele é: "Apagão nunca mais". O apagão está na frente. Se nós crescemos 5%, 6%, como a Argentina, como a Bolívia, como o Paraguai ou o Uruguai, teremos apagão já já, por conta de um problema cuja culpa é só do Governo Lula. A Aneel desprestigiada e o marco regulatório inibem investimentos – isso eu ouvi dos investidores. Ninguém me engana. O programa de televisão não engana a mim. Agora, para isso, seria importante o debate, para que Heloísa Helena, Geraldo Alckmin, Cristovam Buarque, Bivar, os candidatos enfim, pudessem debater, estabelecer o contraponto, para que o eleitor pudesse fazer um correto juízo de valor e votar. Não um programa bonito e cheio de ilusões, como a ilusão dos seis milhões de empregos anunciados. Seis milhões de empregos onde? Claro que foram gerados alguns empregos, mas o que existe muito é maquiagem, é emprego que já existia, que se forçou a que fosse formalizado por artifícios que foram criados. Bons! Até que bons, mas artifícios que foram criados para aumentar a estatística, só para aumentar a estatística e não que isso signifique emprego gerado por retomada de crescimento.

Eu falo isso tudo, porque a mim revolta o direito que se subtrai ao eleitor de ver esse debate, como estamos fazendo aqui agora, ser estabelecido entre os candidatos, para que o eleitor, que tem no debate um direito, não tenha esse direito subtraído pela vontade de um cidadão que, de forma presunçosa, se ausenta do debate e retira do eleitor o direito legítimo de fazer o correto julgamento, para que possa dar o voto mais consciente que possa dar.

Diz o Presidente da República ao final do seu programa – e esta é uma frase que ele pretende que seja lapidar: se o eleitor pretende dar um voto para que se avance de onde ele parou, ou se o eleitor prefere começar do zero. Começar do zero ou começar de onde ele parou? O Presidente Lula está se esquecendo de que, por exemplo, os dois marcos fundamentais de seu Governo, o Bolsa-Família e o programa econômico exitoso, foram meras continuações do que existia. O Bolsa-família é a junção do Vale-Gás, do Bolsa-Escola, de programas que já existiam e que foram apenas reunidos e aumentados. Só! O programa de combate à inflação e de equilíbrio das contas públicas só foi possível graças ao que aconteceu com o Plano Real

e com a política econômica que vinha andando, apenas com um fator chamado sorte. O mundo cresceu no período Lula o que não cresceu, nem de longe, na era Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Lula fala em “avançar a partir de onde ele parou ou começar do zero”.

Começar do zero?! Eu diria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a chance que os contendores desejam é de retomar o tempo perdido. É de recuperar aquilo que nós poderíamos ter feito nesse período e não o fizemos por políticas equivocadas. Elevar o salário mínimo para R\$580,00, se tivéssemos crescido o que a Argentina cresceu, o que o Uruguai cresceu. Não quero falar sobre o que a Índia ou a China cresceu. Falo sobre os nossos vizinhos. O que eu quero dizer é que a nossa economia poderia estar anos-luz à frente, porque nós perdemos um tempo precioso, por conta de políticas equivocadas, que têm que ser, neste momento, objeto de debate e não de monólogo.

O que o programa de televisão do Presidente Lula pretende estabelecer é o monólogo que foge do debate. Eu acho que é importante que cada candidato apresente os seus programas, os seus feitos, mas que os submeta ao crivo e à avaliação crítica daqueles que têm o direito de fazê-lo. E o direito de fazê-lo têm os contendores, que podem fazer em um programa ou no outro, mas que tenham a rara oportunidade de o fazer cara a cara, no debate, desde que argumentos existam para quem quer ganhar a eleição. Se Lula quer ganhar a eleição, que vença com argumentos, não com falácias.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Ney.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, na tarde de hoje, para comunicar a V. Ex^{as} que estou me licenciando da Liderança do PMDB pelos próximos 60 dias, a fim de me dedicar à reeleição para o Senado, labutando mais, lutando mais ainda em favor do meu Estado. Já era minha pretensão fazer isso há tempo, Presidente, e estava consultando os Vice-Líderes, mas quase todos estavam envolvidos na campanha em seus Estados.

Entendo ser esta a melhor maneira de reiterar o meu compromisso de respeito e afeto para com este que foi o primeiro e único partido de minha vida, onde

milito desde a juventude e que tenho a honra de liderar no Senado da República há quase dois anos.

Passados os primeiros momentos de surpresa e indignação pela metodologia adotada pela CPMI das Ambulâncias, que não aceitou o contraditório, aguardo com serenidade a etapa do Conselho de Ética.

Incompreensivelmente, a CPMI estabeleceu como critério inovador – já que foi a primeira vez que isso aconteceu na história das CPIs – ser o Conselho de Ética o fórum adequado para a apresentação das defesas. Lá, tenho certeza, me será assegurado o direito de defesa, instrumento universalmente consagrado nas sociedades desenvolvidas e que delimita com nitidez inofismável a diferença entre civilização e barbárie.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia sequer sugerir com a minha presença na Liderança qualquer tipo de constrangimento aos companheiros, que foram decisivos para a construção de uma trajetória vitoriosa que escrevi nesses meus 12 anos como Senador da República. Longe de mim criar embaraços para o partido ou para o Conselho de Ética. Assim, ao mesmo tempo em que me licencio da Liderança do PMDB, eu me afasto também do Conselho de Ética. Como democrata convicto, curvo-me às exigências protocolares para o perfeito cumprimento dos dispositivos regimentais.

Espero, confiante, o processo no Conselho de Ética, porque sei da minha inocência e da minha honradez. Tenho a consciência tranquila.

E é assim que, amparado pela certeza da vitória da justiça, parto com tudo para a campanha, fiel aos meus compromissos com o povo da Paraíba, a quem jurei lealdade.

Não sou homem de fugir à luta. Não desapontarei os paraibanos, assim como jamais traí ou trairei o PMDB e o meu mandato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na oportunidade em que me licencio da Liderança, indico o nome do Senador Wellington Salgado para substituir-me interinamente.

Reafirmo, neste momento e desta tribuna, a minha convicção de que maior que os percalços e turbulências do momento, são a força, a grandeza e a coerência dos ideais que me fazem persistir na vida política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 307-B/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a minha renúncia como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, por permuta com este Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Só um minutinho, Senador Marcos Guerra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela homologação da decisão do Conselho Nacional de Educação, que torna obrigatório, a partir de agora, o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio de todas as escolas públicas e privadas do País.

É uma recomendação de todas as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Brasil, especialmente de toda a bancada na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, de pessoas que trabalham vinculadas à área da educação.

Fica nossa homenagem a essa decisão do Governo Federal, que, no nosso entendimento, faz justiça ao que tinha sido cerceado há mais de trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu pediria que as intervenções fossem sempre dentro do Regimento, para não haver nenhuma reclamação posterior.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, cedida por mim, Sibá Machado, Leonel Pavan, Heráclito Fortes. E, por último, este Senador. O Senador Antonio Carlos Magalhães cede a mim a palavra, por último. Já que ele é um grande Senador paulista, nós temos que dar a vez.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, a melhor política educacional é aquela que assegura o atendimento integral na escola, permitindo que os alunos tenham

acesso à cultura, às novas tecnologias e à assistência social e pedagógica.

Estatísticas mostram que, dos quase 33 milhões e 500 mil alunos do ensino fundamental, matriculados no Brasil em 2005, apenas 2 milhões e 600 mil, cerca de 8% desse total, freqüentavam turnos escolares com duração maior do que cinco horas diárias.

Crianças de famílias de maior poder aquisitivo que freqüentam estabelecimentos particulares têm aulas adicionais, fora da escola, para complementar sua formação. Mas as mais pobres não dispõem dessa vantagem e passam o tempo nas ruas, vulneráveis à violência, ou trancadas em casa, enquanto seus pais estão trabalhando.

O Projeto de Lei nº 234, de 2006, que apresentei à Mesa do Senado, institui a jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, ampliando a carga horária anual das atuais 800 horas para 1.400 horas, das quais pelo menos mil seriam destinadas ao efetivo trabalho em sala de aula. A implantação gradual seria concluída no prazo de cinco anos, a partir da transformação desse projeto em lei.

A adoção do regime integral é meta antiga, com dez anos de existência. Sua necessidade era sinalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996. Até agora, contudo, pouco avançamos para atingi-la. A busca da qualidade na educação brasileira deve ser um objetivo urgente de todos nós. Sem ela, não teremos jamais uma sociedade mais justa, capaz de proporcionar oportunidades a todos. Por isso, peço aos nobres pares que se incorporem a esse nosso esforço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Cumprimento V. Ex.º e passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (Bloco/

PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Lula, onde Vossa Excelência se encontra? Onde se escondeu hoje? Onde estava escondido ontem para fugir de um debate com os candidatos à Presidência da República? Eu compreendo, mas o público não comprehende. Compreendo que Vossa Excelência não queria repetir o fracasso da entrevista do “Jornal Nacional”. Compreendo que Vossa Excelência não queria que lhe perguntassem o que é o valerioduto, não queria também que lhe perguntassem o que é o mensalão, não queria que lhe perguntassem sobre tantas companhias que Vossa Excelência rejeitava e que hoje abraça calorosamente, não queria que se falasse certamente dos sanguessugas, pelo que Vossa Excelência é o responsável.

Há Parlamentares entre os sanguessugas, mas tudo foi feito no seu Ministério da Saúde, onde Humberto Costa já era conhecido como vampiro no banco de sangue. Foi de lá que saiu esse crime contra a sociedade brasileira, o cometido pelos sanguessugas. Vossa Excelência, Senhor Presidente, é o maior sanguessuga da Nação. Vossa Excelência é um sanguessuga em todos os setores da vida nacional, dos idosos, dos aposentados, daqueles que ganham salário mínimo. Para todos, Vossa Excelência é um homem perverso, é um homem que não vê a situação em que se encontra o País, daí por que foi recebido tão “geladamente” na Bahia, num dia de tanto sol, no sábado passado, a ponto de Vossa Excelência dizer que não voltaria lá porque não valia a pena, pois o povo o tinha deixado sozinho.

Ora, Sr. Presidente, o caso Okamotto não pode ficar como está. Temos que saber quanto Okamotto deu em dinheiro ao Presidente Lula. Confessados, há apenas R\$29,6 mil. Mas o Presidente Lula tem que explicar também quanto a Telemar passou para o seu filho – nada menos do que R\$15 milhões. Talvez ele venha a dizer que foram R\$14,9 milhões. Mas ele não pode negar que recebeu esses recursos.

Compreendo que o Presidente não tenha atendido ao Senador Suplicy. Compreendo inteiramente. Suplicy tinha razão? Tinha. Mas o Presidente tinha mais razão do que ele, porque, se o Presidente fosse lá, seria o maior fracasso, como será em qualquer debate que apareça. Daí por que ele foge, corre, se esconde, mente e participa de todas as maracutaias deste Governo.

O que ele quer é cassar a imunidade parlamentar de V. Ex^a, Sr. Presidente, a nossa imunidade, para que não possamos daqui, deste local, desta tribuna, dizer tudo que ele merece. E ainda merece muito mais.

É um Presidente que não honra a Nação e que desonra o País. É um Presidente que não tem condições de encarar o público. A entrevista que deu foi no Palácio do Planalto para intimidar os entrevistadores, que, realmente, fizeram uma entrevista completa, séria, digna, enaltecedo a emissora a que pertencem e, principalmente, a figura de ambos. A mim ficou demonstrado que Lula não pode responder em debate algum, a ninguém. Ele tem que ficar sempre como quem não sabe nada. Aliás, ontem, um dos candidatos disse que o Presidente não foi ao debate porque não sabia.

Ele teve coragem de dizer que demitiu os seus auxiliares. É mentira! Muitos deles me contaram como foram as demissões. Até fomos bondosos, nesta Casa, com o Ministro da Fazenda. O Presidente da República chamou-o de “meu irmão” e “figura indispensável ao Governo” e demitiu-o. Foi a pedido? Sim, porque

a pedido também foi demitido Waldomiro Diniz. Nos Correios, Maurício Marinho foi pego recebendo R\$3 mil. Neste Governo, roubam-se bilhões e também R\$3 mil. É a coisa mais inacreditável!

Daí por que o Senador Eduardo Suplicy chama a atenção do Presidente da República para que ele não proceda assim, que ele enfrente, vá ao debate, discuta, tenha coragem de enfrentar os adversários, que vão chamá-lo, certamente, de ladrão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, apenas quero transmitir que tenho a convicção pessoal de que, se o Presidente Lula for aos debates, ele poderá esclarecer cada uma das afirmações, seja as que V. Ex^a está fazendo, seja as que os adversários, como o ex-Governador e candidato Geraldo Alckmin, como a Senadora Heloísa Helena ou qualquer dos outros que esteja lá a fazer. Tenho a convicção pessoal, como amigo do Presidente, de que ele contribuirá enormemente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil se comparecer aos debates. É a sugestão que faço da maneira mais sincera a ele e aos assessores que têm recomendado os passos dele como candidato. Agradeço o aparte concedido por V. Ex^a. Tenho uma emergência e, por isso, vou-me ausentar do plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fico triste que se ausente porque V. Ex^a sempre faz falta a esta Casa, mas quero dizer-lhe que tenho uma convicção: embora V. Ex^a tenha uma grande votação em São Paulo – as pesquisas dizem isso –, V. Ex^a não vai votar em Lula. V. Ex^a vai votar em Heloísa Helena! V. Ex^a vai votar em Heloísa Helena!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está enganado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não vai votar em Lula, tenho certeza!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou votar em Lula, com toda a convicção e certeza. Tenho o maior respeito pela Senadora Heloísa Helena. Muitas vezes, V. Ex^a aqui me viu ter pontos de vista semelhantes aos dela e sabe – e aqui digo com toda a clareza – que votarei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E vai dormir bem nesse dia?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E vou dormir bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, Sr. Presidente, o Senador Suplicy é um homem interessante. Ele disse uma coisa muito séria:

que vai votar em Lula, mas que o respeito que ele tem é à Senadora, e não ao Lula. Ele não tem nenhum respeito pelo Presidente. Apenas por uma questão partidária, ele vai votar em Lula, porque ele respeita, sim, a Senadora. Isso foi o que ele colocou claramente.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e volto um pouco ao passado, à nossa CPI dos Bingos, “CPI do fim do mundo” como foi batizada. Lembro a V. Ex^a que o caso de Okamotto, neste momento, é ideal para que o Ministério Público peça, de uma vez por todas, a quebra do sigilo bancário desse cidadão. Nossa Procurador-Geral da República, Antonio Fernando, recebeu das minhas mãos e das mãos do Senador Garibaldi Alves Filho o relatório da CPI. V. Ex^a foi um dos membros mais atuantes da Comissão, ao lado do Senador Romeu Tuma, que neste momento preside a sessão, do Senador Magno Malta e de tantos outros que dela participaram. Tenho convicção de que agora está provada toda aquela confusão que se traçou em que o Supremo Tribunal Federal não concedeu a autorização para a quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto. O Sr. Paulo Okamotto foi à CPI, por um requerimento de autoria de V. Ex^a. Depois, aprovamos a quebra do seu sigilo bancário, mas o Supremo não a autorizou. O Presidente Lula foi bem claro em sua participação na TV Globo, quando disse que o Sr. Paulo Okamotto pagou a sua conta. Sua Excelência foi bem claro, embora o Supremo tenha apresentando justificativas para que não fosse quebrado o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto. O Presidente comprovou agora que o Ministério Público está com a faca e o queijo exatamente para pedir a quebra de sigilo e sanar todas as dúvidas que V. Ex^a tem, que eu tenho, que esta Casa tem e que o Brasil tem. Ou seja: de onde veio o dinheiro com o qual o Sr. Paulo Okamotto pagou a conta do Presidente? É isso que queremos saber, e eu tenho certeza de que o Dr. Antonio Fernando, juntamente com os Procuradores da República, por meio do Ministério Público, tirará todas as dúvidas. Assim espero porque, acima de tudo, confio e dou toda credibilidade ao Ministério Público deste País.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Efraim, V. Ex^a tem absoluta razão, o Dr. Antonio Fernando é um homem sério, digno, e, evidentemente, no momento em que receber de nós – creio que V. Ex^a ainda pode estar exercendo essa Presidência – ou do Presidente do Senado as duas

gravações na CPI e a gravação do “Jornal Nacional”, não haverá juiz que não quebrará o sigilo do Paulo Okamotto. Eles pediam as provas concretas; agora, as provas concretas são as falas do Okamotto e do Presidente Lula, contraditórias e totalmente diferentes da realidade.

Não podemos deixar impune esse crime. E o Sr. Okamotto tem que mostrar o quanto pagou, porque não foram apenas R\$ 29,6 mil; ele pagou muita coisa para o Presidente da República e para muitos dos seus apaniguados.

Quero dizer também que nós não devemos descansar enquanto não conseguirmos isso. É do nosso dever, é até mesmo uma obrigação trazer este caso como também pedir a explicação de um caso de que todos evitam falar: o da Telemar. Quem pagou os R\$15 milhões ao Lulinha – ou Fábio?

Quem pagou para a Gamecorp R\$15 milhões? Todos vocês que aqui estão, contribuintes brasileiros, todos vocês deram para o filho do Lula R\$15 milhões, via Telemar.

Assim é o Governo corrupto que aí está. Assim é que vamos derrotá-lo, mesmo com a vantagem em que ele está agora. Na Bahia, ele já afirmou que ia me derrotar. A pesquisa do Ibope confere: dos votos válidos, 71% a Paulo Souto e 23% ao Ministro de Lula, o preguiçoso Jacques Wagner.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, permita-me um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, tenho a impressão de que essa questão do Sr. Okamotto poderá ser resolvida de maneira bem mais rápida. V. Ex^a, que tão bem dirige a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deve – é uma sugestão que eu daria – notificar o Supremo Tribunal Federal para o fato da mentira aqui aplicada. Afinal, o Sr. Okamotto, sob juramento, em um depoimento, mentiu. E a prova da sua mentira é exatamente a declaração do Senhor Presidente da República. Daí por que o próprio Supremo não terá mais motivo algum para sustentar a preservação do sigilo bancário de quem mente para o Congresso e mente para a Justiça brasileira. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só teremos, infelizmente, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 6 de setembro, e esse caso exige uma providência mais rápida, porque isso tudo faz parte do que o eleitorado deve saber e não sabe a respeito desse Governo que aí está.

Portanto, vamos procurar um meio de fazer chegar ao Ministério Público ou à Presidente do Supremo Tribunal Federal essa grande contradição de Okamotto e Lula, que resulta realmente num grande prejuízo para a Nação brasileira.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aceito.

Senador Antonio Carlos, V. Ex^a, indiscutivelmente, é um Senador que, pela história do Congresso Nacional e da política nacional, é muito ouvido; é um dos líderes natos da Casa, estando ou não formalmente na função. O que tenho visto, observado e aprendido é que, quando V. Ex^a fala, muita gente se pauta pela sua orientação. E, como tal, faz uma das mais duras oposições de que se tem notícia. Penso que nem mesmo o PT o fazia com tanta capacidade e competência, como V. Ex^a o faz hoje. Eu não estava aqui no Congresso, é claro, mas acompanhava. Eu estava no meio de uma organização sindical, que era a CUT, e fazíamos, também, como podíamos, uma oposição muito forte ao Governo, não só do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também de outros governos. Então, o que posso observar, quanto à ida ou não do Presidente Lula, seu comparecimento ou não a um debate coletivo – já que ao individual ele compareceu –, é que temos ali não o Presidente da República, mas um candidato, em nível de igualdade. As regras são claras. A própria TV, em obediência também às regras da legislação, cria uma programação daquela natureza. O que podemos observar – já debatemos essa questão no pronunciamento do Senador Pedro Simon – é que isso também se repete em outros níveis: o Governador Aécio Neves, como candidato, está em dúvida se vai comparecer a um debate coletivo; o candidato a Governador do Estado de São Paulo, o ex-Prefeito José Serra, também não compareceu ao debate da TV Gazeta. Considero isso estratégia de campanha eleitoral, independentemente do debate que V. Ex^a traz à Casa hoje. Trata-se de uma orientação de estratégia de campanha eleitoral. Há uma coordenação para isso. Como não é obrigatório ir, trata-se da decisão de ir ou não. Com relação ao fato já debatido aqui, por várias vezes, sobre o pagamento das despesas de viagem do Presidente Lula ao exterior, à Europa, já dei várias explicações. Continuo dizendo que, desde o momento em que esse assunto foi trazido a público, procurei saber o que havia acontecido. Conversei com o tesoureiro daquele período, o Deputado José Pimentel, e S. Ex^a explicou que o Presidente Lula – o próprio Presidente também deixou isso claro – jamais reconheceu o fato como dívida dele, porque estava em uma missão partidária, o PT é que havia sugerido aquela viagem. Eu também faço viagens em nome do PT, o que é diferen-

te de fazer uma viagem como Senador da República. Então, as despesas, como Senador, são pagas pelo Senado; quando estou em viagem por orientação partidária, são pagas pelo PT do Acre. Portanto, quanto a esse assunto do pagamento, o Presidente Lula não vai assumir essa conta! Penso que ele realmente não deve assumi-la, porque fez uma viagem orientada pelo Partido! Então, não é uma despesa dele, é uma despesa do PT. Se o Tesoureiro errou, na hora de contabilizar como despesa partidária ou despesa pessoal, o que fazer? Realmente considero isso uma besteira inimaginável de uma pessoa que está no exercício de uma tesouraria partidária. Tinha de ter sido feita a correção da prestação de conta e orientado o TSE quanto à despesa em nome do cidadão, à época, Luiz Inácio Lula da Silva. Então, em relação a esses fatos, quero só dizer que a decisão de ir ou não ao debate foi tomada como estratégia de campanha. E, no que diz respeito ao pagamento da viagem, continuo insistindo que a tese do Presidente eu fui investigar in loco: essa é uma despesa do PT, e não do Presidente Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas por que o Okamotto, então, pagou, se era despesa do Partido? O Okamotto pagou por quê? Ele não tinha nada que pagar!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não podia! Aí também eu considero que ele não podia ter pagado! Aquilo era uma despesa partidária, uma correção da prestação de contas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, vamos abrir o sigilo bancário do Okamotto para ver o que ele pagou a mais, além disso!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele jamais poderia assumir uma conta que não é nem dele. A conta é do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele declarou aqui que pagou em quatro prestações. O Okamotto, um homem que sabemos que tem dinheiro à vontade, disse que teve que pagar em quatro prestações. Assim está o Partido de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Essa informação eu não tenho. Essa informação sobre se ele tem muito dinheiro ou pouco eu não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele disse aqui que pagou em quatro prestações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ao ver que tinha cometido erro, pediu resarcimento?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu quero dizer a V. Ex^a é que aquilo que V. Ex^a considera estratégia eleitoral, no caso do Lula, não é estratégia eleitoral: é medo. É medo! Se Aécio for, ninguém vai perguntar se ele é responsável pelo mensalão; ninguém vai perguntar se ele é responsável

pelos sanguessugas; ninguém vai perguntar sobre o valerioduto, como já tentaram fazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, Senador Antonio Carlos Magalhães, isso foi perguntado na entrevista da Globo por William Bonner e Fátima Bernardes. Eles fizeram essas perguntas, e Sua Excelência respondeu. Não se trata da história de fazer ou não a pergunta A ou B, mas de uma estratégia eleitoral.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a gostou dessa história.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Hoje...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos os jornais de hoje...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – José Serra também não foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos os jornais de hoje dizem: só houve um derrotado no debate de ontem da Bandeirantes, o Presidente Lula.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas eu também li vários comentários, dizendo que Sua Excelência se saiu muito bem. Eu não assisti, realmente, ao debate.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele não compareceu com medo das perguntas que lhe poderiam ser feitas.

Agora, devo dizer a V. Ex^a que, se estivesse no lugar do meu candidato Geraldo Alckmin, eu teria me dirigido àquela cadeira vazia e dito: “Aí deveria estar o Presidente Lula, para responder sobre o valerioduto, sobre os sanguessugas, sobre o mensalão. Ele não está aqui, porque não pode responder a isso e a outros crimes que praticou na República”. Assim faria eu, se fosse Geraldo Alckmin, mas cada um tem seu temperamento e sua maneira de ser.

Quanto a V. Ex^a, louvo a sua atitude. A cada dia, mais o admiro. Tenho essa satisfação. Louvo sua atitude de defender esse Governo indefensável. É preciso coragem! E V. Ex^a está demonstrando que é um homem corajoso: defende o PT, que está realmente numa situação gravíssima na política nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Infelizmente, meu tempo está chegando ao final. Quero dizer ao Presidente Romeu Tuma que esperamos, ainda que em outra oportunidade, demonstrar o quanto esse Governo tem sido nocivo ao Brasil e o que seria deste País, se esse homem fosse reeleito. Se agora ele está assim, em outro Governo seria muito pior! Porque ele já quer cortar a imunidade parlamentar, mandato de Senador... Está horrorizado com o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem pecados?

Dúvidas não há. Mas Lula é um pecador muito maior do que todo o Congresso Nacional reunido, ninguém tenha dúvida: ele traiu o Brasil e o proletariado a que pertenceu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. CCS N° 75/2006

Brasília, 14 de agosto de 2006

Ilmo Sr.

Dr. Roberto Irineu Marinho

Presidente das Organizações Globo

Nesta

Senhor Presidente,

Por decisão do plenário do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, tomada nessa data, vimos prestar a nossa solidariedade à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois dos seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Essa ocorrência, que reflete o clima de insegurança em que vive o País, deve merecer a nossa mais ampla preocupação, exigindo das autoridades provisórias compatíveis com a necessidade de assegurar a todos liberdade de expressão, uma das maiores conquistas da democracia brasileira.

É a nossa manifestação, que se junta a outras entidades igualmente mobilizadas quanto a fatos dessa natureza, que lamentamos vivamente.

Cordialmente, **Alnaldo Niskier**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, por troca com o Senador Sibá Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero subscrever uma moção idêntica à TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu pediria a V. Ex^a que o fizesse de moto próprio, porque este requerimento é do Conselho. E pediria licença para assiná-lo com V. Ex^a. Essa iniciativa é por tudo que representou o Dr. Roberto Irineu Marinho para V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Imediatamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então, aguardamos, para fazer a leitura devida do seu requerimento.

Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srs e Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso, de fazer os registros que desejo fazer, minha gratidão às pessoas do País inteiro, de todos os cantos, que a mim têm dado solidariedade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar, neste plenário, a presença do meu irmão, Valmir Lima, sentado ali; de Joaci, que é obreiro da nossa instituição de recuperação de drogados – há 25 anos, no Estado do Espírito Santo – e que recebi, há 11 anos, lá do seu Estado, Senador Romeu Tuma, São Paulo. Tivemos a oportunidade e o privilégio de recebê-lo, de tirá-lo de lá, da marginalidade, do tráfico de drogas, das cadeias de São Paulo há onze anos e de recuperá-lo em nossa instituição. Hoje ele está lá, militando, trabalhando conosco.

Eu gostaria de registrar também a presença do folclórico Jacozinho, o rei do futebol de Alagoas, que tantas alegrias deu ao povo alagoano e ao Brasil, quando roubou aquela festa do Zico no Maracanã – ele e o Maradona –, na volta de Zico para o Flamengo. Jacozinho trabalha comigo e também foi recuperado por nós lá. A bebida alcoólica, o vício tirou-lhe tudo que o futebol lhe dera e o jogou na lama, na sarjeta. E foi lá, Senador Marcos Guerra, no Projeto Vem Viver, no Espírito Santo, que, há doze anos, recebi Jacozinho e pude ajudá-lo a voltar a viver.

Senador Romeu Tuma, o que me traz à tribuna, nesta tarde, é tão-somente a vontade, Senador Wellington Salgado de Oliveira, de ser grato às pessoas do País inteiro que me devotam solidariedade todos os dias. São centenas e centenas de e-mails. E o que me impressiona: são e-mails de jovens, de universitários, de pessoas que fazem questão de dizer que não professam a mesma fé que eu e que até discordam das minhas posições, mas que me fazem uma defesa e que acreditam na mais cristalina de todas as verdades, Senador Romeu Tuma: que eu, absolutamente, nunca tive, nem tenho nenhum tipo de envolvimento com esse episódio que estardeceu e escandalizou o Brasil.

Bate uma tristeza muito grande no coração, porque não se sabe como reconstruir o que destruíram. V. Ex^a tem uma história. Todos temos uma história, uma história de vida. E Deus sabe o quanto custou construir uma história de vida.

Penso que hoje estou sendo apenado por ter sido o autor da CPMI dos Bingos. Estou sendo apenado por alguns que agora se encontram na posição de algozes em face da CPMI do Narcotráfico. Todavia, a

razão pela qual tenho paz – minha alma está em paz, por isso me aquietei – é a certeza de que a justiça vai prevalecer. Se não posso dar um voto de confiança absoluta à justiça dos homens, tenho de confiar na justiça de Deus. E é no Salmo 35, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Efraim Moraes, meu amigo, que me tenho alimentado todos os dias, eu e minha família, por ver o meu nome, a minha própria história destruída e jogada no lixo, sem nada dever, sem de nada participar, sem conhecer, sem ter feito, sem ter agido, sem de nada ter participado.

Mas o dever e o sentimento de gratidão me impulsionam, me compungem, me movem a vir à tribuna, Senador Heráclito Fortes, agradecer as Srs Ione, Andreia, Nair, do Rio Grande do Sul; Fátima Dias Almeida – recebi isso agora – de Serra, no meu Estado, reiterando a crença na minha vida, na minha história, na minha verdade; Tita, de Ponta Grossa, Paraná – muito obrigado; Agileu Batista, de Itamaraju, Bahia, Senador Antonio Carlos; Allan Gonçalves Tavares, Belém, Pará, Amazônia: “Jamais imaginei que um parlamentar como V. Ex^a estivesse envolvido em coisa tão suja como essa e reitero minha crença na sua inocência”; “Conheço o senhor o suficiente para acreditar na sua inocência” – Angélica Vivas e família – código 073; deve ser interior da Bahia; José Evando de Oliveira: “acusações sem sentido”; Camilo de Léles, Pindamonhangaba – SP, terra do Alckmin; “acredito na sua inocência, um abraço”, Jaime da Silveira Duarte; “Acredito na sua inocência, na sua isenção”; José Campos, São Paulo, Vila Guarani; Maiza Nogueira, Maria da Paixão Nogueira: “Espero que tudo se esclareça e nenhuma dúvida pare sobre a sua pessoa”; “Solidariedade”: Itanhahém, São Paulo, Margarida Queiroz; Jorge Luiz Siqueira: “Sempre confiei e votei no senhor e continuarei votando e confiando na sua honestidade como político sério e parlamentar honrado”; Sérgio Sá Barreto, meu amigo Serjão, de Itapetinga, terra onde fui criado, Senador Antonio Carlos, da terra do seu compadre José Sampaio Espinheira, terra onde o “carlismo” é tão forte, onde estudei e cresci junto com o Serjão, ele diz: “Amigo, quero que saiba que creio plenamente na sua inocência. Essa é uma cilada contra a sua vida” – obrigado, Sérgio; “Tenho certeza de que o senhor é trigo, e trigo de boa qualidade!”: Taci Teixeira; “Tenho acompanhado seus posicionamentos cheios de ética e de muita coragem!”: Valter Sasso; “O nosso Rendentor vive”: Walber Silva Oliveira Macêdo, que me escreve aqui um poema muito interessante – obrigado, Walber; Westh Ney: “Estou intercedendo a Deus pela sua vida”.

Senador Sibá Machado, recebo toda hora, toda hora, toda hora, centenas de e-mails do País inteiro, de todos os lugares. Tenho recebido do Acre, do Estado de V. Ex^a. E eu preciso externar minha gratidão a essas pessoas. Quem dera a TV Senado tivesse o alcance

das emissoras abertas, que tão-somente põem a minha foto, a foto de outros, que supostamente são inocentes, Senador Romeu Tuma, e põem 72 marginais!

Venho reiterar ao Brasil, venho reiterar a essas pessoas que acreditam em mim, àqueles que nenhuma ligação têm, que dão a mim o benefício da dúvida e até mesmo aqueles que o benefício da dúvida não querem dar, que as minhas mãos são limpas. Elas continuam limpas. Não bebi dessa água suja. Não entrei nesse atoleiro. Não conheço, não participei, não arquitetei, não fiz parte, não usufrui. Tenho ouvido depoimentos de membros da CPI que afirmam categoricamente nas suas bases que uma grande injustiça foi cometida contra mim.

Quero relembrar. Não faço isso com angústia no coração porque minha alma está em paz, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a, em dois momentos, foi extremamente importante para mim: quando V. Ex^a disse ao Deputado Lino Rossi “escreva e assine” e ele o fez, isentando-me e assumindo absolutamente a verdade; e, em um segundo momento, quando V. Ex^a me passou o seu telefone. Era a angústia do Relator Amir Lando, no seu celular, dizendo a mim “me arrole como testemunha de defesa sua em qualquer situação e eu direi que não há nada contra você e você é um inocente”.

É uma história mais ou menos assim. Você sabe que um inocente vai ser assassinado mas você não avisa para ele nem para a família. Depois de ele assassinado, você diz à família “me arrole como testemunha que vou dizer que ele era inocente e que eu sei quem o assassinou”.

É doloroso, é sofrido. Mas é preciso estar de cabeça levantada, porque quem tem Deus como justo Juiz e quem se alimenta desta palavra e tem Deus advogando a sua causa, Senador Sibá Machado, e detém consigo a verdade, precisa usar todos os meios que lhe são disponíveis para reafirmar a sua verdade, olhando nos olhos da Nação inteira, que vê a TV Senado, e reafirmar a sua verdade. Dois pontos absolutos: nunca participei - esta é a verdade absoluta; nunca carcomi Orçamento público, nunca pus a mão no Orçamento público ou naquilo que pertence ao suor do povo brasileiro, Senador Sérgio Guerra, para buscar benefícios pessoais. Verdades absolutas.

É preciso reafirmar isso todos os dias. E reafirmar com dose de indignação, ainda que a alma já esteja quieta. E reafirmar sempre à família, reafirmar sempre aos amigos.

Hoje pela manhã recebi um telefonema do Reverendo Silas Malafaia, um dos nomes mais respeitados deste País; e ele dizia: a matéria mais difícil da vida é o sofrimento, mas é a mais importante, porque é nela que aprendemos, é com ela que aprendemos a refletir e a conversar conosco, porque a vida nos atropela de maneira tal que não conversamos conosco, mas o

sofrimento impõe que conversemos e façamos reflexões conosco, para melhorarmos, para extirparamos ou para fecharmos fendas ou para, estrategicamente, planejarmos a nossa vida daí para frente.

Quero agradecer a solidariedade de Silas Malafaia, de Robson Rodovalho, de René Terranova, do Estevão, de líderes, de Manoel Ferreira, deste País inteiro, não somente a solidariedade de que fique em paz, mas aquela “eu acredito absolutamente na sua verdade”; e continue acreditando, porque esta, sem dúvida alguma, é a única cristalina e a mais verdadeira de todas as verdades.

Tenho plena consciência de que não sou o único no mundo, não serei o último, a conviver com a injustiça. Mas coisa dura é conviver com injustiça! Imagino que outros estejam passando a mesma coisa. E não consigo imaginar o que passam os que devem, porque acho que quem rouba, quem rouba Orçamento, quem rouba dinheiro público tem que ir para a cadeia. Ir para a cadeia. Mas a minha mente só alcança a dor de quem tem a dor de estar convivendo com o ato da injustiça.

Lembro-me de que, naquela manhã fatídica de quinta-feira, a matéria do **Globo** dizia o seguinte: “O relator tem dúvidas com relação ao Senador Magno Malta”. É porque, quatro, três, dois, um dia antes, todos os dias, ele reafirmou a mim: “Durma em paz. É só uma ilação. Não há absolutamente nada contra a sua vida. Estou tranquilo, porque não há mesmo. Há robustez no que falo, há robustez nas falas, há robustez nos documentos. Não há absolutamente nada.” Tomei como uma grande surpresa. Mas, como Deus é soberano, e, a Bíblia diz que não cai um fio de cabelo da nossa cabeça nem uma folha de uma árvore sequer, porque estão sobre nós os olhos e as mãos do Senhor, que é soberano, absoluto e detém o controle de todas as coisas, o que tenho que entender é que devo estar passando aquilo que está dentro da vontade permissiva de Deus. A Bíblia diz que a glória da segunda casa será maior do que a glória da primeira.

Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Senador Magno Malta, realmente, participei da CPI, e não assinei aquele relatório. Muitos me condenaram, mas entendo que, na vida, temos que ter um caminho. Em alguns momentos, alguns encaram esse caminho como ruim, e outros, como bom. Mas devemos ter um caminho na vida. Tenho aprendido muito no Senado Federal. Tenho visto grandes homens discutirem um com outro, olhando nos olhos, frente a frente. Algumas discussões às vezes não entendo; muitas vezes, passo a entender depois. Mas aqui dentro os homens se encaram, se olham, defendem suas idéias. Na CPMI, Senador Magno Malta, eu era sub-relator da organização criminosa, digamos. E qual é o princípio de todo

o processo? É a emenda, que alguns defendem que temos de abrir mão. Não abro mão de jeito nenhum. Vim para o Senado Federal representando o Triângulo Mineiro. Tudo que eu puder puxar da União para o Triângulo Mineiro, eu vou puxar. V. Ex^a, porém, nem emenda colocou, Senador Magno Malta. Quer dizer, o princípio, nem a emenda, V. Ex^a colocou. E eu sempre citava V. Ex^a como a principal razão de eu não assinar aquele relatório. Foi duro para mim, sofri desgastes. Alguns tentam me atacar com mentiras, dizendo coisas que nunca existiram, todas mentiras. Mas não havia como assinar um relatório em que V. Ex^a era citado, e nem emenda colocou. É triste. Triste não para V. Ex^a, porque tenho certeza de que V. Ex^a, ao final, vai passar por esta fase, e um dia vai rir deste momento, vai lembrar, e isso vai ajudar V. Ex^a a julgar outras pessoas. Mas é triste realmente ver algo que vai carregando inocentes e culpados, tudo de qualquer maneira, em um bolo só. Para mim, Senador, quem tem depósito em conta tem de ser encaminhado para o Conselho de Ética. Quem tem assessores, parentes ou alguma coisa, tem de ser encaminhado para uma investigação melhor. E quem não tem nada tem de ser inocentado, Senador. É assim que tem que funcionar. Citei o exemplo na questão de não assinar. E me citam, dizendo que faço parte de um grupo, que estou defendendo fulano ou cicrano. De jeito nenhum. Defendo o meu caminho. Quero andar na rua e não ter que olhar para trás. Esse é o meu caminho, vai ser assim depois que eu deixar de ser Senador, e foi assim a minha vida inteira. Senador Magno Malta, tenho certeza de que – e isso é o que vai provocar o desgaste desta Casa – V. Ex^a vem como um inocente para o Conselho de Ética, e esse Conselho vai inocentá-lo, porque não há provas contra V. Ex^a. Mas o fato desgasta a nossa Casa e desgasta o Conselho de Ética, porque estão vendendo que V. Ex^a é culpado, e não é. Não vi prova nenhuma. Mais uma vez, vai parecer que esta Casa está praticando algo fora da realidade ou do julgamento correto. É com isso que fico triste, Senador, mas tenho certeza de que esta Casa vai inocentá-lo, porque não existem provas contra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, pela participação esclarecedora, que fez parte, não apenas V. Ex^a. Esta semana, li uma entrevista da Senadora Heloísa Helena, dada em São Paulo, mas publicada em um jornal do meu Estado – li, não, me contaram, porque nem leio jornal mais –, dizia a Senadora Heloísa Helena, candidata a Presidente da República, que, do que tomou conhecimento, pela CPMI, como membro, e pelos documentos que tem em mãos, não existe absolutamente nada que possa incriminar ou colocar o Senador Magno Malta nesse rol.

São os mesmos documentos que passei a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, os mesmos documentos que coloquei nas mãos de todos.

Fico triste. Lembro-me de que, quando presidi a CPI do Narcotráfico, o Senador Antonio Carlos me chamou a atenção, por meio de uma carta que me escreveu, de alguns exageros que sub-relatores estavam praticando na Bahia. Como Presidente, chequei a informação e coibi imediatamente os exageros, porque, de fato, estavam extrapolando daquilo que não lhes pertencia e que não fazia parte.

Há outro fato interessante. Senador Sibá Machado, um dia recebi o Deputado Fernando Gabeira, como Presidente da CPI. Um rapaz amigo dele, do Rio de Janeiro, dono de um restaurante, estava sendo acusado, e havia uma convocação para esse rapaz. Ele veio conversar comigo porque conhecia o rapaz, e eu o ouvi. Sabe o que aconteceu? Valeu a palavra dele, considerei a palavra dele. Esse rapaz não foi nem ouvido, e eu mandei checar. Realmente, era verdade o que o Deputado estava falando. Eu poderia não considerar a palavra dele e trazê-lo para que fosse ouvido, no ímpeto de desmoralizar as pessoas. Mas considerei as palavras do Deputado, e o amigo dele não foi ouvido. Fico triste porque eles não consideraram os meus documentos. Eles nem leram os meus documentos. Até porque, de tudo o que foi disponibilizado no relatório, só o que disse não tem a defesa de ninguém. Até o que entregaram ao Presidente Renan Calheiros, hoje, não tem a defesa, e o Senador Romeu Tuma chamou a atenção para o fato de que é preciso que se inicie o procedimento com as defesas.

Por isso, estou absolutamente tranquilo, com a minha alma quieta, absolutamente tranquilo, de cabeça erguida, esperando o desfecho que Deus dará ao episódio. No que depender das minhas forças, o que posso fazer é cuidar do meu caráter, porque, da reputação, o homem público não pode cuidar.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

Nós precisamos cuidar do nosso caráter, porque a nossa reputação está nas mãos de qualquer um. Eles fazem o que querem, e ninguém é capaz de desmanchar. Desde os primeiros dias, toda a minha documentação, toda a minha argumentação e a verdade estão nas mãos da imprensa e nas mãos dos parlamentares.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância. Voltarei sempre a esta tribuna para olhar nos olhos da Nação, dos companheiros, dos Senadores, das pessoas que vêm a esta Casa, porque não tenho absolutamente nada que temer, nada para me abalar, porque a verdade é uma só. E, certamente, espero, em um curto

espaço de tempo, que ela apareça para restabelecer a ordem, até emocional, em minha família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

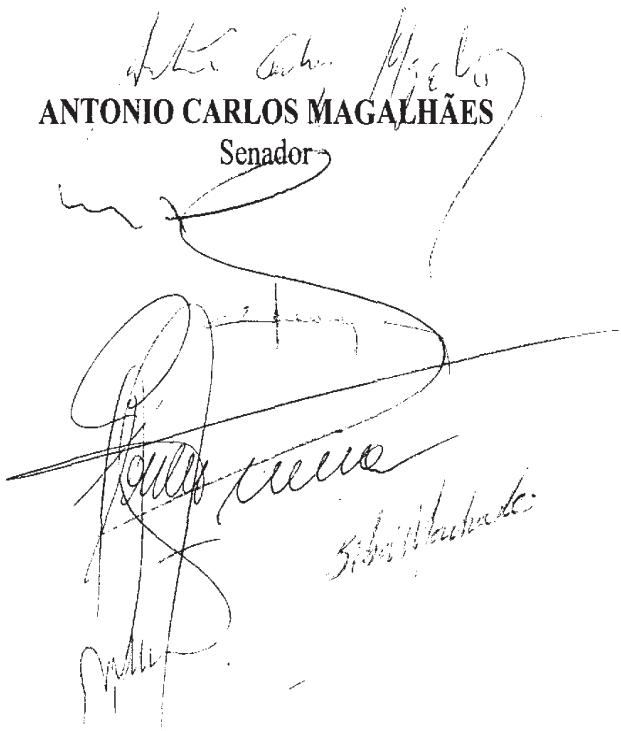
REQUERIMENTO Nº 914, DE 2006

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e moção de apoio à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois de seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Justificação

Esta Casa, por intermédio desta proposição, se junta às demais entidades que se solidarizam com a Rede Globo diante do lamentável incidente de que foi vítima a empresa, mas que atingiu e trouxe perplexidade a toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 Senador

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Mesa encaminhará o voto de solidariedade solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a permitisse que também pudéssemos subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento está sobre a mesa. Eu pediria a V. Ex^a que nos desse a honra de vir assiná-lo, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, após a fala do Senador Heráclito Fortes, poderei falar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É uma inversão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Se V. Ex^a o propõe, está invertido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas falei logo após S. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Depois de S. Ex^a, será a vez de V. Ex^a, a não ser que algum Líder peça a palavra. O Senador Wellington Salgado poderá falar para se apresentar à Casa.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Presidente Lula vai à Bahia agredir, desnecessariamente, mais uma vez, o Parlamento brasileiro. Ao dizer que a imunidade parlamentar é uma safadeza, o Presidente Lula tenta, simplesmente, como vem fazendo ao longo dos quatro anos como Presidente da República, reduzir o valor e a importância do Congresso Nacional. Aliás, é um trauma que carrega pela vida afora após sua fracassada passagem na Câmara dos Deputados como Constituinte.

Senador Sibá Machado, a única coisa que minimiza as declarações do Presidente Lula é o fato de que ele nunca sabe das coisas, de que não sabe de nada. Diz porque ouviu dizer. Aliás, lá no Piauí, na região de V. Ex^a, há uns papagaios que aprendem cedo a falar. Depois de velhos, não há jeito: papagaio velho não aprende a falar.

Sr. Presidente, esqueceram de dizer ao Presidente Lula que o instituto da imunidade parlamentar protege única e exclusivamente a voz do legislador, Deputado, Senador ou Vereador, contra a sanha do tirano, daquele que tem vocação para a ditadura. Aliás,

anotem V. Ex^{as} aqui e agora: nessa sua caminhada tresloucada, o Presidente Lula tenta imitar o Presidente Chávez, que, no ano passado, na Venezuela, impôs texto semelhante à Constituição. E o Presidente Lula deverá fazer também, nas próximas horas, uma visita ao seu companheiro Fidel Castro. E tudo isso é feito para ficar igual! É a unidade latina entre ele, Chávez e Morales.

Sr. Presidente, por que o Presidente da República resolveu fazer isso na Bahia? Porque a Bahia está doendo nos seus calos, e o subconsciente do Senador Antonio Carlos Magalhães o trouxe a esse tema. Tentar calar o Parlamento com a quebra da imunidade é tentar calar V. Ex^a, César Borges, Rodolpho Tourinho, Aleluia e ACM Neto! Nada mais errado e nada mais impróprio para quem não teve a menor preocupação em exigir ou em propor punição para quem não respeitou a imunidade dos cofres públicos: seus companheiros de Governo.

Aliás, para os corruptos que tinham o mandato, a imunidade não serviu. A imunidade não prende e não protege ladrão, ela protege apenas a voz do Parlamentar contra os tiranos, por um motivo muito simples: se alguém sem imunidade denunciasse o valerioduto ou o dólar na cueca, a primeira coisa que o tirano de plantão faria seria mandar abrir processo contra a denúncia. E seriam abertos vários processos, um em Brasília, outro na origem do atingido. E aí se usaria uma técnica que muitos advogados usaram contra jornalistas num passado recente, qual seja a de repercutir a notícia em várias cidades e a de abrir contra o cidadão vários processos.

Talvez, não tenham dito ao Presidente Lula que esta Casa tomou a decisão de restringir seus efeitos e suas ações. Mas o que me causa espécie, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que o Presidente Lula, em nenhum momento, mostrou indignidade à Nação contra os que quebraram a tradição que ele pregava como candidato: a de respeitar o patrimônio público. Pelo contrário, procurou, por intermédio de subterfúgios e de manobras de esvaziamento de plenário, como aconteceu na Câmara dos Deputados por diversas vezes, livrar, ou seja, dar imunidade aos que assaltaram os cofres públicos da Nação, sem ter nenhum compromisso com o que pregou até então, num passado recente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a tem absoluta razão. O Palácio do Planalto sempre demonstra seu amor, a seriedade com algu-

mas figuras que realmente jamais poderiam estar lá. Mas, no Governo Lula – ele achava que o Congresso tinha trezentos picaretas –, só há picaretas, com raras exceções. Ele se esqueceu...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São mais de trezentos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– É muito mais, porque, no Governo dele, há cargos à vontade. Ele se esqueceu de que foi falar isso na terra de Rui Barbosa. Por que ele quer fechar o Parlamento? Talvez porque haja a figura de Rui Barbosa, que é o farol, o guia de todos aqueles que querem a liberdade e a democracia. Rui Barbosa, que foi uma figura astral, deve incomodar bastante o Presidente da República, que, talvez, nem saiba quem foi Rui Barbosa ou Teixeira de Freitas! Provavelmente, não sabe! Não sabe! Desse modo, venho dizer que as ofensas que ele fez à memória desses grandes baianos não pegam, porque a Bahia, por sua tradição, é uma terra da democracia, da liberdade e, sobretudo, dos civilistas como Orlando Gomes, Rui Barbosa e Teixeira de Freitas. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Vou conceder o aparte ao Senador Sibá Machado, mas, antes, quero parabenizá-lo pela sua persistência e pelo compromisso com o Governo. O Governo, de uns dias para cá, designou pelo menos quatro Senadores do PT para aqui defendê-lo. Na primeira semana, foi tudo bem! Hoje, foi saindo o primeiro, foi saindo o segundo: um tinha um compromisso em São Paulo; outro, no Rio de Janeiro. Mas V. Ex^a é firme, é fiel a este Governo! V. Ex^a está de parabéns!

Concedo-lhe a palavra, com o maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, sou mesmo fiel ao Governo, ao PT. São marcas de uma história que procuramos nesses anos todos, para prestar nossa contribuição. Mas, a respeito do tema de que o Presidente Lula teria dito que desejava o fechamento do Congresso, penso que isso é juízo de valor. Penso que não pode ser isso, absolutamente. Acompanho a história do Presidente Lula. Pessoalmente, eu o conheço desde 1986. Acho que nunca essa opinião será proferida por ele! Ele se refere à preocupação com problemas que ocorreram com pessoas do Congresso Nacional em relação à imunidade parlamentar, que atrasa processos e julgamentos. Mas isso é dito por todo mundo! A imunidade é mal utilizada. Não se trata de direito de opinião. Jamais! Absolutamente! O Presidente Lula, como qualquer um de nós, defende intransigentemente a plenitude da democracia e da força de expressão. Portanto, é inimaginável

que ele tivesse dito isso! O que há é a preocupação de que pessoas se utilizam da imunidade parlamentar para, digamos assim, fugir de uma responsabilidade, de uma condenação ou de coisa parecida. E todos, agora, temos de responder: os nomes enviados ao Conselho de Ética serão julgados a tempo, antes das eleições de outubro? Quem é que sabe? O tempo é extenso, tem-se de dar amplo direito de defesa, abrir procedimento individual – não pode ser um procedimento coletivo – e assim por diante. Imagino que a Casa deverá esforçar-se ao máximo para resolver a questão. Mas esse é um problema claro. Portanto, volto à pergunta: o que será feito dentro da reforma da política brasileira contemplará todas essas preocupações? Talvez, seja preciso ouvir antes um conselho de juristas ou coisa parecida. Isso faz parte, é claro, do calor do debate. Já fiz um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo do respeito que tenho pela forma com que, hoje, o PFL faz oposição ao Governo Lula. É realmente muito bem-feita, e, diga-se de passagem, a gente tem de ficar atento, até aprender, porque não sei – eu não estava aqui antes – se o PT chegava a fazer uma oposição com tanta competência como hoje o PFL faz. Esse foi o esclarecimento que queria fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a perdeu momentos fantásticos: o PT usando apito; Parlamentares do PT com carrinho na tribuna, mostrando o preço das coisas, combatendo o FMI. Ah, V. Ex^a perdeu! V. Ex^a perdeu, por exemplo, seus colegas jogando sementes de transgênicos nas pessoas. Aquele francês que foi preso... Como era o nome dele? José...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – José Bové.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – José Bové foi agredido aqui pela Polícia da Câmara, e, hoje, o PT está envergonhado, porque não pode mais ver o Bové. O Bové continua pensando igual, e o PT, agora, está do lado dos transgênicos e das multinacionais. V. Ex^a perdeu muito! V. Ex^a perdeu, por exemplo, o Lula dizer que, no palanque dele, não subia ladrão. E, agora, parece que o subconsciente diz: "Se não for ladrão, não sobe". V. Ex^a perdeu muito! V. Ex^a é feliz por isso. V. Ex^a não viu, por exemplo, o PT expulsar de seus quadros os que não votaram em Tancredo Neves para consolidar a transição democrática. E V. Ex^a vê, agora, o PT não querer levar para o Conselho de Ética os que são acusados por roubo, os que são acusados por furto. V. Ex^a não viu o PT pregar a pureza nas praças públicas do Brasil e querer ser o monopolista das boas intenções, e, hoje, está atrás de um cesto, num fundo de quarto ou de latrina, para esconder uma cueca suja da prática vergonhosa da propina neste País. V. Ex^a escapou de tudo isso.

Felizmente, sua vida pública é recente. Mas V. Ex^a, que já contou aquilo que sabemos, promoveu sua luta de fé ao lado da igreja, aquela que o PT pediu e disse que esconjurava: a Alca. Fiquei muito feliz ao ver uma fotografia que mostra V. Ex^a combatendo a Alca, mas, lamentavelmente, não a trouxe. Ressalte-se que seu Partido o desmoraliza hoje, mandando seus negociadores se entregaram à Alca e ao capital norte-americano. V. Ex^a não viu nesta Casa o PT dizer que sua prioridade era o social, e o primeiro gesto de compromisso com o social foi comprar um avião de US\$163 milhões, à vista. V. Ex^a não viu o PT dizer que as mazelas brasileiras decorriam do fato de que tudo o que o Brasil tinha era para pagar o Fundo Monetário Internacional, mas viu agora o PT se entregar ao FMI, pagando antecipadamente dívidas que serviriam antes para ajustar as questões sociais deste País. Felizmente, V. Ex^a não viu isso! Não viram isso nem V. Ex^a, nem muitos daqueles que não tiveram tempo de se decepcionar com o PT porque pereceram antes, numa causa que julgavam gloriosa.

Queria apenas perguntar algo a V. Ex^a, antes de conceder-lhe o aparte. No discurso, o Presidente Lula, de maneira indignada, diz que um bêbado tem o direito de tomar umas, agredi-lo e ser processado, mas um Parlamentar, não. V. Ex^a está contra os bêbados ou a favor deles? Pensa que o Presidente agiu corretamente? O País gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Para não perder o raciocínio, quero voltar ao motivo do aparte, mas depois responderei à sua pergunta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No final, V. Ex^a falará sobre os bêbados.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Falarei, se bem que não faço isso na minha vida. Mas, Senador Heráclito, V. Ex^a faz uma retrospectiva da vida do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é da vida do PT; é da história do Brasil.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Da vida do PT na história recente do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A propósito, aquela estrela que V. Ex^a carregava na lapela, onde é que está?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Doei na campanha eleitoral no Acre.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era de ouro?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi para rifa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Era de lata mesmo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ninguém usa mais estrela. Onde é que elas estão? Por que mudou de cor? Continue.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sobre a avaliação de V. Ex^a, o FMI saiu e está saindo porque me parece que é um comportamento novo da economia dos emergentes: todos estão pagando o FMI. E quando começo a ler sobre o futuro do FMI...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parabéns ao Henrique Meirelles, tucano requisitado pelo Partido de V. Ex^a!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... coloca em risco, inclusive, a sua existência. O Fundo Monetário pode deixar de existir. Mas isso faz parte do comportamento da economia mundial. Ele foi criado no período da implantação da supremacia norte-americana, como uma presença firme do capitalismo de interesse norte-americano. Está saindo, está indo embora. O FMI hoje está com problema de caixa para pagar seus quadros de funcionários: tirando privilégios, diminuindo custos e despesas e assim por diante. Portanto, acho que esse é um caminho inevitável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É inevitável o quê? Não entendi. O Brasil ajudar o FMI a salvar as suas dívidas, ou o FMI ajudar o Brasil quando ele necessita? Qual é o objetivo essencial do FMI?

Há uma inversão de papel.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O gesto brasileiro foi o mais nobre para esse novo comportamento da economia. O FMI, como todos sabemos, vinha dar “pitaco” na relação do Governo, na estratégia de trabalho de cada governo que por aqui passou. Dizia o que deveria ou não ser feito. Não está mais aqui. Foi mandado embora!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá, quero aguçar a memória de V. Ex^a! No ano passado, no orçamento que V. Ex^a aprovou e defendeu, o FMI colocou R\$2,8 bilhões para obras sociais, mas V. Ex^as, de maneira leviana e irresponsável, usaram todo o dinheiro para tapar buraco. E chegou aqui no plenário faltando uma hora para a votação.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Isso faz parte da...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Faz parte de quê? Senador Sibá, isso faz parte de quê?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, deixe-me continuar o meu pensamento. Sei que V. Ex^a é uma pessoa hábil, pensa rápido, suas palavras saem rapidamente. Quero somente concluir meu pensamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O FMI foi mandado embora, vai fechar as portas. Está em crise de existência, e graças a Deus! Essa instituição que causava um mal aos países pobres não existirá mais. Segundo: tudo o que o Governo sonhou em toda história do PT executa-se hoje, numa relação com as pessoas mais pobres. Os números da economia indicam, bem como todos os indicadores sociais, a melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres. Mas é justo, quando se fazem as críticas, que ainda tem muito para ser feito. E é verdade. Há muito a ser feito. Um governo de quatro anos ou a soma de todos os governos não vai resolver todos os problemas, porque eles são inerentes à vida; e a vida vai continuar. Portanto, cada governo que se inicia tem a obrigação de fazer melhor do que o governo anterior, inclusive em uma reeleição. O segundo mandato do Presidente Lula tem de ser melhor do que o mandato anterior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que V. Ex^a pensa que o Governo Lula tem de fazer melhor no próximo Governo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todas as suas políticas: de investimento social...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Diga uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... de política estrangeira...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... de política externa. Tudo isso...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, diga uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não vou listá-las novamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Diga uma com clareza.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todas. Elas têm de ser melhores do que foram até agora. Pegamos o Governo com as dificuldades que havia no cenário internacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a não está sendo sincero.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Governo melhorou nessa relação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem pega um governo com dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está cassando o aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Como sei que V. Ex^a é um democrata e gosta do con-

tradicional, estou abusando um pouco da generosidade de V. Ex^a.

Quem assume um Governo com tantas mazelas e com tantos erros não escolhe para Presidente do Banco Central um filiado ao Governo que está substituindo. V. Ex^a há de convir que um dos homens mais importantes desta República é o Sr. Henrique Meirelles.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Competência profissional dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não! Deputado Federal, eleito por Goiás. O povo livre de Goiás deu 180 mil votos a ele.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Competência profissional dele. Ele tinha competência para a função e foi chamado. É uma questão de competência profissional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na competência, até acredito; mas não acredito no modelo. Se V. Ex^a concorda com o modelo, que é neoliberal, que assumiu o Ministério cumprindo tudo aquilo que...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos aí a soma de um profissional, que é o Henrique Meirelles, mais um nacionalista, que é o Presidente Lula. Então, há uma fórmula que se executa dentro do próprio sistema, com o ponto de vista, os desejos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e a soberania do nosso País. Quero defender o fato de que, na política externa brasileira, avançamos, e muito, por termos dado as mãos aos países mais pobres, por termos modificado, sim, o modelo que a Alca queria instalar na região – não instalou, está paralisada. Na vinda do Ministro Celso Amorim a esta Casa, debatemos esse assunto na Comissão de Relações Exteriores. Hoje, estamos conseguindo promover grandes saltos, ganhos importantes na OMC. Portanto, temos de entender que, nas relações externas do Brasil, atualmente temos feito grandes conquistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A política brasileira com relação à Bolívia é vitoriosa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É vitoriosa. Respeitamos o governo da Bolívia. Não se trata apenas de uma decisão do governo da Bolívia. Atualmente, a maioria dos países detentores de recursos como o petróleo e o gás estão também trabalhando nessa direção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A expulsão uma indústria brasileira na Bolívia...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Empresas estrangeiras não podem chegar e usufruir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A expulsão de uma empresa brasileira instalada legal-

mente na Bolívia; a invasão, por tropa boliviana da Petrobras...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Respeitamos a decisão do governo boliviano...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo de V. Ex^a aprova isso?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e respeitamos mais ainda o direito de uma empresa brasileira que opera lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo de V. Ex^a aprova isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – As duas coisas estão dando tão certo que, agora, estão avançando as negociações. Está garantida a soberania do governo boliviano, do povo boliviano, e estão garantidos os direitos dos investimentos da empresa brasileira, que é a Petrobras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem de entender que a siderúrgica já se mudou de lá, já voltou para o Brasil!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, aquilo foi um caso isolado. Estamos falando da posição do Evo Morales.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é a favor da posição do Evo Morales?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Na defesa do patrimônio nacional, ele está correto. Nisso ele está correto. Porém, com a forma, com o método que utilizou, ninguém está concordando. Tanto é que funcionou...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, vou ter de encerrar, porque o Senador Tuma está me cobrando isso.

Diga-me uma coisa: V. Ex^a considerou justa a agressão que Lula fez aos bêbados? A ofensa a eles?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Confesso a V. Ex^a que não ouvi o comentário. Daqui a instantes, vou ouvi-lo e, mais tarde, poderei dar a minha opinião a respeito do assunto a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A “associação dos boêmios do Brasil” soltará, amanhã, uma nota de protesto, em defesa do anônimo que foi ofendido.

V. Ex^a é membro de um Partido que defende as minorias. Mas um pobre indefeso, que, talvez, não faça mal a ninguém, é atacado, agredido.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta a V. Ex^a, que defende o Presidente Lula: a fronteira do Brasil tem 17 mil quilômetros ou 17 milhões de quilômetros?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Deve ser 17 mil quilômetros; 17 milhões não pode ser.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ensine isso ao Presidente Lula, porque ele disse que eram 17 milhões. Dezessete milhões são 48,9 viagens à lua!

Talvez, por isso, o nosso Presidente esteja tão ausente do que acontece no nosso País. Vai ver que ele estendeu a mania dele de grandeza e foi para lá com aquele outro brasileiro que financiou a viagem sem nenhum contrato de garantia. Quando voltou, deu adeus ao investimento nacional e está aí na iniciativa privada.

O Brasil faz essas coisas de maneira irresponsável! É um País rico, que doa avião para os vizinhos e que dispensa a dívida externa, enquanto o nosso povo passa fome.

V. Ex^a sabe quanto o Brasil perdoou de dívida nos últimos três anos e meio? Sem nenhuma contrapartida? V. Ex^a sabe, por exemplo – estou falando pelo Estado de V. Ex^a, pela vizinhança –, que o nosso País, antes da desfeita do Evo Morales, perdoou dívidas sem nenhuma garantia, sem nenhuma reciprocidade?

Estou tocando nesse assunto porque V. Ex^a falou sobre política externa. Mas a política externa que V. Ex^a menciona é a do assessor do Presidente ou a do Ministro das Relações Exteriores? É a do Marco Aurélio ou a do Amorim?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte rapidamente? É apenas para dizer a V. Ex^a que, quando o Lula ataca os bêbados, é porque, realmente, ele não gosta de beber. Ele não bebe nada, nada!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez esse seja o momento mais lúcido do seu exercício, quando ele é o equilibrista.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Creio que perdão da dívida é uma reclamação desde a década de 80. A busca do perdão das dívidas dos países é um movimento mundial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o Governo de V. Ex^a combatia isso!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, nunca! O perdão, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O quê?!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Assinamos todos os documentos públicos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todos os documentos públicos do meu Partido são de apoio ao perdão de dívidas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ao perdão de dívidas?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De países democráticos? Não. Há uns quatro ou cinco países em que V. Ex^as concordavam. Esses países não existem mais, pelo menos ideologicamente. Vamos ter cuidado com isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Fala-se de todos os países considerados, na época, Terceiro Mundo – agora, a palavra é emergente ou o nome que se der. Em relação aos países mais pobres, há um movimento mundial para que tenham o perdão da dívida externa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Na legislatura anterior, houve uma discussão gravíssima aqui no Senado...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em troca de investimento em saúde, educação e infra-estrutura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, mas não houve troca de nada. Foi Papai Noel, Senador Siba.

No caso específico da Bolívia, o perdão foi dado e, em seguida, o presidente boliviano expulsou nossos trabalhadores de lá, Senador. Paciência! O problema todo é a coerência.

V. Ex^a se lembra de o Presidente Lula dizer que, no palanque dele, não admitiria ladrão? Isso na campanha passada?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E continua dizendo! Acho que todos estão dizendo isso. O Presidente Lula, todos os candidatos, todas as pessoas de bem vão dizer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está cumprindo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E devem fazê-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não está assumindo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quem é que tem rótulo na testa, mostrando que está fazendo coisas erradas?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É só ver as fotos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Veja as fotos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Heráclito, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Heráclito, ao ouvir aquela entrevista do Presidente Lula na TV Globo, confesso que senti um pouco de pena do Presidente, porque ele é uma pessoa extrovertida, é uma pessoa que fala com facilidade. Ele nunca foi pego em situação difícil em entrevistas, mas, naquela, ele demonstrou nervosismo e não conseguia responder às perguntas. Chegou a dizer que ia combater a ética no próximo Governo dele. Combater a ética!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E está cumprindo. Vamos ser justos, está cumprindo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E disse que demitiu todos os corruptos. Disse o seguinte: “Inclusive, demiti José Dirceu e Palocci”. Ora, então ele admite que o Ministro da Fazenda era corrupto, que o Primeiro Ministro, seu principal assessor, o principal Ministro, o homem que comandava o Ministério era corrupto, era pessoa envolvida em corrupção. Ao ouvir aquilo, pensei: eu não sabia disso, porque, há pouco tempo, fiquei sabendo pela imprensa que o Palocci pediu demissão, que o Dirceu foi quem saiu, que o Lula não queria que ele saísse, que Waldomiro Diniz pediu para sair. O Lula foi solidário com todos eles e os reuniu na sua casa, num churrasco no Palácio da Alvorada, para lhes dizer isso: “Os outros fizeram muito mais do que vocês.”. Mas não os demitiu. Naquela entrevista, ele disse que demitiu o Palocci. O Ministro da Fazenda foi demitido pelo Presidente por corrupção e, hoje, é candidato a Deputado Federal. Como o Palocci vai pedir voto em São Paulo se o próprio Presidente disse que demitiu os que cometem atos ilícitos? O próprio Presidente da República declarou, naquela entrevista, que o ex-Ministro da Fazenda foi demitido por atos ilícitos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Pavan, vamos tirar já essa dúvida com o Senador Sibá Machado, que representa o Governo nesta tarde: o ex-Deputado José Dirceu e o Dr. Palocci foram demitidos ou pediram demissão? Qual é a palavra do Governo? Qual é a palavra de V. Ex^a, representando o Governo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O que nós todos vimos. Alguns Ministros saíram por pedido formal ao Presidente Lula.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foram demitidos ou pediram demissão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Queriam sair do Governo para se defender das acusações que recebiam e afastar-se da administração pública para que o procedimento acontecesse de maneira normal e formal. Portanto, não há crise alguma entre pedido feito pelo Presidente ou pelo interessado. O que há é

um procedimento que foi tomado dentro do seio do Governo. Saíram do Governo e deixaram a investigação acontecer normalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mantido isso, fica valendo a primeira tese, que é a que ele defende. V. Ex^a, então, afirma que o Presidente da República está mentindo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, mas o Presidente demitiu. Acatou o pedido e emitiu a exoneração da função.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, o Presidente da República mentiu na entrevista?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, o Presidente demitiu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Menti?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Demitiu os dois Ministros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Presidente mentiu?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim. Atendeu o pedido dos Ministros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelas afirmações. Essa é a palavra do Governo. Agradeço a V. Ex^a pelo que disse.

Encerro o meu discurso, Sr. Presidente, muito satisfeito com as declarações do Senador Sibá Machado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, conforme combinado.

O Senador Valdir Raupp falará em seguida, como Líder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, há pouco ouvimos um debate entre o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado. O Senador Heráclito Fortes perguntou se os Ministros foram demitidos ou não. Nem mesmo as pessoas da base do Governo sabem a resposta. Se admitirem que foram demitidos, concordarão que estavam envolvidos em corrupção, quando muitas vezes usaram a tribuna para serem solidários tanto com Palocci quanto com o José Dirceu.

Mas meu discurso é outro...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pavan, permita-me um aparte. É até interessante a forma como o debate está ocorrendo aqui. Está descontraído. Arecio o debate com o Senador Heráclito Fortes, que gosta muito dessas “pegadinhas” de casca de banana. Seu trocadilho foi muito bem feito – está

gravado – para me levar a concordar com a palavra que emitiu no final. Quero dizer para V. Ex^a que há, no meu entendimento, apenas a nossa obrigação de colocar o nosso ponto de vista. Sobre esse assunto, definitivamente, houve um pedido formal dos interessados e a aceitação do Presidente da República de emitir a demissão dos dois Ministros. Então, isso foi feito. Pergunto: o Presidente Lula demitiu os dois Ministros?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi demissão por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Demitiu. Os Ministros emitiram pedidos ao Presidente Lula...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e foi feito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, pronto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Está a palavra do Presidente Lula garantida. Ele demitiu os dois Ministros que emitiram os pedidos de exoneração das suas funções.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Sibá, por diversas vezes, vim à tribuna do Senado para pedir ao Governo Federal que pare de apenas fazer discurso e olhe com mais responsabilidade para os agricultores do nosso País.

Falávamos, aqui, sobre o seguro agrícola, o seguro para os agricultores, o seguro da safra. Falamos em quantidade, em valores que poderiam amenizar um pouco a dor e o sofrimento dos nossos agricultores, e, por diversas vezes, encontramos na tribuna Senadores dizendo que o Governo estaria liberando ou teria liberado os recursos para os nossos agricultores.

Eu vou dar um exemplo de que isso não aconteceu. Para isso, vou usar notícias de meu Estado, cuja fonte é a Rádio Aliança, de Concórdia, uma região eminentemente agrícola: “Trabalhadores da agricultura familiar pensam em mover ação judicial devido à demora na liberação do Proagro Mais”.

Faltam poucos meses para o Governo terminar seu mandato e os agricultores continuam reivindicando seus direitos, o prometido, aquilo que foi dito na tribuna e em diversos órgãos de imprensa. Até no programa do PT foi dito isto, que foram liberados recursos para os agricultores.

Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense e da Fetraf-Sul estiveram novamente nesta segunda, ontem

(14/08), em Brasília discutindo a polêmica envolvendo o Proagro Mais. Os agricultores esperam há mais de sete meses uma resposta dos laudos técnicos do seguro agrícola. O normal seria demorar no máximo 40 dias. O Banco Central, agência responsável pela liberação dos recursos, alega que não pode desbloquear o seguro devido a problemas nos laudos. No início deste mês foi anunciado que a agência em Brasília aprovou as propostas, mas agora deverão ser indeferidas em Porto Alegre. O Presidente do Sintraf, Jair Niero, diz que, caso não haja uma solução a esse impasse, os trabalhadores serão obrigados a mover uma ação judicial.

Meu Deus! Os agricultores estão passando por dificuldades enormes, fizeram um acordo com o Governo Federal e vieram a Brasília por diversas vezes. Foi dito desta tribuna e na Câmara Federal, foi falado na “Voz do Brasil”, na imprensa, no programa do PT, no “Café com o Presidente”. Vangloriaram-se de ter liberado recursos. Agora, gente do próprio Governo os orienta para que entrem na Justiça. É lamentável que os agricultores tenham que se humilhar, contratar advogados para entrar na Justiça e buscar o que lhes é de direito, o que é seu. Esses são os agricultores de Santa Catarina, mas há os do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Brasil inteiro.

Os agricultores, que tiveram o pior ano de sua história, além de não serem respeitados pelo Governo, estão passando por bobos, porque vêm a Brasília, fazem acordos, retornam acreditando que as coisas vão acontecer e o Governo não os atende.

Tenho percorrido o Estado de Santa Catarina e, em todos os lugares, ouço agricultores perguntando: “Por que esse descaso do Governo Federal com a agricultura familiar? Por que o desrespeito por esse setor que movimenta a exportação do nosso País?”. A agricultura, sem dúvida alguma, se houver problemas e ela falir, será a grande responsável pela decadência do Brasil. Se houver investimento na agricultura, se for dada atenção ao agricultor, o setor poderá ser motivo de orgulho para o País. Há um potencial enorme para colher, para plantar; no entanto, o Governo Federal não atende ao setor, não libera recursos. E, mais: desrespeita essa classe tão importante para a economia do nosso País.

Sr. Presidente, neste meu pronunciamento de hoje, falarei sobre um projeto criado pelo atual Governador, Luiz Henrique da Silveira, no meu Estado. Trata-se do projeto da descentralização. Geraldo Alckmin, quando esteve em Santa Catarina, prometeu-nos, juntamente com o candidato a Senador Raimundo Colombo, esforços no sentido de que tal projeto seja implantado no Brasil, descentralizando as ações e va-

lorizando os Municípios e quem gera empregos, quem trabalha e quem produz. Dessa forma, com certeza, não teremos problemas como os que estão ocorrendo com os agricultores do nosso Estado.

A missão do atual Governador, Luiz Henrique da Silveira, foi revogar os governos que centralizavam o poder no Estado e mudar sua cultura política por meio de um projeto de descentralização administrativa, marco do atual Governo de Santa Catarina. Esse projeto foi criado na última eleição, de 2002, e dele fizemos parte, pois o defendemos, juntamente com o então candidato e hoje Governador Luiz Henrique da Silveira. Aliás, o Governador renunciou ao seu mandato e saiu do Governo para concorrer novamente ao Governo do Estado, sem usar a máquina pública. Também eu faço parte dessa chapa, como candidato a Vice-Governador, tendo como Governador Luiz Henrique da Silveira.

Em minhas viagens por toda Santa Catarina, noto que a descentralização do Governo já é realidade. As Secretarias de Desenvolvimento Regional estão funcionando em todo o Estado, e levam o Governo para perto do cidadão. O Governo cumpre, dia a dia, sua proposta de valorização dos Municípios de Santa Catarina. A descentralização representou uma mudança dos paradigmas da gestão pública, focando o desenvolvimento regional e atendendo às demandas apontadas pela própria população. A desconcentração do poder garantiu à sociedade o direito de decidir os rumos do Estado.

A principal mudança trazida pela descentralização é, justamente, a transferência do poder de decisão para os catarinenses. Não é o governador ou os secretários setoriais e regionais que decidem quais obras serão feitas ou onde serão investidos os recursos do Estado: são os Conselhos de Desenvolvimento Regional, ou o coração das Secretarias de Estado, que são compostos, integrados por representantes dos mais ecléticos segmentos sociais, proporcionando uma amplitude ímpar de discussões, idéias e deliberações. Os prefeitos e os presidentes da Câmara de Vereadores são membros natos dos Conselhos. Além disso, cada Município elege e designa dois representantes da sociedade civil organizada – do eixo patronal, laboral ou universidades. Esse diferencial, proposto pela descentralização, tem rendido investimentos em vários setores. Pode-se afirmar que o Estado está em um caminho de desenvolvimento nunca antes experimentado, já que todas as ações estão verdadeiramente atendendo às necessidades regionais. No comando de toda essa estrutura, o governo central foca esse processo no rumo do equilíbrio social, da sustentabilidade e da harmonia. Nesse processo, as secretarias regionais são o governo cada dia mais perto dos catarinenses.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me, Senador Romeu Tuma, trata-se de um projeto novo para o nosso País.

A descentralização levou as peças da máquina do Estado para 30 pontos de Santa Catarina, movendo a máquina pública em sintonia e equilíbrio. Foram descentralizadas as ações do governo e criadas 30 regionais em todo o Estado, e é nessas regionais que se decidem as obras que deverão ser feitas: em quais cidades, quais lugares, que tipo de obra e qual a prioridade. Até na própria cidade, onde construir uma escola, um centro de eventos, as rodovias a serem feitas, quadras de esportes, postos de saúde. É o Conselho que decide o tipo de obra. O processo de desconcentração do poder também se reflete em produtividade, aprimoramento e agilidade. As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional se tornaram referência física para os assuntos do Governo, e a máquina pública, desemperrada, passou a funcionar sem atravessos politiqueiros. O Estado segue o princípio da gestão privada: seus clientes são os catarinenses de nascimento ou opção e a empresa conquista marcas positivas por estar próxima de sua clientela. A divisão do poder em regiões inverte a matemática do desenvolvimento: soma as experiências individuais e multiplica as chances das boas idéias virarem produto.

Santa Catarina torna-se um exemplo para o País em muitos aspectos. Já abordei, aqui, em meus discursos, muitas das características que a torna um Estado único no Brasil. Sem contar os maravilhosos bens naturais com que Deus agraciou aquela região, o modo como foi desenvolvida, através da sua história e berço, o verdadeiro responsável pela qualidade de vida, pela educação, pela cultura é o seu povo. Por isso, a descentralização é tão importante em Santa Catarina. Porque a melhor coisa do meu Estado é sua gente, que, através dessa política administrativa, pode tomar as rédeas e ajudar de perto o Governo a construir e manter seu lar.

Entretanto, Sr. Presidente, um Estado tão bem explorado, tão bem administrado e tão importante para o Brasil, não foi, em nenhuma ocasião, prioridade do atual Governo Federal. O Presidente Lula continua alheio aos problemas que enfrentamos. Esta semana, recebi e-mails da população aflita em relação às mortes nas estradas. Estou no Senado há três anos e sequi minha garganta de tanto pedir que o Governo se preocupasse com essa questão tão dramática para um Estado que elegeu Lula com uma votação recorde! É frustrante. Sinto-me discriminado, assim como os catarinenses, pois o atual Presidente teve uma votação histórica e

voltou as costas para nosso Estado, discriminou os Municípios, discriminou o Governo, não atendeu ao Estado como ele merece, não atendeu ao Estado no que diz respeito a sua produção, a sua riqueza, a sua importância para a economia do Brasil.

Várias vezes, aqui, pedi, batalhei – e continuo pedindo e batalhando – para que minhas emendas sejam empenhadas, analisando minuciosamente cada dificuldade, e tento priorizar da melhor forma possível para que os maiores buracos possam ser fechados. Mas para quê, Sr. Presidente? O Governo não libera, o Governo parece não se preocupar; é um total descaso! Essa falta de conclusões, infelizmente, é notada em toda a gestão do atual Governo Federal. Nós aprovamos a concessão do reajuste de 16,67% aos aposentados e pensionistas, mas o nosso Presidente vetou! O Governo ata as mãos dos Parlamentares e brasileiros.

O que mais me surpreende, Srs. Senadores, é que o atual Presidente da República está onde está porque venceu pelo apelo popular. Era um presidenciável que o brasileiro sentia dentro de casa. Mas as aparências enganam. E as máscaras já caíram. Chega de *marketing*, de engodo! Pedimos soluções!

O Brasil tem a chance de mudar este ano. O candidato do PSDB à Presidência, meu amigo Geraldo Alckmin, esteve em Santa Catarina, visitando muitos Municípios. Ele aproveita essas visitas, até pela sua profissão de médico – e como um conchedor de Economia –, que denota a confiança na família, para ter contato direto com a população, para ouvir o que o catarinense tem a dizer. Mais do que falar, prometer, ele ouve. Ouve as famílias, ouve as pessoas nas ruas. Atende ao chamado do povo. E essas visitas o deixam animado com a possibilidade de atender ao que lhe é explanado, e nota por que tenho tanto orgulho do meu Estado. Ele sente que temos orgulho de Santa Catarina. Ele sentiu, viu e agora sabe do potencial catarinense.

Mas é fácil observar o crescimento de Santa Catarina, que tem sentido a descentralização no seu dia-a-dia. Com o desenvolvimento do processo e a vivência, as peculiaridades de cada região tornaram-se evidentes. Suas necessidades também foram cuidadosamente avaliadas. Por isso, a reforma administrativa trouxe uma reorganização às regionais. Conferiu mais responsabilidades a cada uma delas e, conforme as demandas, atribuiu estruturas diferenciadas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Geraldo Alckmin saiu de Santa Catarina também orgulhoso do que viu e ouviu, pois descentralizar permite que o núcleo central do governo possa se ocupar com questões de caráter estratégico e favorece a participação dos

cidadãos. Não é conveniente que todas as decisões sejam tomadas por órgãos centrais, em qualquer administração. Por isso falo da frustração de batalhar e no fim não ser atendido. Pelo menos em meu Estado, há aplicação administrativa da democracia. Lá, tenho a certeza absoluta de que nós respeitamos o processo democrático. E isso se dá em termos políticos, com administrações municipais comprometidas com o desenvolvimento e consolidação da cidadania e a democratização do Estado. Santa Catarina mostra que isso é possível, e acredito, tenho fé, que o Brasil também vai caminhar nesse passo, rumo à evolução, que começa em outubro deste ano.

Finalizo, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, para dizer que fiz questão de ler este pronunciamento até para que não fugíssemos do assunto.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que Santa Catarina aproximou o Governo do povo, descentralizou as ações, levou a reforma, as obras, os anseios, os pleitos dos prefeitos mais rapidamente. O Estado está crescendo. O êxodo rural está diminuindo. Mas tudo isso graças à ação do Governo do Estado. Ali estão o PMDB, o PSDB, o PFL e o PPS, juntos, para fazer um Estado cada vez melhor. E vamos continuar juntos, se Deus quiser, inclusive no ano que vem.

Nós estamos falando, aqui, que o Governo Federal não deveria discriminar nenhum Estado do Brasil – nenhum! –, muito menos o Estado de Santa Catarina, que tem grande importância econômica no nosso Brasil, pois é o sexto em exportação e o sétimo em arrecadação.

Infelizmente, nós não estamos vendo a contrapartida por parte do atual Governo Federal. Isso eu noto nas ruas. São os aposentados, os jovens, os agricultores, os empresários, o micro e o pequeno empresário, as pessoas que geram emprego e os que precisam do atendimento e da atenção do Governo.

Lamentavelmente, o atual Governo Federal virou as costas para Santa Catarina, talvez somente até o final deste ano. E nós vamos continuar, de cabeça erguida, fazendo um Brasil cada vez mais forte, independentemente das ações de governos despreparados, como este que infelizmente administra o País hoje.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade que V. Ex^a nos dá. Santa Catarina agradece a V. Ex^a, porque esse é um grande projeto que poderá ser usado em todo o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Santa Catarina está em nosso coração.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 915, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja adiada a sessão em homenagem à Maçonaria Brasileira, que seria realizada no dia 18 de Agosto de 2006, para data a ser agendada posteriormente.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2006

Senador Mozarildo Cavalcanti



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Valdir Raupp, o tempo da Liderança foi usado pelo Senador Ney Suassuna. Antes de passar a Liderança para o ilustre Senador Wellington Salgado, que não abandonou o plenário desde o início da sessão, concederei a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, que é o mesmo tempo que V. Ex^a teria na Liderança.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero agradecer ao nobre Líder recém-nomeado, Senador Wellington Salgado, por conceder-me a sua vez para que eu possa fazer este pronunciamento. Como V. Ex^a bem falou, Sr. Presidente, o nobre Líder tem permanecido assíduo no plenário, após ter assumido a Liderança.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna para falar do triste episódio que

tem envolvido o meu querido Estado de Rondônia. Esse não tem sido um privilégio apenas de Rondônia; temos visto várias outras unidades da federação, de vez em quando, envolvendo-se também em escândalos. Penso que é a depuração do processo democrático que está acontecendo em nosso País.

A revista **Veja** desta semana trouxe – até porque não é a opinião da própria revista, mas trechos de entrevistas e de pronunciamentos de outras pessoas – algumas verdades e algumas inverdades. É isso que desejo combater neste momento.

Segundo a revista **Veja**, edição 1969, de 16 de agosto deste ano, as raízes para a corrupção tão desenfreada em Rondônia podem ser encontradas na forma de ocupação do Estado. Nos anos 70, os governos militares resolveram ocupar a Amazônia e decidiram criar uma nova fronteira agrícola em Rondônia. Deram lotes e subsídios a quem se mudasse para lá. O lema era “uma terra sem homens para homens sem terras”. Em 20 anos, a população cresceu 700%. Muitos dos novos moradores só tinham um objetivo: extrair de Rondônia todo o dinheiro possível. “Quem chegava queria enriquecer rápido e ascender na pirâmide social”, diz o geógrafo francês Philippe Lena, especialista no estudo das correntes migratórias da região. Desses colonos, surgiria uma classe política bem mais ousada, no mau sentido, do que a média geral brasileira (e olhe que a média já é ousadíssima). Boa parte dela, já havia feito fortuna à margem da legalidade, grilando terras ou explorando madeiras nobres em áreas de preservação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que fala “boa parte”, talvez não boa parte, um mínima parte. Atualmente, existem 1,4 milhão de pessoas no Estado, e não 100 mil, 200 mil, 300 mil pessoas, Senador Leonel Pavan, mas quase 1,5 milhão de brasileiros: gaúchos, catarinenses, paranaenses, capixabas, mineiros, paulistas, nordestinos de todos os Estados do Nordeste, matogrossenses.

Rondônia, assim como a maioria dos Estados do Norte, tem gente de todos os Estados brasileiros, como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Então, não podemos aqui generalizar, falando que Rondônia é terra de bandidos, que Rondônia é terra de corruptos.

O Deputado Paulo Delgado foi infeliz em um dos trechos da reportagem da revista **Veja**, quando disse:

Em 1981, Rondônia, que era um Território tutelado pelo Governo Federal, foi convertido em Estado autônomo, sem que tivesse economia capaz de sustentá-lo. Até hoje 25% do PIB dependem da Administração Pública. O

Estado sobrevive com recursos enviados pela União. Sem eles, quebraria.

Isso não é verdade. Rondônia arrecada hoje quase R\$200 milhões de ICMS por mês, fruto da riqueza do local. Rondônia é hoje o 14º Estado de melhor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, superando muitos Estados centenários do Nordeste brasileiro.

Ainda diz o Deputado: “Lá, não há carteira assinada, só contracheque do serviço público”. Outra verdade. Lá existem mais de 150 mil pessoas com carteira assinada, na indústria e no comércio local.

Continua o Deputado: “É uma União Soviética [...]”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, ainda não usei os cinco minutos.

Ainda não gastei os cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É porque ia acabar o seu tempo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, mas ainda não usei os cinco minutos. Deve estar havendo algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É apenas porque a campainha tocou, e o tempo ia acabar. Já estou corrigindo aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. “É uma União Soviética na Amazônia”, diz o Deputado Paulo Delgado, que defende a intervenção federal no Estado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, se o Presidente permitir, quando V. Exª achar oportuno, gostaria de fazer um pequeno aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, ouço V. Exª, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fui membro da Comissão Especial da qual o Senador fez parte. Fiz questão de dizer – e insisto novamente – que é um Estado que tem de ser respeitado pela sua população, não apenas pelos que nasceram em Rondônia, mas por outros brasileiros que lá foram para tentar fazer com que o Estado novo crescesse economicamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Já fui lá várias vezes. No ano retrasado, fui visitar uma feira agropecuária. Fiquei encantado e soube que é um dos Estados mais importantes na criação de gado, pelo desenvolvimento econômico que se projetou. Se há bandidos no Parlamento – como aqui também houve –, que vão

para a cadeia, que sejam processados e expulsos, mas que jamais se macule o nome de um Estado cuja população é honesta, correta e trabalhadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma. V. Exª, que bem conhece o Brasil, também conheceu Rondônia e sabe que é um Estado pujante, com grande produção de café, cacau, feijão, arroz e gado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Senador e outros Srs. Senadores fizeram questão de fixar a dignidade e o respeito da população de lá.

O Senador foi um dos que endossou essa proposta e se dispôs a que a Comissão lá fosse em respeito à sociedade local.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – São quase 11 milhões de cabeças de gado, uma grande bacia leiteira...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, estando na posição de Presidente da sessão, eu não poderia interromper o pronunciamento de V. Exª, mas quero saber se V. Exª me permite fazer um breve comentário sobre seu pronunciamento. Não li ainda a matéria da **Veja**, porque estava no interior do Estado. Cheguei hoje, de manhã cedo, e ainda não li a revista. V. Exª traz uma matéria sobre uma pessoa que pertence aos quadros do meu Partido, que é o Deputado Paulo Delgado, por quem tenho respeito profundo, mas, pelo que V. Exª estava dizendo aqui, a matéria é muito injusta. Se S. Exª fez essa declaração à revista **Veja**, foi muito injusto. Injusto com a história de Rondônia; injusto com a situação atual do Estado de Rondônia no que diz respeito à economia do Estado; injusto com aquele povo, que é lutador. Por conta de um episódio que aconteceu e que foi divulgado – S. Exª pode estar constrangido com isso, é um direito seu; acho que muitos estão –, não podemos dizer que o fato de terem cometido aqueles atos é um problema do povo de Rondônia. Já que o Senador Romeu Tuma fez o comentário, procuramos, sim, naquela Comissão externa, separar muito bem as coisas. As pessoas que cometeram determinados gestos foram entregues para a Justiça. Que se encaminhe judicialmente o que fazer com essas pessoas. Agora, a história de Rondônia é a história de um povo que foi para lá para lutar por uma nova terra, um novo Canaã, digamos assim, e fazer daquilo um novo lugar para morar. E, diga-se de passagem, hoje Rondônia é um dos Estados que cresce muito quanto à contribuição que dá para a construção das riquezas e do PIB brasileiro.

Portanto, nesse ponto, quero aqui solidarizar-me com V. Exª na sua preocupação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Valdir Raupp, concordo com tudo que o Senador Sibá

Machado disse, mas quero dizer que S. Ex^a também cometeu uma injustiça. Foi com o Regimento, que não permite aparte de Presidente. No restante, V. Ex^a disse tudo que deveria dizer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço ao Presidente Sibá Machado. Fico muito feliz que V. Ex^a pense desta forma: que Rondônia não é terra de bandidos. Para toda regra existe uma exceção; o que aconteceu lá foi apenas a exceção, e não a regra da população rondoniense.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan, se o tempo permitir.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Senador Sibá Machado é um democrata e vai reconhecer que o teor do discurso de V. Ex^a é importante para Rondônia e para o Brasil, até como esclarecimento. Primeiro, Senador Valdir Raupp, V. Ex^a é de Santa Catarina também, é uma pessoa da Região Sul do Brasil. Como há milhares de pessoas catarinenses espalhadas pelo Brasil inteiro, há também em Rondônia. É inegável que o trabalho da Polícia Federal tem de ser reconhecido. A Polícia Federal fez um trabalho brilhante no Estado de V. Ex^a, como também em Santa Catarina. O que não se pode é julgar o Estado em função de alguns, julgar a cidade em função de certas pessoas, nem as que estão em volta dessas. A Polícia Federal merece elogios pelo que está fazendo, principalmente este ano: combatendo a criminalidade, prendendo pessoas ligadas ao narcotráfico.

Infelizmente, muitos, em ato político, procuram vulgarizar e envolver pessoas por questão política. Fazem isso, para prejudicar os Estados, os Municípios e até pessoas.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Isso tem ocorrido em diversos lugares e, inclusive, em Santa Catarina. Há pessoas que, às vezes, nada têm a ver com as coisas que estão acontecendo e que estão sendo envolvidas. A Polícia Federal é uma entidade séria e não perdoa. Pode ser o Presidente da República, mas ela não perdoa. Se alguém deve, ela vai atrás, desbarata e prende todos. Agora, julgar todos – o Estado, o Município ou pessoas que estavam presentes – é algo que não pode ocorrer. É preciso punir os bandidos. Quem está ligado ao narcotráfico tem de ser punido, preso, execrado, porque aquele que lida com o narcotráfico está mexendo com as famílias, que, de repente, vêem seus filhos envolvidos. Esses bandidos precisam ser punidos rigorosamente, e a Polícia Federal tem agido corretamente nesse sentido, Senador Valdir Raupp. O povo de Rondônia merece a nossa solidariedade, porque se trata de uma minoria – e bota minoria nisso.

Esse trabalho da Polícia Federal merece ser registrado, é digno de elogios e de reconhecimento de todos os brasileiros, mas não dá para aceitar que se faça política, aproveitando-se dos atos da Polícia Federal, do bom trabalho que ela tem feito em Rondônia, em Santa Catarina e em outros lugares do Brasil. Parabéns, Senador Valdir Raupp!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Pavan. Na semana passada, eu parabenizei, desta tribuna, o trabalho brilhante da Polícia Federal em todo o País.

Mas, Sr. Presidente, sobre a entrevista, ou o pronunciamento – não sei se foi uma entrevista ou um pronunciamento – do Deputado Paulo Delgado sobre o conteúdo divulgado pela revista **Veja**, eu gostaria de registrar o sentimento e entendimento do Sindicato das Micro e Pequenas empresas do Estado de Rondônia, transcrevendo nesta tribuna, na íntegra, esta nota que protesta veementemente contra as afirmações do Deputado Federal Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, ao atacar gratuitamente o nosso Estado com declarações levianas e preconceituosas, próprias de pessoa sem conhecimento, sem formação e sem capacidade de fazer comparações de indicadores ou exercer, adequadamente, um mandato federal.

Surpreendente até porque Paulo Delgado, membro do PT, reconhecido foco de inúmeras denúncias de atos de corrupção, e ainda de Minas Gerais, Estado-berço do empresário Marcos Valério, este sim com “diversas” carteiras assinadas, e pagas mensalmente com recursos federais provenientes de estatais.

Nem por isso, Sr. Presidente, devemos generalizar. Eu não acho que o PT é um Partido corrupto. Eu não acho que no PT só tem corrupto. Pelo contrário. É uma minoria. A grande maioria dos membros do Partido dos Trabalhadores é de pessoas sérias e honestas, assim como a grande maioria da população de Rondônia também é.

Ao afirmar que em Rondônia “... não há carteira assinada, só contra-cheque do serviço público. É uma União Soviética na Amazônia”, o Deputado ofende as 27 mil empresas da indústria, comércio e serviços de nosso Estado, responsáveis pelos 147 mil empregos diretos gerados e responsáveis por US\$240 milhões de dólares exportados em 2005, que tanto ajudou nosso País no superávit da balança comercial. Poderia, ao menos, se tivesse maior conhecimento, verificar que o Estado do Acre, este sim, percentualmente o maior recebedor de recursos públicos do País, poderia ser citado com muito mais propriedade, ainda que também de forma errônea. Não concordamos que mesmo o Estado que mais recebe recursos federais, até porque tem um FPE maior do que o Estado de Rondônia, por ser um Estado, no passado, mais pobre; hoje acho que já não é um dos Estados mais pobres do País, mas não merece também esse tipo de citação.

Lamentamos que o Sr. Paulo Delgado, Parlamentar de presença irrelevante no Congresso Nacional, completamente omisso sobre a crise ética e moral do Congresso Nacional e do Executivo, tenha usado os meios de comunicação de forma irresponsável, ao falar mal desta terra da qual nós todos que aqui vivemos nos orgulhamos. São as palavras do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Rondônia.

Solicitamos ainda aos Parlamentares petistas de nosso Estado que façam uma intervenção junto a este Deputado e solicitem sua imediata retratação, tendo em vista as bobagens declaradas. Até porque, Sr. Presidente, alguns parlamentares, assim como no Estado de Rondônia, os parlamentares estaduais, podemos ter também alguns federais, mas temos aqui parlamentares sérios. Entendo que a Bancada do PT neste Parlamento, a Senadora Fátima Cleide, o Deputado Valverde, o Deputado Anselmo, são parlamentares sérios, assim como a maioria da nossa Bancada Federal.

Peço que S. Ex^{as}s. também se pronunciem a respeito das declarações do Deputado Paulo Delgado.

Era esse o desabafo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

(*) Ofício nº 285/06 – CPMI – “Ambulâncias”

Brasília, 15 de agosto de 2006

A Sua Excelência
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em cumprimento ao artigo 150 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência Relatório Parcial aprovado na 45^a Reunião da Comissão, realizada em 10-8-2006, para instauração de processos disciplinares relativos aos senhores Deputados, na forma do item 6.3 do referido Relatório.

(*) O Relatório Parcial nº 1 será publicado em suplemento à presente edição.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente, – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

Ofício nº 286/06 – CPMI “Ambulâncias”

Brasília, 15 de agosto de 2006

A Sua Excelência
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de quérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em cumprimento ao artigo 150 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista o decidido pela Comissão, encaminho a Vossa Excelência Relatório Parcial aprovado na 45^a Reunião da Comissão, realizada em 10-8-2006, para instauração de processos disciplinares relativos aos senhores Deputados, na forma do item 6.3 do referido Relatório.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente, – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Ofícios que acabam de ser lidos foram despachados pelo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, ao Conselho de Ética do Senado Federal, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, respectivamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é possível encaminhar para esta Casa um relatório parcial? Pelo Regimento Interno é possível?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim, o Regimento prevê. Já estamos consultando o artigo, que passarei a ler para V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Porque algo que não chegou ao final,

não tem assinatura final, é parcial... É claro que, para ter recebido, deve ter algum fundamento legal, mas é uma coisa estranha!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Conceda-me só um instante.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Esclarece-me aqui o Senador Heráclito que é só para conhecimento.

É para providência ou para conhecimento? Foi aprovado parcialmente, Senador Heráclito! Não entendi isso! Chega por pedaço? Mas a CPI não é criada por pedaço!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Wellington Salgado, antes de citar o artigo, quero parabenizar V. Ex^a pela Liderança do PMDB.

Leio o art. 150, §2º, do Regimento Interno, que reza o seguinte: “Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais”.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a tomou Lexotan hoje. V. Ex^a estava com uma calma tão grande ao responder os questionamentos da tribuna! Já vi V. Ex^a se levantar e dar soco na mesa; mas hoje o seu sorriso está encantando o Plenário! Cumprimento V. Ex^a por essa tranquilidade na condução do debate importante travado com o Senador Heráclito – e outros –, que fez suas colocações e apresentou seu ponto de vista. V. Ex^a, com elegância, respondeu ao Senador, talvez fugindo de algumas questões, como disse o Senador Heráclito, por desconhecer fatos que não chegaram ao seu conhecimento.

Senador Wellington, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a por ter assumido temporariamente, em virtude da licença do Senador Ney Suassuna – a quem respeito –, a Liderança do PMDB. Que V. Ex^a possa dar continuidade ao trabalho do seu Partido.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Tuma, V. Ex^a, que me conhece muito bem, sabe que desde que cheguei a esta Casa aqui

me aconselho com todos os demais, inclusive com V. Ex^a. Cheguei a esta Casa, uma Casa maravilhosa, com políticos que têm história – para chegar ao Senado, todos têm história –, com o Ministro Hélio Costa e virei Senador. Neste momento em que o Senador Ney Suassuna tomou a decisão de se afastar para se defender, fazer campanha na Paraíba e, após ganhar a eleição, defender-se no Conselho de Ética desta Casa, ou defender-se primeiro e depois ganhar a eleição, como eu era um dos vice-líderes e, consequentemente, os demais estavam em campanha, assumi a liderança deste Partido maravilhoso, o PMDB. É uma espécie de sargento conduzindo generais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se V. Ex^a não for general-de-exército, provavelmente é general-de-divisão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, na verdade, o senhor pode ter certeza de que serei um comandante daqueles que os generais vão falar “vá por aqui, Senador Wellington; vá por ali, Senador Wellington”. Um soldado que vai à frente conduzido pelos generais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a tem decisão própria, é combatente, é corajoso. Vi sua postura durante a reunião de leitura e votação do relatório parcial. V. Ex^a fez referência de votação ou não no relatório, mas foi claro, afirmando que não pediria voto. Isso não me escapa à cabeça. Provavelmente, não repetirei as suas palavras, mas sim o objetivo de sua colocação de que não pediria vista a fim de que seus companheiros não mais sangrassem por tempo indiscriminado, até que houvesse pedidos de vista, outra discussão e votação. V. Ex^a aceitou o prosseguimento desse relatório parcial porque há, dentro dele, em seu bojo, dúvidas sobre a investigação em relação a alguns citados e, em relação a outros, há provas materiais evidentes e contundentes. Isso, portanto, facilitaria a abertura de um processo dentro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

E peço licença a V. Ex^a para explicar à sociedade que, como Corregedor, está saindo das minhas mãos a investigação, porque – como acabou de ler o Presidente Sibá Machado – o Presidente encaminhou diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o que faz com que eu junte toda a documentação da investigação. Quando se faz uma investigação, Senador Wellington, dentro da estrutura de cada um – aprendi isso –, não se faz a apuração para provar a prática do crime, mas para provar a inocência. E, ao final, se houver responsabilidade no ato, temos de ter a coragem de dizer que a pessoa é bandida, que roubou, furtou, levou dinheiro dos cofres públicos, e assinar. Não há

covardia, em uma investigação, em propor a absolvição ou a condenação à responsabilidade criminal.

Estou muito tranquilo. A consciência me dita as regras de conduta sempre em minha vida, e vou colaborar com o Conselho, como Corregedor e como membro permanente, até que eu seja substituído, pois acredito que ainda mereço a fé dos parlamentares desta Casa, que me levaram, por mais de uma vez, a permanecer na Corregedoria.

V. Ex^a me dá a oportunidade de esclarecer os fatos, a fim de que a população não tenha dúvida quanto ao que vai acontecer daqui para frente, se vão fazer ou não. Não. O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vai tomar uma decisão. Já me disse um dos Senadores que está com o nome citado, que terá três dias de prazo para a defesa. Hoje, pedi ao Presidente da CPMI – sei que S. Ex^a não vai deixar de fazê-lo –, ao apresentar os relatórios, que não deixasse de enviar a pasta individual, em que a defesa inicial de cada um foi colocada. Se houve a oportunidade da defesa, ela não pode deixar de ser anexada à acusação. Do contrário, não faria a proposição de, por escrito, apresentarem a defesa aqueles que o desejasse, e terão a oportunidade de apresentá-la, novamente, durante o processo, o que é juridicamente correto. Não digo que é democrático, porque é uma questão jurídica que se discute.

Pois não, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a por estar...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não. Foi uma aula que V. Ex^a deu, neste momento, com relação ao levantamento, à defesa no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Veja bem, Senador, eu fico tranquilo com V. Ex^a. Fico tranquilo mesmo. Tenho certeza de que, se eu for ao Conselho, meu voto será junto com o de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Porque V. Ex^a tem aquilo que, muitas vezes, alguns não têm. V. Ex^a tem experiência, já conduziu a Polícia Federal e sabe como deve sistematizar todo o processo. Sabe muito bem quem é inocente e quem é culpado. Portanto, tenho certeza de que meu voto será altamente influenciado pelo voto de V. Ex^a. Espero estar ao seu lado e acompanhá-lo na decisão que tomar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado pela confiança, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Senador Leonel Pavan, em seguida darei o aparte a V. Ex^a. Antes, porém, se V. Ex^a me permite, dentro de sua fala, V. Ex^a falou da Polícia Federal, e eu vi uma Senadora que admiro muito dizer que era a “polícia do Lula”. Não existe isso. A Polícia Federal é uma polícia profissionalizada, que faz concurso público, que tem a exigência de formação profissional, e, eticamente, não se compromete politicamente. Está sob a direção do Dr. Paulo Lacerda, homem que aprendi a admirar não apenas pelo seu trabalho durante as investigações, quando era Diretor da Polícia Federal, como também quando veio para cá me auxiliar nas CPIs, e depois voltou à direção-geral da Polícia Federal. É um homem ético, correto, decente e que também não faz “nenhum tipo de convencimento negativo para prejudicar ou beneficiar alguém”. Essa polícia tem uma formação importante.

E quem forneceu os meios, Senador Heráclito Fortes, de modernidade da Polícia Federal – a lei contra o crime organizado, a lei de infiltração, da permissão de escuta telefônica – foi esta Casa, o Congresso Nacional. Foi o Congresso Nacional quem elaborou a legislação pertinente a fim de que a Polícia Federal desenvolvesse todo o trabalho que vem desenvolvendo na busca daqueles que praticam o crime. E não interessa o partido, não interessa a coloração política, física, nada. Ela tem de ser uma polícia profissional e fugir a qualquer tentativa de pressão.

Eu tenho certeza de que o Dr. Paulo Lacerda tem vergonha na cara. A qualquer tipo de pressão que receber, ele se demitirá imediatamente.

Então, não é uma “polícia do Lula”, não. É uma polícia do País, profissionalmente bem estruturada. Faltam meios? Faltam meios. O Senador Heráclito Fortes inclusive já me ajudou, no Orçamento, com recursos para pagar telefone, para pagar diárias, várias coisas. Às vezes, com sacrifício enorme, desenvolvem o seu trabalho dentro da ética e da importante disciplina que lá reina.

Era o que eu gostaria de explicar, Senador Leonel Pavan, a quem concedo um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em seguida, Senador Heráclito Fortes. O Senador Leonel Pavan já havia pedido o aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma, quando uso a tribuna e digo que V. Ex^a é uma pessoa admirada não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil e no meu Estado, Santa Catarina, digo a verdade sobre sua ética. V. Ex^a, há muitos anos, tem sido um conselheiro para nós, aqui no Senado. Toda essa conquista na vida pública, a aprovação do

eleitorado, deve-se à lisura de seu trabalho, de seus mandatos, à credibilidade que V. Ex^a tem perante a opinião pública. A Corregedoria do Senado Federal, sob o comando de V. Ex^a, traz segurança a esta Casa nas decisões, nas definições. Isso não é nada anormal. Aliás, é normal alguém competente e idôneo como V. Ex^a ocupar um posto como esse, uma pessoa que respeitamos muito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Da mesma forma, permita-me, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Líder do PMDB, fazer um comentário a seu respeito. V. Ex^a ocupou seu espaço. Chegou devagarzinho, pessoa grande, bem notada, forte, cabeludo – mais do que eu –, uma pessoa que conquistou o coração de todos aqui. Quando diz que é um humilde servo, não é; já é um grande líder; o atual líder de um dos maiores partidos do Brasil, o PMDB, no Senado Federal. Parabéns, Senador Wellington Salgado de Oliveira, por essa conquista. Para encerrar, Senador Romeu Tuma, gostaria de dizer que a Polícia Federal não olha a cor partidária e não olha o grau das pessoas, pois já prendeu desembargadores e até policiais da própria Polícia. Não olha se é presidente, se é juiz; quando errou, prende. O que é errado são pessoas usarem a instituição como ameaça. Não a Polícia, mas pessoas que não têm nada a ver com a Polícia, que a utilizam para ameaçar políticos – que, se culpados, têm de ser punidos –, para fazer politicagem. Isso a Polícia não aceita. Vai mudar o Governo, e eles vão continuar. Paulo Lacerda é uma das pessoas mais respeitadas do País e não aceitaria esse jogo. A Polícia Federal não aceita esse jogo, porque os homens públicos passam, mas a Polícia fica. São pessoas responsáveis pela segurança do País. E o trabalho que realizam é digno de elogio. V. Ex^a passou a vida toda como policial da Polícia Federal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cinqüenta anos em sistema de segurança.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Cinqüenta anos. Tem história, experiência, conhece como ninguém e sabe que... Não sou policial, mas tenho...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas tem o cheiro.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Conheço as pessoas e sei que eles trabalham com segurança, com firmeza, com transparência. E, quando tomam decisão firme, merecem ser reconhecidos pela população brasileira. Então, não é possível e não podemos admitir que alguém use a instituição para ameaçar pessoas, pela imprensa ou por qualquer outro órgão. Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito bem, Senador.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra, por favor. Mas já agradeço, por antecipação, o seu aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador

Romeu Tuma, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa de fazer uma defesa justa, como essa que acaba de fazer, a uma entidade que, se não for republicana, não tem nenhum sentido em existir. Eu estive aqui no dia das afirmativas e V. Ex^a, infelizmente, não estava. Tenho certeza de que se aqui estivesse afirmaria, com a autoridade moral que tem, pela convivência, pela história que tem na própria Polícia Federal e pelo respeito que goza de todos os que integram aquele corpo de servidores pertencentes ao Governo Federal, que aquela instituição, pelas suas funções, não deve ter nenhuma ligação direta com nenhum partido, facção política ou com quem quer que seja. Ela deve ter uma atividade eminentemente republicana, e é o que vêm conseguindo. Aliás, Senador Romeu Tuma, eu vivo, no Piauí, algo que dá uma mostra disso. Na semana passada, eu estava em Teresina e disseram-me que o superintendente do Piauí está sendo transferido porque vai ocupar uma função na Interpol, na França. Eu fiquei com muita tristeza por saber que estava deixando o órgão um cidadão que eu sequer conheço. Nunca o vi ou com ele troquei um telefonema, mas sei que está exercendo as suas funções com sobriedade, eficiência e, acima de tudo, disciplina. Não o conheço porque não precisei conhecê-lo, porque nunca houve a necessidade de conhecê-lo, mas, em todos os lugares por onde ando no Piauí, as informações a respeito dele são as melhores possíveis. Tanto não o conheço que estou tentando lembrar o seu nome, e é impossível. Só recentemente foi-me dito o nome dele. Mas acredito que é isso mesmo: não é para policial federal, senador, deputado, governador estar em confraternização nem vivendo de piquenique; devem cumprir as suas funções. Quero dar testemunho desse cidadão que, segundo informações, estará ocupando novas funções, deixando-nos. O voto que faço, Senador Romeu Tuma, é que o seu substituto seja uma pessoa com as mesmas características, porque assim servirá muito bem ao Piauí e, de maneira muito especial, ao Brasil. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador

Heráclito Fortes, V. Ex^a dá um testemunho importante do diretor, porque ir para a Interpol, em Lion, na França, é um prêmio para o policial, porque ele fará parte da polícia internacional, que colabora com 174 países. Fui vice-presidente da Interpol. É uma honra pertencer à instituição internacional, ainda mais que sempre houve, Sr. Presidente, reclamação, pressão no sentido de que, pelo contexto da participação do

Brasil na luta contra o crime organizado, principalmente em consequência relação ao tráfico de drogas, de armas e tráfico de mulheres, o Brasil designasse um policial para integrar o corpo permanente da Interpol. Fico feliz com esse testemunho do Senador Heráclito Fortes de que a Polícia decidiu por alguém que tem feito do seu trabalho a missão da sua vida. Obrigado, Senador Heráclito Fortes, por ter trazido isso ao conhecimento público.

Vou pedir desculpas a V. Ex^a, Sr. Presidente, porque duas coisas foram ditas aqui. E V. Ex^a, ao que me parece, foi um dos que disse. Inclusive, fiz até uma anotação.

Senadores Heráclito Fortes e Wellington Salgado, não se deve confundir foro especial com imunidade. Não podemos confundir isso, meu Deus do céu. O foro especial é alguém que, por exercer uma atividade de poder central, para não ter processos em vários locais, tem definido um foro. Imunidade, por sua vez, é a proteção que o parlamentar possui na tribuna. Se for bandido, ladrão, tem de responder a processo normal. Foro privilegiado não existe, não há privilégios, tanto é que os 15 processos pedidos pelo Procurador-Geral contra os sanguessugas, o Supremo determinou que fossem abertos. Portanto, o parlamentar está-se acovertando atrás do quê? Dizer que o parlamentar está-se escondendo atrás de imunidade que não existe? A imunidade é para falar mal ou bem do Governo, falar mal de alguém que surrupiou dinheiro público. Essa é a imunidade que protege a tribuna! Ela é que nos dá imunidade para ter coragem de falar sem sofrer processo ao denunciar coisas graves.

Então, não se pode falar que o parlamentar está-se protegendo com foro privilegiado para não responder crime. Pelo amor de Deus! Não posso chamar ninguém de ignorante, mas isso é uma agressão que não merecemos. Quem fala tem de engolir a língua, porque isso não é verdade. O Presidente da República, que é o Presidente da República, não tem imunidade; ele tem foro privilegiado. O processo que pode responder nesta Casa é por improbidade administrativa. Então, ninguém escapa da lei. A lei protege o cidadão e a sociedade. Ela não se deixa levar para que alguém que pratica um crime não responda por ele em algum lugar. Entendeu, Senador? Não adianta, ficamos às vezes entrando num labirinto desnecessário. E V. Ex^a parece que deu uma explicação a esse respeito.

Por amor de Deus, bandido responde na cadeia. Quem roubou tem de ir para a cadeia, não tem jeito, independentemente se é parlamentar ou não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite? Foi exatamente comigo, quando eu falava. A imunidade é a garantia que o parlamentar precisa para não se intimidar à primeira

ameaça. Digamos, hipoteticamente, aquele rapaz que foi flagrado carregando dólar na cueca, ele poderia pegar bons advogados e entrar com representação contra o parlamentar, licenciando o direito até por cautela de continuar na denúncia. A princípio, tínhamos denúncias, não tínhamos provas. Foi por meio da denúncia que se chegou à prova. Se você tem o cerceamento da liberdade de expressão, pode atrapalhar a investigação e estará, inclusive, prestando um desserviço ao Brasil. Muito bem colocado o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado. É que essas coisas vão surgindo e nossa cabeça não pode deixar de lado. Se V. Ex^a é Líder hoje, vai ter de ter um escudo para proteger os seus liderados, para que não sofram nenhum tipo de ameaça por fazerem denúncias nesta Casa. Isso é importante.

Sr. Presidente, comunico que hoje enviei um ofício ao Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara – e peço a V. Ex^a que autorize a publicação –, pedindo, quase que implorando, que ponha em votação uma PEC de minha autoria – já tem três ou quatro anos lá – que dá uma valoração maior às guardas civis, porque elas estão morrendo, principalmente em São Paulo, onde estão sendo atacadas unidades da Guarda Municipal, sem nenhuma proteção dentro da legislação em vigor. Está na Constituição; já foi reconhecido que podem andar armadas, dependendo do número.

Como o Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá, disse que não houve nenhuma emenda que prejudicasse e o projeto foi aprovado na Comissão Especial, peço encarecidamente ao Deputado Aldo Rebelo, com quem já falei pessoalmente, que ponha em votação na primeira oportunidade.

Também agradeço ao Dr. Carreiro por ter me ajudado, em uma enorme oportunidade, no projeto de lei, já encaminhado, que altera Lei Complementar nº 64. Esse dispositivo, Senador Sibá Machado, é para manter a inelegibilidade do agente público cujas contas tenham sido rejeitadas. Há uma explicação aqui. Faço de público o agradecimento ao Dr. Carreiro por ter colaborado...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... e hoje faço uma emenda ao projeto que apresentei para dar maior consistência a esta decisão. Peço a V. Ex^a que faça a gentileza de autorizar a publicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OF. N.º 140/2006-GSRT.

Brasília, 15 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

O jornal Folha de S. Paulo publica em sua edição de hoje entrevista do sociólogo Hugo Acero, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que, durante nove anos, foi secretário de Segurança e Convivência de Bogotá.

O entrevistado esclarece o decisivo papel desempenhado pelo poder municipal da capital colombiana no combate à criminalidade, que lhe permitiu reduzir a taxa de homicídios de 80 por 100 mil habitantes, em 1993, para 18 por 100 mil no ano passado. Isto é, houve queda de 77,5% em 12 anos.

Com base na própria experiência e por saber que o Brasil rumava para insegurança parecida com a de seu país em 1999, o Sr. Hugo Acero apontou como fundamental a participação dos prefeitos na segurança pública. Afirmou textualmente:

“As autoridades locais precisam ter políticas de segurança. As leis têm de dar responsabilidades às prefeituras. Cada vez mais os problemas de segurança são problemas locais, dos municípios. A Constituição e as leis têm de dar responsabilidades nessa matéria às autoridades locais.”

Exmo. Sr.
Deputado ALDO REBELO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados,
BRASÍLIA – DF.

A par disso, salta à vista a intranqüilidade que, há anos, num crescendo, se faz presente na sociedade devido às ações de bandidos cada vez mais impiedosos e ousados. O cidadão de bem, já acossado por meliantes nas ruas e em casa, vê-se pressionado também por quadrilhas do crime organizado. No afã de impor sua vontade, os quadrilheiros praticam atentados contra a vida de agentes públicos, além de destruir bens das esferas estatal e particular. Chegam agora a seqüestrar uma equipe da maior emissora de TV do País para exigir a divulgação de um vídeo subversivo-terrorista em troca da vida de um repórter seqüestrado.

Nesse contexto de extrema violência, todo o apoio às autoridades policiais é pouco. Emprega-se até a Força Nacional de Segurança Pública no enfrentamento ao neoterrorismo e cogita-se de lançar o Exército em ações tipicamente de Polícia. Entretanto, ao mesmo tempo, ignora-se o potencial de milhares de guardas municipais limitados pela Constituição em sua capacidade de ajudar as polícias estaduais. Paradoxalmente, sua importância é reconhecida pelos próprios criminosos, que neles encontram relevante empecilho para as ações delituosas. Tanto que, em São Paulo, os atentados voltaram-se contra os guardas e as suas instalações.

É evidente que, pelas características de seu trabalho, os guardas municipais podem alicerçar qualquer projeto de policiamento comunitário. Graças a essa capacidade, participaram da solução de vários crimes de grande repercussão, como aconteceu no seqüestro do publicitário Washington Olivetto. O principal participante do delito, Maurício Hernandez Norambuena, foi capturado graças a um guarda municipal paulista. Hoje é apontado como possível mentor do seqüestro daquela equipe da Rede Globo de Televisão.

Em novembro de 1999, represerei ao Senado Federal uma PEC destinada a modificar o Art. 144 da Constituição para ampliar a competência das guardas municipais, concedendo-lhes poder de polícia mediante convênios com os Estados para auxiliar as Polícias Civis e Militares no seu mister. Aprovada por unanimidade, a PEC seguiu para a Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 534/2002.

Na Casa presidida por V. Exa., constituiu-se Comissão Especial para apreciar a proposição. Em outubro de 2005, seus insignes membros votaram com o Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, pela aprovação em Plenário. Mas,

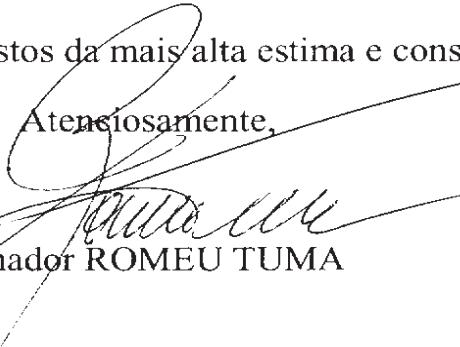
passados dez meses, é o próprio relator quem me avisa da premência de tramitação, pois nada mais impede que seja finalizada.

Aliás, figura em seu Parecer a seguinte afirmação: “É público e notório que o Estado brasileiro passa por uma forte crise na área de segurança pública. Esta crise pode ser analisada sob duas óticas: falência do modelo de organização do sistema brasileiro de segurança pública e falta de capacidade federal e estadual para investimentos e para a manutenção da atividade de segurança pública.”

Dirijo assim este ofício a V. Exa. para solicitar que inclua a PEC 534/2002 na pauta de votação, o quanto antes, em face de sua relevância para o fortalecimento da segurança pública e, por consequência, para o restabelecimento da tranqüilidade da população que só deseja viver e trabalhar em paz.

Renovando meus protestos da mais alta estima e consideração,

Atenciosamente,


Senador ROMEU TUMA

***SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO
SR. SENADOR ROMEU TUMA.***

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 25 de julho próximo passado, tomei a iniciativa de encaminhar às instâncias superiores do Senado Federal o Projeto de Lei nº 231/2006, com vistas a alterar a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Por meio desse dispositivo, pretendo manter a inelegibilidade de agente público, cujas contas tenham sido rejeitadas, até que a decisão transite em julgado. Com isso, impediremos que a mera propositura de ação judicial contestatória da decisão, em qualquer momento prévio às eleições, suspenda a inelegibilidade do agente público. Convém destacar que a referida matéria, ora em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, aguarda designação do Relator.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao reconhecer os grandes benefícios éticos e morais que teremos com o desfecho favorável de tal Projeto, não

me falta motivação para dedicar o tempo que for necessário à sua defesa. Além de tudo, estou convencido de que, com a sua vigência, conseguiremos impedir que os delinqüentes continuem a atuar livremente no espaço político. Conseguiremos, igualmente, barrar a impunidade, sanear o exercício da atividade política, melhorar a representatividade eleitoral, dignificar os mandatos eletivos, conferir maior credibilidade ao ato de votar, contribuir, de maneira afirmativa, para o grande debate sobre a verdadeira reforma política de que o País necessita; enfim, impedir que a democracia brasileira continue a ser constantemente desmoralizada por uma minoria de desonestos e a cair no descrédito perante a sociedade.

Nobres Senadoras e Senadores, na justificativa de minha proposição, assinalo que o objetivo da Lei Complementar nº 64, de 1990, é o de proteger a probidade e a moralidade administrativa, bem como a normalidade e legitimidade das eleições, contra a interferência nefasta da corrupção, do abuso do poder econômico e do exercício impróprio do poder político. Todavia, apesar de ser este o espírito mais importante do referido diploma, lamentavelmente, o deslize

de um dispositivo deixou uma porta de emergência aberta em favor dos acusados de atos de improbidade administrativa.

Pois bem, de acordo com esse dispositivo que proponho alterar, os envolvidos em malversação do dinheiro público fundamentam suas defesas alegando que são vítimas de meras acusações em tramitação no Poder Judiciário. Portanto, segundo eles, enquanto o referido processo não for definitivamente julgado, o reclamante não pode ser impedido de exercer novamente cargos eletivos. Como podemos concluir, enquanto existir essa possibilidade de argumentação, de nada adianta o pronunciamento negativo proferido pelos Tribunais de Contas e Casas Legislativas contra os que tiveram suas contas claramente rejeitadas, durante o exercício de cargos ou funções públicas.

Desse modo, a norma contida na alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, que torna inelegíveis pelo período de cinco anos todos aqueles que ocuparam funções públicas e tiveram suas contas rejeitadas por irregularidades graves, sem direito a recurso, cai por terra no momento em o acusado faz uso do dispositivo que acabei de apontar. Vale dizer ainda que, em pronunciamento sobre a matéria, o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconhece que uma simples propositura de ação contestatória da decisão que reprovou a prestação de contas de um determinado gestor público é suficiente para permitir a elegibilidade do autor para as próximas eleições. Porém, na opinião do Ministro Marco Aurélio de Melo, Presidente do TSE, tais ações contribuem de maneira decisiva para esvaziar um trabalho de grande seriedade que é realizado pelas instâncias superiores dos órgãos fiscalizadores da gestão do dinheiro público.

Por sua vez, o Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União segue o mesmo pensamento. Diz S. Ex^a que a "ressalva do recurso ao Judiciário diminui dramaticamente a efetividade das deliberações dos órgãos de controle e perverte os procedimentos eleitorais, pois basta àqueles interessados em burlar a restrição o simples ajuizamento de qualquer ação, em qualquer momento anterior ao pleito, para manterem suas elegibilidades". Em outro pronunciamento, acrescenta que a grande maioria dos 2 mil e 900 gestores públicos que nos últimos cinco anos tiveram suas contas reprovadas cometeu irregularidades em licitações públicas, desvios de recursos e superfaturamentos. Aliás, é importante acrescentar que dessa lista, enviada no início do mês passado ao TSE, constam os nomes de 1.500 Prefeitos, de cinco ex-Governadores e de nove juízes de Direito.

Como bem sabemos, de acordo com a Lei nº 9.504/97, o TCU deve mandar essa relação à Justiça

Eleitoral até o dia 5 de julho do ano eleitoral para que o TSE tome as devidas providências em relação ao registro das possíveis candidaturas dos envolvidos nesses episódios. Como já disse algumas vezes no decorrer deste pronunciamento, se porventura o TSE pronunciar-se em favor da inelegibilidade de algum acusado, cabe a este ingressar na Justiça comum com uma ação para tornar sem efeito a aludida decisão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após todos os argumentos que acabei de levantar justificando a importância da matéria que tive a honra de trazer à apreciação dos nobres Senadores e Senadoras, não seria demais pedir aos eminentes Colegas que façam um esforço conjunto no sentido de agilizar a sua apreciação e a sua aprovação. Não temos mais condições de conviver com essa falha grave na legislação relativa à inelegibilidade. Em verdade, seu acatamento nesta Casa representará um grande passo em direção ao aprimoramento do processo político brasileiro, da moralidade pública e do resgate do bom funcionamento institucional do País. Por fim, precisamos reconhecer as deliberações dos órgãos fiscalizadores e não enfraquecê-las com artifícios jurídicos que só contribuem para fortalecer a certeza da impunidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, será atendido, na forma do Regimento.

Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para que eu possa também fazer uso da palavra. (Pausa.)

O Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a palavra ao último orador inscrito, Senador Sibá Machado, por dez minutos.

Senador Sibá Machado, agradeço a tolerância de V. Ex^a, que, por muito tempo, ficou esperando, cedendo sua vez para outros Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no período em que as próprias Lideranças do Congresso Nacional concordaram em fazer sessões não-deliberativas, de modo que muitos que são candidatos à eleição e à re-eleição ou à eleição a outros cargos possam também participar dos debates em seus Estados. Mas é claro que a Casa tem se trilhado por temas do dia-a-dia, de

interesse nacional, um pouco apimentados pela temperatura do calor das decisões do processo eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, analisando tranqüilamente os debates, considero que, no programa eleitoral de hoje do Presidente Lula, foi feito o início da prestação de contas de seu mandato. O mandato está perto de seu final e, para orgulho do Brasil e de todos nós que participamos ativamente no Governo do Presidente Lula, deixou-nos muito feliz.

Creio que a tônica de todos os programas deve ser a apresentação da experiência do Governo e daquilo que haveremos de fazer de melhor, se for vontade do povo brasileiro que o Presidente Lula tenha um segundo mandato.

Não assisti ao debate na Rede Globo. O único a que pude assistir foi o de Cristovam Buarque, mas li os comentários de vários jornalistas renomados, que escrevem nos diversos jornais de circulação nacional, e fiquei muito feliz com o que disseram sobre a **performance** do Presidente Lula. Acho que temos realmente um fenômeno de liderança da política nacional. É uma pessoa incomum no seu carisma, na sua compreensão do País, na sua visão de mundo e naquilo que pensa que seria o melhor de um governo para o melhor futuro de um povo como o nosso.

Sr. Presidente, farei a leitura de um pequeno texto que havia preparado para o balanço deste Governo.

Em ano de eleição, o debate político, naturalmente pautado por um emocionalismo, conduz alguns poucos cidadãos à crença enganosa de que o Brasil não anda no rumo certo e de que o Governo Federal, capitaneado pelo Presidente Lula, não vem atingindo as principais metas a que se propôs viabilizar.

Existem, porém, claros indícios de uma sensação difusa na opinião pública e, especialmente, entre as pessoas menos favorecidas de que, bem ao contrário, temos progredido consideravelmente na melhoria dos principais indicadores socioeconômicos brasileiros. Essa impressão concreta e tangível de que o Brasil experimenta, nos últimos tempos, uma espiral econômica virtuosa não nasce absolutamente do nada e apresenta forte vinculação com a realidade. O vigoroso aumento do número de postos de trabalho em nosso País é prova do que lhes digo neste momento.

Desde o ano de 2003, a economia nacional gerou mais de 3,5 milhões de empregos com carteiras assinadas, à média de 100 mil novos empregos formais criados a cada mês, até a presente data. É por essa e por outras razões que, se por um momento deixarmos de lado nossas paixões e nossas questiúnculas políticas, se refletirmos com sobriedade a respeito de

indicadores desse quilate, uma conclusão irá se impor aos políticos com a mais absoluta naturalidade: a de que a manutenção do crescimento sustentável da economia, que é o interesse de todos, vem sendo bem realizada com denodo e esforço pelo Governo do Presidente Lula.

Não há como negar o trabalho desenvolvido pelo Governo Federal, em primeiro lugar porque mantém seu foco nas políticas de resultados econômicos mais relevantes, como o programa do Ministério do Desenvolvimento que tem ajudado o País a atingir a expressiva marca dos US\$120 bilhões na exportação de bens e de serviços. Essa admirável cifra é muito benéfica para o superávit do nosso comércio e crucial para a manutenção dos bons indicadores econômicos que estamos colhendo nos últimos anos.

A nenhum homem público escapa a certeza de que governar é fazer difíceis escolhas, tomadas de decisões, entre as tantas prioridades de um país continental como o nosso, sempre com o foco no interesse público.

Esse, em suma, é o papel da atividade política, uma relevante tarefa que vem sendo cumprida pelo Governo Federal. O próprio Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reconhece o esforço do Planalto na estabilização da economia, esforço esse do qual resultou a progressiva baixa da taxa Selic, que atingiu, na última reunião do Copom, a inédita marca dos 14,5%.

Os detratores habituais do Governo, talvez, reclamem do valor, ainda elevado, da taxa Selic. No entanto, o patamar de 14,5% é realmente histórico, e a tendência de queda, verificável há meses, indica que palmilhamos o rumo certo. E mais: o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem dito e repetido que o interesse do Governo é ver declinar ainda mais os juros praticados no Brasil, porém com senso de responsabilidade, com a calma indefectível à ação dos que governam com bom senso, sentido do dever e da paciência.

Nunca é demais relembrar, a propósito, que o Presidente Lula, ao tomar posse no cargo que atualmente ocupa, herdou condições econômicas muito difíceis, sendo que a própria taxa selic já tangenciava escandalosos 30%. Para nossa alegria, já é possível afirmar que a tendência se reverteu por completo no atual governo, e que a nossa economia se encontra devidamente recuperada.

Senhoras e senhores, não há por que um país importante como o Brasil tema pelo seu futuro. Somos um país competitivo, pacífico, industrializado, com natural vocação para o comércio e com projeção cada

vez maior, tanto na América Latina quanto na política mundial. Por isso, não há por que essa admirável nação brasileira temer não atingir a posição de destaque mundial, que certamente haverá de alcançar no curso das próximas décadas.

Muito embora os incrédulos cultivem seu pessimismo habitual quanto às possibilidades de nosso progresso se converterem em riqueza e bem-estar para todos os brasileiros, é interessante perceber que os cenários futuros delineados no exterior a respeito do Brasil, em regra, são amplamente positivos e tendem a demonstrar que, no prazo de uma ou duas gerações, nosso País fará boa figura entre as potências emergentes, como a China, a Índia, a Rússia e o México, que crescem a taxas aceleradas, o que lhes permitirá dominar, ao lado de outros países, os fluxos internacionais de comércio para o bem-estar das suas respectivas populações.

Para este ano de 2006, o Governo Federal planeja um crescimento econômico acima de 4%, índice bastante satisfatório, levando-se em conta o medíocre padrão de desenvolvimento que o Brasil apresentou ao longo dos últimos anos.

Cabe a nós, portanto, acreditar em nosso potencial e animar a nossa juventude e os demais cidadãos a prosseguir nos estudos, na prática de esportes, na crença no valor do trabalho, na prestação de serviços voluntários e na luta cidadã por um Brasil melhor para todos.

Nosso papel consiste, em suma, em manter aceita, em cada coração brasileiro, a chama da crença inabalável em nosso futuro comum, que será ainda mais feliz na medida em que realizamos nossos mais singelos atos, as ações que concretizam os ideais de justiça, de liberdade e de fraternidade social em todo o Brasil, um País tão generoso, tão jovem e ainda tão desigual.

É este o Brasil que, a duras penas, o Governo do Presidente Lula vem buscando construir com o auxílio das mulheres e dos homens bem-intencionados, que, afortunadamente, representam a imensa maioria do povo brasileiro.'

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já o concederei a V. Ex^a.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que li, com muita atenção, uma publicação que, creio, é do Heródoto Barbeiro. Chama-se **O Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**.

Gostei muito da leitura. São cenários que se apresentam para o mundo, e o lugar dos países nesses novos cenários.

Há quatro grandes possibilidades: o mundo de Davos, a práxis americana, o novo califado e o ciclo do medo.

Nos dois primeiros cenários, a leitura aponta para uma globalização em que o mundo perderá um rosto mais americanizado e passará a ter um rosto mais asiático.

Chama a atenção também para o chamado Bric – Brasil, Rússia, Índia e China. São países que se podem dar as mãos e se tornar líderes incontestes de uma nova economia mundial.

Gostei muito da leitura e até tenho recomendado o livro a muitas pessoas. Creio que esse é um caminho para o qual o Brasil tem apontado, com um lugar diferenciado nos novos rumos do mundo, nas novas relações econômicas, nas novas relações geopolíticas.

Defendo muito isso, Sr. Presidente, porque uma das bases do meu estudo de geografia é o campo da geopolítica. Notamos que esse assunto, antes tratado muito mais dentro do Exército e das Forças Armadas, pois parecia ser voltado eminentemente para essa área, é, no dia-a-dia, de interesse geral.

Uma das condições que considero basilares para que o Brasil avance nesse rumo é exatamente a descentralização do conhecimento. Aí, vemos que o investimento feito no ensino superior, com a criação do Fundeb, pelo Congresso Nacional, é um cenário que apontará inevitavelmente para um Brasil diferenciado e muito mais, digamos assim, de vanguarda, na liderança mundial.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^a pela defesa que faz ao Fundeb. V. Ex^a mostra que a tese do Senador Cristovam Buarque, com a qual lança as bases da sua campanha a Presidente da República, a educação, é uma tese correta. E V. Ex^a, então, passa a ser solidário com seu ex-Colega de Partido. Está de parabéns! Mas, Senador Sibá Machado, eu queria apenas chamar a atenção para um fato: esse discurso de euforia de V. Ex^a me lembra um pouco aquele discurso da época do milagre brasileiro. E vou lhe dizer por quê: se V. Ex^a conversar com um agricultor brasileiro, vai ver que a realidade vivida por ele é totalmente diferente. O agricultor que plantou grãos, a própria soja, com o dólar a R\$3,00 ou pouco mais que isso, está colhendo essa soja agora, Senador Tuma, com o dólar a R\$2,00. O óleo

diesel era R\$1,00; agora, vale R\$2,00. Então, V. Ex^a, que conhece o campo como ninguém – talvez seja, de todos nós, o que mais o conhece, nas suas entranhas –, sabe muito bem que o agricultor não está vivendo dias de euforia. O pessoal da borracha, que tem tanta importância na economia do Estado de V. Ex^a, também padece pelo preço do nosso dinheiro neste momento. Por outro lado, na pecuária, por negligência do atual Governo, vamos reconhecer, houve a crise da soja. E houve vários Estados cujos produtos foram proibidos à importação; países da Europa, da Ásia, enfim, países do mundo inteiro. De forma, meu caro Senador, que este não é um momento de euforia. Na Bahia, está havendo um problema gravíssimo com o cacau – e não vamos falar sobre isso, porque, parece-se que, além da própria crise, há um problema político que está sendo apurado. Não vamos tratar desse assunto aqui. Aliás, a única coisa do campo que apareceu nos últimos dois anos foi a invasão feita pelo Sr. Bruno Maranhão nas dependências da Câmara dos Deputados com dinheiro público, com financiamento do Governo para as suas ONGs. Mas eu queria só lembrar algo a V. Ex^a com relação à euforia do seu pronunciamento: o caso da Varig. Por negligência do Governo – inclusive, invoco o testemunho de Senadores até do seu Partido, como o de Paulo Paim, do Senador Saturnino, do Senador Simon. Por negligência, por omissão do Governo, a Varig chegou aonde chegou, desempregando 10 mil servidores diretos e 40 mil servidores indiretos, Senador Siba. Louvo a sua intenção. A sua intenção é sempre positiva em defender o Governo. Mas não podemos tapar o sol com a peneira. Este Governo foi um padrasto para a agricultura, foi um padrasto para a pecuária, foi um padrasto para o emprego neste País. O caso da Varig é um símbolo, Senador Sibá, de tudo isso que eu estou dizendo. Evidentemente que o Presidente Lula vai querer, agora, passar para o País a imagem, a idéia de que, no próximo governo, vai fazer o que não fez. É isso mesmo! Até no programa de televisão, hoje, a sua primeira aparição foi só de factóides, de meias verdades, mostrando e dando a entender ao País que teria realizado obras que, todos nós sabemos, não são verdadeiras; que teria tomado algumas medidas que não são concretas, que não são corretas. Louvo a intenção de V. Ex^a. Porém, entre o discurso e a prática, evidentemente, praticada pelo seu Partido, há uma diferença abisma. Muito obrigado!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a chamou a atenção para um ponto sobre o qual eu gostaria de me expressar com muita clareza.

Também sou militante da questão agrária e procurei, inclusive, estudar um pouquinho o assunto. É claro que o Brasil sempre se pautou muito mais pela produção primária do que pela industrial. A industrial foi muito lentamente construída no Brasil. Eu até disse, em outras oportunidades, que, hoje, conheço dois Getúlio Vargas: aquele do primeiro momento, que foi um ditador, que cerceou direitos políticos etc., e aquele que aprendi a conhecer, um visionário que criou a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e que pensou em um Brasil muito mais à frente.

Mas a economia subsidiada no mundo é, hoje, cada vez mais decadente. Uma das grandes lutas do Ministro Celso Amorim e de todas as autoridades brasileiras que representam nosso País nas mesas de negociação, seja na OMC, no G-8 ou nos diversos organismos internacionais que tratam da questão, é o fim do subsídio, porque o Brasil caminha para ter cada vez menos subsídio. Deve-se permitir que o setor produtivo primário avance por ganhos de tecnologia, por produtividade, pela capacidade de redução de custos e assim por diante.

Quando V. Ex^a fala que houve um investimento com dólar mais alto e que, agora, na hora de vender o produto, o dólar está mais baixo, isso é uma verdade. Todos os insumos e todo o setor industrial estavam voltados para o campo, para a produção agrícola. É uma indústria que importa equipamentos e trabalha com dólar. Em um momento, o dólar era favorável, agora não é mais. Essa ambigüidade, infelizmente, não pode ser tratada por um decreto do Presidente, pois ele estaria indo contra aquilo que os nossos embaixadores dizem nas reuniões dos fóruns internacionais que dirimem os conflitos econômicos.

Então, é um problema? É. Mas o Brasil avançou muito em tecnologia? Avançou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá, o Presidente Lula...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Um momento, deixe-me terminar meu pensamento.

Não há uma saída de emergência, a não ser no caso de uma estiagem, em que se procura atender a um assunto dessa natureza. A médio e a longo prazo, não temos uma saída de emergência, então, deve existir uma diversidade de oportunidades de negócios. Esse aspecto foi um dos grandes ganhos do Governo Lula, pois deixamos de ter um comércio quase unilateral com os Estados Unidos – e, no máximo, com a União Européia – e evoluímos para uma diversificação, o que equilibrou as exportações brasileiras.

No entanto, esse é um problema? É. Há um endividamento do setor? Há, mas o Governo apresenta algumas alternativas de mercado interno.

Portanto, a mistura do óleo *diesel* com o óleo vegetal, que é o *biodiesel* – agora, a Petrobras pretende usar o H-bio –, pode resolver o grave problema que envolve, agora, especificamente a soja.

Continuo acreditando que o caminho que o Brasil está trilhando está correto, embora não esteja respondendo à altura ao problema que V. Ex^a cita, que é verdadeiro. Houve endividamento do setor, porque comprou produtos com o dólar num determinado valor e, na hora de vender o seu produto, houve um problema de fluxo de caixa violento, mas continuo acreditando que as alternativas apontadas pelo Governo são necessárias para que possamos estabilizar, a médio e a longo prazo, o setor agrícola.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fico muito feliz em ouvi-lo, porque o PT, hoje no Governo, sofre um pouco da “síndrome de Carmen Miranda”, como diz aquela música do Bando da Lua: “Confesso que voltei americanizado”. O PT, de repente, copia todos os maus e bons exemplos do modelo norte-americano, que tanto condenava. Mas tudo bem. O que me deixa estarrecido, Senador Sibá, é V. Ex^a querer jogar tudo para o mercado, quando o Lula lá de trás defendia inclusive seguro de safra. V. Ex^a está sendo coerente, porque o Governo atual foi criminoso com os fumicultores brasileiros, quando quis forçar, no ano passado – V. Ex^a sabe bem do que estou falando –, a extinção do plantio do tabaco no Brasil. Não faço apologia ou defesa do fumo, todavia, esse foi um fato gravíssimo, pois, para atender a ONGs estrangeiras – aliás, Senador Tuma, devemos estudar a fundo a história dessas ONGs –, o Governo de V. Ex^a – digo isso com autoridade de quem foi Relator – quis acabar com o plantio de fumo no Brasil, desempregando milhares e milhares de trabalhadores brasileiros no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, na Bahia, em Sergipe e em Alagoas. Isso tudo apenas para atender quem? O FMI e a ONU. Para ter direito a concorrer a um lugar no Conselho de Segurança da ONU. As ameaças que faziam de lá para cá eram todas nesse sentido e o Governo de V. Ex^a queria porque queria que este Congresso avalizasse esse crime que se ia praticar contra milhares e milhares de famílias brasileiras. É isso que me deixa estarrecido. Eu queria fazer uma perguntar

a V. Ex^a. Gosto muito de dialogar com V. Ex^a, porque é um democrata. V. Ex^a fez uma revelação fantástica, que é essa admiração por Getúlio Vargas, o sonhador e o ditador. Qual dos dois V. Ex^a admirou mais: o sonhador ou o ditador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É claro que o sonhador. O brasileiro estrategista, o pensador do futuro, só esse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a sabe que o seu Partido adora a “siamesia” do ditador e do sonhador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Durante toda a década de 80, não nego, estudávamos isso. Getúlio Vargas foi-nos apresentado, à juventude que, à época, estudava História do Brasil, como um ditador que cerceou o direito sindical, a liberdade de organização e tantas outras coisas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a fale baixo porque a origem do Senador Saturnino é essa. Não fale mal do trabalhismo dentro do seu Partido porque é a origem do Senador Saturnino.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não estou falando mal de ninguém. Estou me referindo a uma interpretação que eu tinha.

Volto ao assunto da economia para dizer que o Governo Lula tem investido pesadamente no setor da agricultura.

Olhem, não são poucos os investimentos. Eu participei com a Contag, o MST e as organizações camponesas brasileiras de manifestações públicas durante muitos anos – desde 1992 –, reivindicando mais crédito agrícola, mais investimento no Plano Safra, em tecnologia, em assistência técnica e em tantas outras coisas. Certa vez, estivemos em Brasília e conseguimos, numa das melhores negociações com o Governo Fernando Henrique, R\$2,5 bilhões. Hoje, há investimentos de mais de R\$9 bilhões. É por isso que o Grito da Terra arrefeceu, ou seja, porque há investimento chegando.

Quanto à programação da eletrificação rural, não quero tirar o mérito da criação do programa, que nasceu com o Luz no Campo. Aquela foi uma idéia? Foi, mas houve um avanço. Defendo que cada Governo avance no tamanho do programa, com os beneficiários, e na sua qualidade. Antes, os beneficiários do Luz no Campo tinham que pagar pela luz que entrava na sua casa e o programa não conseguiu chegar a tantos lugares quanto agora. Além disso, essa despesa do beneficiário passou a ser do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, na abertura do programa eleitoral gratuito de televisão, fiquei feliz, mais uma vez, por ver

que o Presidente Lula fez uma belíssima prestação de contas de seu trabalho à frente do País. Espero que continue sendo assim. Com certeza, em um segundo mandato será ainda melhor a vida para todos os brasileiros.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 916, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais do Senado Voto de Aplauso à população do Município de Jaú, Estado de São Paulo, na pessoa do Senhor Prefeito Municipal, Sr. João Sanzovo Neto, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Carlos Borgo, pelo 153º aniversário de fundação daquela cidade que transcorre hoje.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, Senador atuante e dinâmico, Gerson Camata, a quem tenho a honra de substituir nesta Casa, vem demonstrando, à frente da Secretaria de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo, o mesmo espírito empreendedor que marcou toda sua carreira política.

A eficiência administrativa demonstrada por Camata no tempo em que governou o Estado continua a pautar suas ações como Secretário. Colatina, minha cidade natal, deve à rapidez com que ele agiu aqui em Brasília a solução de um problema que comprometia a malha viária urbana do Município.

Em audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, Gerson Camata obteve dispensa de licitação para contratação emergencial de empresa para a construção de uma ponte sobre o rio Pancas,

com prazo de conclusão em quatro meses. Trata-se de uma obra indispensável, antiga reivindicação dos colatinenses, para resolver definitivamente o problema do tráfego de veículos que transportam cargas pesadas – e que hoje transitam pela área urbana da cidade.

A pavimentação do acesso ao Terminal Rodoviário de Cargas de Colatina, com dois quilômetros e meio de extensão, e o início do asfaltamento da rodovia ES-248, que vai encurtar em quase 44 quilômetros o trajeto entre Linhares e Colatina, são outras realizações da Secretaria ocupada por Camata que beneficiam a região Norte capixaba, onde está situado o município.

Durante os poucos meses de sua gestão como integrante da equipe do Governador Paulo Hartung, Gerson Camata reafirmou sua vocação de autêntico homem público persistente, determinado e dotado de visão ampla, aquele que passa do pensamento à ação e faz com que as coisas aconteçam. Podemos ter a certeza de contar com sua atuação permanente em defesa dos interesses do Espírito Santo.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado “Contraconstitucionalidade”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 29 de julho do corrente.

O autor do artigo, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, faz uso do pensamento do político e historiador argentino Natálio Botana sobre a questão da contraconstitucionalidade, a tendência do Poder Executivo de querer ter a hegemonia sobre o Legislativo. Para César Maia, as reflexões de Botana sobre o comportamento político do atual governo argentino se adaptam à realidade brasileira. Para ele, “Quando se pratica sinceramente o pluralismo político de partidos, o modelo que prevalece não é o de cooptação, mas o de oposição competitiva e até, em certos casos, o de coalizão de governo”. Este raciocínio coincide com a crítica do quadro brasileiro, onde o governo do PT, que não tem mais nenhuma identidade partidária, se encaixa perfeitamente na prática da contraconstitucionalidade.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Contraconstitucionalidade

CESAR MAIA

POLITÓLOGO E historiador argentino Natálio Botana é, provavelmente, o intelectual latino-americano com maior capacidade de articular a instância teórica com a conjuntura. Ele tem a oportunidade de fazê-lo quinzenalmente, nas páginas do "La Nación".

Em artigo publicado semanas atrás, Botana introduzia a idéia de contraconstitucionalidade, ou seja, a tendência do Poder Executivo querer ter a hegemonia sobre o Legislativo. E vê isso como uma deformação continental. Nesse mesmo artigo, ele falava do "paradoxo do sucesso", isto é, ao contrário de outras regiões, na América Latina o sucesso econômico de um governo o torna mais autoritário.

No dia 1º de junho, Botana deu sequência a essa análise embasando-se no comportamento político do governo Kirchner. Mas suas reflexões se adaptam tanto à realidade brasileira, que o melhor seria reproduzir o artigo inteiro. Vou tentar resumir-lo, buscando ser o mais fiel possível.

Botana diz que a pluralidade é um fato social e não pode se confundir com pluralismo político, que é uma arte difícil de executar. As sociedades que foram capazes de converter pluralidade em pluralismo político, diz ele, acertaram no alvo do bom governo republicano.

Nelas, interatuam dois ou mais partidos no marco de uma Constituição e um conjunto de regras fielmente acatadas por governantes e governados, acrescenta. Caso contrário, há um quadro de permanente confrontação.

A contraconstitucionalidade tem como primeira característica a cooptação de antigos adversários para fundi-los em um novo movimento. A segunda é o debilitamento constante dos partidos políticos. O caso brasileiro introduz uma novidade, que é o Poder Executivo debilitando seu próprio partido, para que o presidente não seja afetado em sua popularidade. A terceira é a pretensão de impor o exercício da democracia baseado em maiorias dominantes e não em maiores limitadas.

O método de cooptação —cuja modalidade brasileira no governo do PT-Lula foi o mensalão— é típico dos grandes movimentos populistas envolventes e inclusivos, afirma Botana. Segundo o autor, é possível detectar nesses movimentos um centro de gravitação encarnado no rol hegémô-

Quando há o pluralismo político de partidos, o que prevalece não é a cooptação, mas a oposição competitiva e até governos de coalizão

nico do Poder Executivo, que atrai outros setores partidários, estes em busca de proteção e recompensas.

Nessas operações, a nítida diferença entre os que estão dentro do "movimento" e os que ficaram de fora é decisiva. O chefe do "movimento" é quem traça a linha de demarcação. Segundo Botana, essa relação amigoinimigo pode chegar ao extremo de uma perseguição por parte de quem está no poder contra a oposição.

Quando se pratica sinceramente o pluralismo político de partidos, o modelo que prevalece não é o de cooptação, mas o de oposição competitiva e até, em certos casos, o de coalizão de governo. Esse estilo requer a preservação da identidade partidária, avalia, coincidindo com a crítica do quadro brasileiro, onde o PT não tem mais nenhuma identidade política.

E, como se estivesse tratando das tentativas de cooptação de setores do PMDB, ele conclui: não há democracia sem regra de maioria, mas tampouco há democracia se esta maioria, em lugar de atuar dentro das margens do pluralismo político, tende a dividir os partidos, incorporando no seio de

seu movimento parcelas dos mesmos para se transformar em maioria dominante. Essa concepção movimentista e hegemônica tem complicado nossa história política, diz ele.

Pode-se dizer o mesmo para o Brasil. Botana termina o artigo afirmando que esses postulados acerca do reconhecimento do adversário em sua diversidade, riqueza e capacidade para exercer alternativamente o poder não são simples de coordenar.

Se tomarmos a América do Sul como um todo, as idéias de Botana servem muito mais para entender essa lógica do que o populismo tradicional. A busca de redefinir as regras constitucionais num momento de popularidade, convocando uma Assembléia Constituinte —como o fez Chávez e o faz Morales—, trata apenas de garantir a hegemonia do Executivo sobre o Legislativo e, como movimento, a perpetuação no poder, com um verniz legal a um golpe branco.

O enquadramento do governo Lula —antes pelo mensalão e, depois, pela criação de um movimento informal dependente da popularidade do chefe para incorporar segmentos de outros partidos (metade dos diretórios do PP no Brasil estão com Lula etc.) —sob o véu do uso abusivo das medidas provisórias vai caracterizando esse quadro de contraconstitucionalidade.

Se essa análise serve para a Argentina de hoje, ela serve também para o Brasil de hoje, mesmo que observadas as diferenças.

CESAR MAIA, 51, economista, é prefeito do Rio de Janeiro pelo PFL.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para, neste momento, fazer um registro importante de um trabalho que está sendo feito em Manaus e que merece toda a minha consideração, pois apresenta resultados importantes na abertura de portas para o mercado de trabalho e no aumento da renda familiar de centenas de pessoas.

Faço referência ao trabalho realizado pelo Centro de Formação Pastoral e Social (Cefopas), da área missionária da Ponta Negra, e que é dirigido pelo padre José Luiz Tomio. O Centro atende moradores de 12 comunidades localizadas nos bairros Santo Agostinho, Lírio do Vale 1 e 2 e Nova Esperança, além dos conjuntos residenciais Augusto Montenegro e Cofasa. O Cefopas conta com parcerias que possibilitam a realização de diversos cursos como os de artesanato, pintura, corte e costura que, muitas vezes, representam a única maneira de pessoas desempregadas retornarem ao mercado de trabalho e deixarem de freqüentar as filas de agências de empregos e recursos humanos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta”, publicada no jornal

O Estado de S. Paulo, em sua edição de 14 de julho do corrente.

A matéria destaca que, segundo pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, “A vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) caiu de 13 para 10 pontos percentuais em menos de duas semanas”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARTIDOS

Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta

Diferença entre índice do presidente e a soma dos demais candidatos está na margem de erro

Silvia Amorim
Carlos Marchi

A vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) caiu de 13 para 10 pontos percentuais em menos de duas semanas, segundo pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi para a revista *CartaCapital*, divulgada ontem pela Rede Bandeirantes. Lula aparece com 42% das intenções de voto e Alckmin, com 32%.

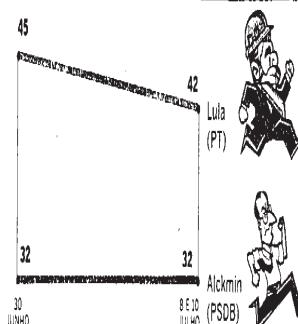
Esses números não asseguram a vitória de Lula no primei-

ro turno, já que a diferença entre o índice do presidente e a soma dos demais candidatos é de 2 pontos percentuais, inferior, portanto, à margem de erro, de 2,2 pontos.

Na rodada anterior da pesquisa, anunciada há 13 dias, Lula aparecia com 45% e Alckmin, com os mesmos 32% computados na nova apuração. A diferença a favor de Lula, então, era de 13 pontos percentuais na simulação de primeiro turno e agora caiu 3 pontos. Na pes-

quisa divulgada ontem, o candidata Heloisa Helena (PSOL) conquistou 7% e Cristovam Buarque (PDT), 1%. Os demais candidatos não pontuaram.

EN PORCENTAGEM



A pesquisa ouviu 2.003 pessoas em 121 municípios de todas as regiões do País. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

anterior e Alckmin cresceu quase 7 pontos percentuais; já na Vox Populi, Lula caiu 3 pontos, acima, portanto, da margem de erro, enquanto Alckmin manti- nha a pontuação anterior.

Apesar de usarem metodologias diferentes - o que tecnicamente impede comparações entre elas -, as duas pesquisas apontaram números diversos para o distanciamento que separa os dois principais candidatos na simulação de primeiro turno. Na Sensus, Lula apresentou uma vantagem de 16,9 pontos, bem superior aos 10 pontos agora anotados pela Vox Populi.

A pesquisa Vox Populi para a revista *CartaCapital* ouviu 2.003 eleitores em 121 municípios de todas as regiões do País, entre os dias 8 e 10 deste mês. ■

INFORMAÇÕES

FONTE: VOX POPULI

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria destaca que, prejudicado pela perda de R\$ 30 bilhões em renda nos últimos dois anos, o setor agropecuário não irá apoiar a reeleição do Presidente Lula. Ainda segundo a matéria, o Governo não

fez nada pelo setor e ignorou a crise que atingiu em cheio a produção agrícola.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula

Reeleição não deve ter apoio do setor agropecuário, apesar de pacotes de ajuda e promessa de R\$ 60 bi para safra

Fabiola Salvador
BRASÍLIA

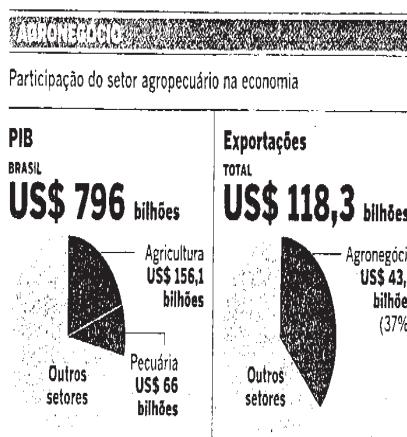
Além de perder espaço junto ao eleitor de classe média, a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta agora o crescimento da resistência em outro importante setor: o da produção rural. Dois pacotes de apoio ao setor agrícola só neste ano e a promessa de liberar R\$ 60 bilhões para a safra que começa a ser cultivada nos próximos meses não foram suficientes para agradar aos agricultores e os levar a apoiar a reeleição. Lideranças do setor têm desaconselhado o voto no candidato petista.

Prejudicado pela perda de R\$ 30 bilhões em renda nos últimos dois anos, o setor agrícola – que nunca foi fã de carteirinha do PT devido às ligações do partido com o Movimento dos Sem-Terra (MST) e outras organizações sociais – está muito descon-

tente com a situação do agronegócio e, por extensão, com o governo.

Alegando questões éticas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que congrega as federações estaduais, não orienta os produtores a votar ou não em determinado candidato. Mas outras lideranças rurais não sentem o mesmo impedimento de se pronunciar publicamente. “O setor rural vai virar as costas para o governo Lula”, disse, por exemplo, João Roberto Pulitti, da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais. “Se um governo foi bom para o setor, ele terá apoio. Caso contrário, é melhor mudar”, afirmou. Na opinião dele, o campo vai cobrar a conta do governo na eleição. “O setor rural não está satisfeito. Ninguém está satisfeito.”

A deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que é candidata ao Senado e tem ligações com o se-



Emprego 37% dos empregos gerados no País foram ofertados pelo setor

FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

tor rural, acredita que os produtores já escolheram seu candidato. “Os grandes produtores vão votar contra Lula”, afirmou. “Eles ainda vão trabalhar para que produtores de outros portes não votem nele. O governo não fez nada pelo setor

centros de produção agrícola do País. Na última pesquisa Datatolha, realizada em 28 e 29 de junho, Alckmin aparecia à frente nessa região, com 37% contra 30% de Lula, no primeiro turno. No segundo turno também há vantagem para o tucano – 52% a 34%.

Para lideranças rurais, o governo ignorou a crise que atingiu em cheio a produção agrícola, apesar dos apelos do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. João Roberto Pulitti acredita que agora é hora de dar uma “resposta”.

Um dos indicadores da crise é que, pela primeira vez em sete anos, a balança comercial do agronegócio cairá em 2006 na comparação com o ano anterior. A CNA estimou que o superávit será de US\$ 37 bilhões neste ano – queda de 3,7% na comparação com os US\$ 38,4 bilhões do ano passado.

“O governo precisa do produ-

tor, mas não se sensibiliza com a nossa situação”, disse Pulitti.

De olho na insatisfação do campo, Geraldo Alckmin tenta se aproximar do setor agropecuário. Um dos interlocutores de Alckmin junto a lideranças rurais é o deputado Leonardo Vilela (PSDB-GO), ligado à bancada ruralista da Câmara. Ajuda a ampliar o diálogo João Carlos Meirelles, ex-secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo e um dos coordenadores da campanha tucana.

Mas, em matéria de gestão, não existe nada parecido com um fosso conceitual entre Lula e Alckmin. Tanto que os dois já estiveram envolvidos em uma disputa para ter Roberto Rodrigues como auxiliar. Após ser eleito governador em 2002, o tucano convidou Rodrigues para ser seu secretário, mas ele não aceitou o convite porque já havia se comprometido a ser ministro de Lula. •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 4 de julho do corrente.

A matéria destaca que, em apenas dois dias, o Governo do Presidente Lula autorizou R\$1,9 bilhão de novos investimentos por meio de convênios com Estados e Municípios. Com a medida, o Governo do Presidente Lula pretende, obviamente, antecipar dividendos eleitorais, de olho na campanha presidencial

deste ano, uma vez que muitos desses investimentos não se realizarão e outros não serão pagos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias

Muitos projetos foram assinados na véspera do prazo final fixado em lei

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

Em apenas dois dias, entre quinta e sexta-feira, o governo federal autorizou R\$ 1,9 bilhão de novos investimentos, a maioria por convênios com Estados e municípios, proibidos pela Lei Eleitoral de receber novos recursos a partir do 1º de julho. Na soma do ano, a expectativa de investimentos gerada pelas autorizações já chega a R\$ 7,91 bilhões – valor 84% superior, em termos reais, ao do primeiro semestre de 2002, no último ano de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

“Para quem pensava que em época de Copa do Mundo o ritmo na Esplanada dos Ministérios diminuiria, a semana passada surpreendeu. O corre-corre nos ministérios e no Congresso foi intenso”, constatam os pesquisadores da organização não-governamental (ONG) Contas Abertas, responsável pelo levantamento dos dados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A edição extra do *Diário Oficial* da União da sexta-feira, só publicada no sábado, é um retrato da avalanche de recursos que o governo federal está prometendo entregar a prefeitos e governadores. Centenas de convênios foram assinados no final da semana passada, no limiar do prazo final previsto pela lei.

Embora autorizados agora e inseridos na contabilidade de investimentos de 2006, a maioria desses investimentos não será realizada neste ano. Isso porque as prefeituras ainda precisam preparar as licitações e contratar os serviços.

O repasse efetivo dos recursos só ocorrerá quando a obra ou serviço já tiver sido executado. Mas os dividendos eleitorais são antecipados.

Na maioria dos pequenos municípios do País, para onde es-

Investimento de 2006 tem reserva 84% maior do que o de FHC em 2002

ses recursos são pulverizados, o simples anúncio de uma obra serve para arrebanhar votos não só para os governantes que concorrem à reeleição como também para os parlamentares responsáveis pela elaboração das emendas ao Orçamento-Geral da União que originaram esses investimentos.

Na prática, entretanto, muitos desses investimentos não se

Mas Perillo insistiu que não só Raquel, mas outros parlamentares foram alvo de tentativa de suborno, “sem dar nomes. As declarações serão contadas com outros deputados, para que o Ministério Público decida se inclui Lula ou se o mantém livre da denúncia.” ■ VANNILDO MENDES

realizam e outros não são pagos. As estatísticas oficiais mostram que o risco de o investimento não ser pago cresce quando o candidato da situação – no caso atual, o presidente Lula – não se elege. Isso ocorreu em 2003, com o próprio Lula, que herdou uma série de investimentos autorizados em 2002 por FHC e acabou não honrando o pagamento de parte deles.

A discrepância entre as promessas de investimento e o que é efetivamente realizado pode ser verificada no Siafi. Enquanto o volume de empenhos no primeiro semestre deste ano é 84% superior ao de 2002, o de pagamentos (incluindo restos a pagar) é 12% inferior.

Ou seja, o governo acelerou o ritmo dos empenhos, por causa das eleições, mas mantém os pagamentos sob controle. Enquanto os empenhos somam R\$ 7,9 bilhões, os pagamentos não passam de R\$ 5,1 bilhões. ■

COLABOROU RIRAMAR OLIVEIRA

Perillo diz que presidente sabia do mensalão

“O ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) disse ontem à Polícia Federal que o presidente Lula sabia do mensalão. O depoimento foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no inquérito em que 40 parlamentares e autoridades da gestão petista são denunciados por corrupção, uso de caixa 2 e formação de quadrilha. ‘Eu o avisei’, afirmou ele, ao responder sobre se Lula sabia.

No depoimento, de cerca de duas horas, Perillo reafirmou a declaração, dada por escrito ao Conselho de Ética da Câmara, segundo a qual o deputado Sandro Mabel (PL-GO) teria oferecido à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) mesa de R\$ 30 mil e bônus de R\$ 1 milhão para que ela deixasse o partido e entrasse na base do governo. Raquel confirmou. Mabel negou e foi absolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 08 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal
15-8-2006 – terça-feira

• **11:30** – Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da CPMI instituída para apurar as denúncias envolvendo a Operação Sanguessuga

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

• **16:00** – Presidente Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, acompanhado do Senhor José de Paula Neto, cantor Netinho de Paula

para tratar da TV da Gente, voltada para o público afro-descendente

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal. – **Marta Lyra Nascimento**, Chefe de Gabinete, Presidência do Senado.

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1651 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011698/06-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a ANNETE MARIA BAHIA DE MENEZES, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor CARLOS BENEDICTO CUNHA DE MENEZES, matrícula 16849-ERGON, a partir da data do óbito, 18/07/2006.

Senado Federal, 15 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1652 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011619/06-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a JOSEFA CÍCERA SILVA PEREIRA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ PEREIRA NETO, matrícula 11414-ERGON, a partir da data do óbito, 15/07/2006.

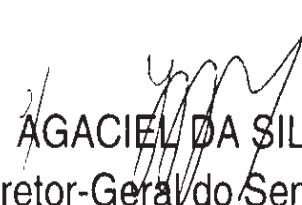
Senado Federal, 15 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1653 de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1238/06-0, resolve DECLARAR aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 19 de maio de 2006, ANTONIO DE GOUVEIA HENRIQUES FILHO, matrícula 32910, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.

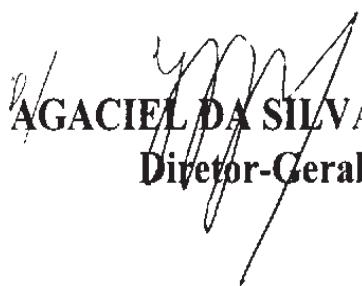

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1654 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012286/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora JOSANE VÍTOR DE OLIVEIRA, matrícula 31474, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Expediente, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Acompanhamento de Proposições da Subsecretaria de Publicações Oficiais, a partir de 08 de agosto de 2006.

Senado Federal, 15 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1655 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012350/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARMANDO CÉZAR PONTES TUSSI**, matrícula n.º 170991, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Antonio João.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1656 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012349/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PERCIO ANDRADE FILHO**, matrícula n.º 189100, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Antonio João.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1657 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal nº 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.100/06-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 1502, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 3531, de 27/07/2006, que nomeou **ANTONIO CESAR NUNES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres, em virtude do não cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 4º, §1º e §2º, do Ato nº 09, de 2002, do Primeiro Secretário.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1658 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012377/06-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WAYMAN RAINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1659 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012403/06-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GABRIEL SMANIOTTO DA ROSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995	4^a Eleição Geral: 13.03.2003
2^a Eleição Geral: 30.06.1999	5^a Eleição Geral: 23.11.2005
3^a Eleição Geral: 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

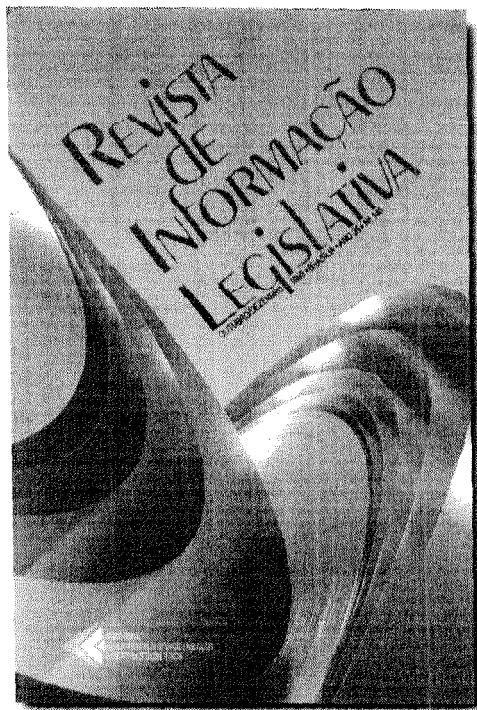
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS